

# PLURAL

ANO I

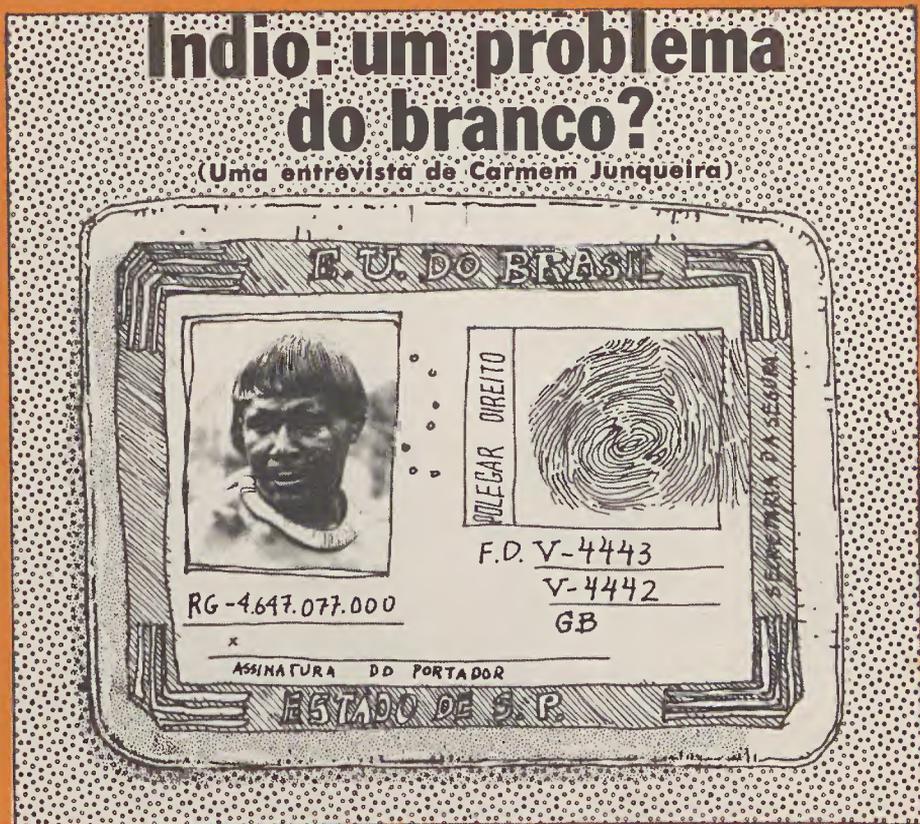
JANEIRO/MARÇO 1979

Nº 3

Cr\$ 60,00

## Índio: um problema do branco?

(Uma entrevista de Carmem Junqueira)



### Anistia não é uma luta isolada

(Um depoimento de Luiz Eduardo Greenalgh)

### Direita, volver.

(Um artigo de José Cláudio Barriguelli)

### A História como arma

Educação e lazer na classe operária

A luta no cotidiano



# ASSINE O PACOTE DE IMPRENSA INDEPENDENTE

Informe-se com outra perspectiva - lendo o que a grande imprensa não noticia - assinando os jornais da imprensa democrática brasileira. Escolha um dos três planos abaixo:

Plano 1: Uma assinatura anual de Movimento mais 3 publicações à sua escolha . . . . .

Cr\$ 1.300,00.

Plano 2: Uma assinatura anual de Movimento mais 6 publicações à sua escolha . . . . .

Cr\$ 1.700,00.

Plano 3: Uma assinatura anual de Movimento mais 20 publicações à sua escolha . . . . .

Cr\$ 3.500,00

Escolha o plano de sua preferência e marque abaixo as publicações que você quer receber.

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> BRASIL MULHER<br>Jornal feminista de São Paulo (SP)                                    | <input type="checkbox"/> CADERNOS DO CEAS<br>Publicação do Centro de Estudos e Ação Social dos Jesuítas da Bahia (BA) |
| <input type="checkbox"/> VERSUS<br>Revista mensal de São Paulo (SP)   | <input type="checkbox"/> CADERNO DO NORDESTE<br>Revista bimestral sobre a realidade nordestina                        |
| <input type="checkbox"/> O SÃO PAULO<br>Jornal semanal da Arquidiocese de São Paulo (SP)                        | <input type="checkbox"/> INÉDITOS<br>Revista de Ciências Humanas (MG)   |
| <input type="checkbox"/> ESCRITA/ENSAIO<br>Revista bimestral de ciências humanas (MG)                           | <input type="checkbox"/> REPÓRTER<br>Jornal mensal de texto e reportagem (RJ)   |
| <input type="checkbox"/> COOJORNAL<br>Jornal mensal da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (RS)         | <input type="checkbox"/> PLURAL<br>Revista trimestral de Debates (SP)   |
| <input type="checkbox"/> RESISTÊNCIA<br>Jornal mensal da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (PA) | <input type="checkbox"/> VARADOURO<br>Jornal Mensal de Rio Branco (Acre)  |
| <input type="checkbox"/> RÂDICE<br>Revista Trimestral de Psicologia (RJ)  | <input type="checkbox"/> MUTIRÃO<br>Jornal mensal de texto e reportagem, de Fortaleza (CE)                            |
| <input type="checkbox"/> POSIÇÃO<br>Jornal quinzenal de Vitória (ES)  | <input type="checkbox"/> FICÇÃO<br>Revista literária mensal (RJ)  |
|   | <input type="checkbox"/> ESCRITA<br>Revista mensal de literatura (SP)   |

Estou enviando o cheque nº ..... em nome de Edição SA, Editora de Livros Jornais e Revistas.

Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros - São Paulo SP CEP 05415.

Nome ..... Idade .....

Profissão ..... Endereço .....

Cidade ..... Estado ..... CEP .....



# PLURAL

Editora Plural  
 Autor diversos  
 Título Plural nº 3  
 Preço 60,

## REVISTA DE DEBATES

DAINIS KAREPOVS

JAN/FEV/MAR 1979



# PLURAL

## EDITORES:

Ana Lúcia G. de Faria  
Letícia R. Bonato  
Neide Barriguelli  
Sandra C. de Carvalho

## RESPONSÁVEL:

Nicodemus Pessoa

## ASSESSOR JURÍDICO:

Luís Alberto M. Piccina

## ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO:

Praça Roosevelt, 200/12º andar  
São Paulo SP CEP: 01303

## CAPA:

orientação gráfica: Kleber de Almeida  
desenho: Cláudio Morato  
montagem: Maurício Tortelli

Registrada no Departamento de Censura  
da Polícia Federal sob o nº 1.990-P 209/73.

## COMPOSIÇÃO:

Editores Associados S/A  
Rua Rangel Pestana, 280 Piracicaba - SP

## IMPRESSÃO:

EDITORA JAPI LTDA.  
Rua Senador Fonseca, 1.044 - Fone: 434.8648 - Jundiá - SP.



# ÍNDICE

EDITORIAL ..... página 5

ENTREVISTA ..... página 7

Carmem Junqueira

ÍNDIO: UM PROBLEMA DO BRANCO?

*"Não só o antropólogo mas também o sertanista não tem capacidade de decidir sobre o destino das populações indígenas. É necessário ter uma visão um pouquinho mais universalista".*

## ARTIGOS

Manoel Moreno Friginals

A HISTÓRIA COMO ARMA ..... página 18

*"A História real, esse apaixonante suceder diário, criador, jamais é aborrecido: os definitivamente aborrecidos somos nós os historiadores".*

Maria Auxiliadora Guzzo de Decca

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA OPERÁRIA EM

SÃO PAULO: 1927-1934 ..... pág 26

*"Tratar de aspectos de vida como lazer e instrução significa também enfrentar, em uma certa medida, o problema da cultura e, no caso, o problema da 'cultura proletária' ou da especificidade ou não de uma cultura operária".*

Amneris Maroni

A PROPOSTA NÃO É UMA VIDA MELHOR, MAS UMA VIDA  
RADICALMENTE DIFERENTE" ..... página 42

*"A sociedade capitalista não é só produção e reprodução de mercadorias, não é só reprodução ampliada de capital e de trabalho, de capitalistas e operários mas é também produção e reprodução de tipos específicos de comportamento, de relacionamento, de sexualidade, de estrutura de pensamento; enfim, produz e reproduz a competição, o individualismo, o autoritarismo e o servilismo etc., que devem ser motivos de questionamentos e, inclusive, de uma estratégia política de transformação".*

José Cláudio Barriguelli

DIREITA, VOLVER! ..... página 54

*Uma análise dos resultados das eleições de 1978 em São Paulo.*



DEPOIMENTO ..... página 67

### O MOVIMENTO PELA ANISTIA

*"A anistia não é uma luta isolada, ela vai na frente das outras, ela vai pari passu com as outras; conseguida uma, consegue-se as outras".*

### CONTO

Maria do Carmo de Andrade

HERA ..... página 77

*"... E então era a casa toda num único compasso dizendo que el Estado es la autoridad, la dominación y el poder organizados de las classes proeedoras y que autodenominam ilustradas, sobre las massas. ..."*

### RESENHAS

Olgaria Matos

*"Operário, Operária", de Arakcy Martins Rodrigues.*

Neide Barriguelli

*"Mulher, Objeto de Cama e Mesa", de Heloneida Studart*

Leila Miccolis

*"Mulheres da Vida", organizado por Leila Miccolis.*



# EDITORIAL

Por que reproduzimos todos os dias o que combatemos? A competição, o individualismo, o autoritarismo, a discriminação, o machismo estão presentes na prática, no cotidiano de pessoas que se dispõem, pelo menos quanto ao discurso, a uma transformação. Isto tem um significado.

Após 14 anos de regime autoritário será que não nos acostumamos a conviver com uma crítica viciada? É preciso ter em mente o papel da teoria, já que esta desempenha função fundamental na transformação da realidade e na compreensão científica do mundo. A teoria orientando a nossa prática diária, aquela bem mesquinha de todos os dias. É esta praxis que torna as decisões a nível mais amplo, possíveis. Se não queremos ser pegos pelo mecanismo da sociedade que combatemos, é preciso não cultivar estereótipos, que, sem dúvida, abrem um mercado, mas que estão longe de atender a objetivos mais abrangentes, para dizer o mínimo.

Desta forma é preciso não reproduzir o que o regime tentou e tenta fazer: bloquear as cabeças, impedir a formação de novas lideranças, impedir que as pessoas se situem no momento histórico em que vivem.

Por isso muitos nos perguntam o que é ser Plural neste momento e que tipo de pluralidade é esta que defendemos. Achemos conveniente vir a público mais uma vez para explicitar a posição por nós assumida. Nossa revista se propõe a abrir um debate porém com um objetivo determinado. Não é o debate pelo debate, a convergência de todas as tendências como um fim, mas como um meio. Esta é uma abertura de espaço que acreditamos necessária, não suficiente.

Temos claro que uma publicação como a nossa não atinge o grande público, embora isto não invalide a proposta, pois, como já afirmamos, a teoria tem um papel que não consideramos desprezível. Não temos a pretensão de dar respostas prontas mas trazer à tona inquietações de grupos ou pessoas que fizeram reflexões baseadas nas suas experiências e não tiveram um canal de divulgação. A nossa parcela de contribuição se dá a este nível e isto não significa que não nos posicionemos como cidadãos onde quer que estejamos atuando. Não se deve confundir as coisas, ou corre-se o risco de cair num teorismo vazio ou num voluntarismo estéril.

A nossa preocupação tem sido sempre a de melhorar a qualidade do trabalho e mais do que isto, participar do momento político brasileiro, acreditando numa união de forças que se concretize na base do real e não do meramente formal.



# CARAAJAS

Sindicalismo de Base, Comissões  
de Fábrica e Democracia  
A Greve dos 700.000  
A Herança de Vargas  
As Lutas Operárias na República Velha  
Gramsci e os Conselhos de Fábrica

## Os Operários Tomam a Palavra



# ENTREVISTA

## ÍNDIO: UM PROBLEMA DO BRANCO?

CARMEM JUNQUEIRA\*

**PLURAL** — O debate recente sobre a questão do índio partiu do projeto de emancipação. Mas parece-me que há um projeto anterior muito importante. Acho que se poderia historiar um pouco até a emancipação.

**CARMEM** — Bem, desde 1970 a gente vem notando uma certa movimentação no sentido de fazer alterações na legislação que regulamenta a situação jurídica dos índios na sociedade brasileira. Você sabe que antes do Estatuto do Índio, esse famoso que existe hoje, nós tínhamos uma legislação esparsa. E quando começaram a fazer os primeiros movimentos que, se não me engano, foi em 1970, para reunir aquilo num estatuto só, numa lei só, nós já começamos a ficar preocupados. Foi um processo que começou com Temístocles Cavalcante, um jurista de nome, sem dúvida, mas, a rigor, ninguém era consultado além dele. Desde essa época os antropólogos já começaram a se movimentar. E foi exatamente por aí, 70, 71, 72, que, no Paraná, numa reunião da SBPC, que até então só falava de genética, nós antropólogos resolvemos falar de índios. Era Paulo Duarte, que foi nosso porta-voz, era Carlos Araújo de Oliveira Neto, era eu. De antropólogos eramos nós.

**PLURAL** — E o que se conseguiu de concreto nessa reunião da SBPC?

**CARMEM** — Conseguimos a formação de uma comissão de assuntos etnológicos. Bem, o projeto veio, nós fizemos muitas críticas, foi para aprovação no Legislativo, sofreu inúmeros vetos e surgiu um negócio pior, eu acho, do que a legislação anterior. Mas como não era muito aplicado, nunca se tentou, de forma sistemática, alterar esse Estatuto do Índio. Ele tem artigos são tenebrosos, como, por exemplo, o 20, que diz em que condições o governo pode intervir em área indígena e remover grupos de uma hora para outra. Quer dizer, um dos objetivos é a questão de segurança nacional. Então, são coisas difíceis de manusear. Mas esse é um artigo que tinha de cair fora totalmente, ele e outras imperfeições. Pela primeira vez aparece de forma sistemática a menção ao problema da emancipação. Por que vocês vejam: historicamente, acho que nós cinco aqui devemos ser tataranetos de algum índio que se emancipou, porque diluiu sua vida tribal, foi arrumar um emprego aqui e ali, resolveu tirar carteira de identidade. De sorte que o índio nunca teve problema, nenhuma restrição para se emancipar; todos eles são cidadãos brasileiros, nasceram em solo brasileiro. Basta que tenham 21 anos, saibam ler e escrever, façam serviço militar etc. Então, veja você, nunca constituiu nenhum problema. Bem, mas no Estatuto do Índio, esse que foi aprovado em 1973, já aparece o problema da emancipação. Só que sempre requerida pelo índio.

PLURAL — E com o projeto que se discute agora o que acontecerá?

CARMEM — O problema sério é que, com esse novo projeto, a Funai poderá emancipar ex-offício. Então, a emancipação poderá ser usada como um instrumento de coação, um instrumento disciplinador. Depois, há a idéia, também bastante confusa, de que a maioria da população de uma comunidade pode requerer a emancipação dessa comunidade. Agora, o que é essa maioria? Está num dos artigos dessa regulamentação. Por maioria entende-se (é pena que eu não tenha aqui o texto) a maioria daqueles elementos que são qualificados a pedir a emancipação. Isto quer dizer — não sou jurista, mas acho que é assim — que se houver, num grupo de 200 pessoas, três qualificadas a pedir a emancipação, três pessoas maiores de 21 anos, que saibam escrever, ler etc., e, delas, duas pedirem, tudo bem. Essas duas pessoas são maioria no grupo de três. Isso é muito confuso, eu entendi assim. Enfim, o que acontece é o seguinte: o governo, em lugar de demarcar terra de índio, de prestar realmente um serviço médico adequado, vai exatamente tentar alterar um artigo. Porque alterando um artigo, não precisa passar pelo legislativo. Se ele tentasse alterar dois artigos do Estatuto, iria para o Legislativo. Então, você veja: entre tantos artigos que tem o Estatuto do Índio, inclusive esse que versa sobre o problema de segurança, que podia ser atenuado — eliminado, de preferência —, ele vai pegar exatamente aquele mais esquisito, que é o que versa sobre emancipação.

PLURAL — Esquisito por que?

CARMEM — Porque vocês sabem que na Constituição de 67 as terras ocupadas milenariamente pelos índios passam a ser terras de propriedade da União e os índios com usufruto perpétuo. Bem, eu pergunto: por que o índio tem usufruto perpétuo. É por que ele tem uma cultura diferente? É por que fala uma língua diferente? Não. Porque senão, polonês, alemão, japonês, estariam todos aí requerendo usufruto de terras da União. O índio tem essa prerrogativa, digamos, legal, exatamente por ele ser tutelado. Nesse sentido, se ele perde essa condição de ser protegido por uma legislação especial, ele deve necessariamente perder esse direito de usar a terra. Diz o ministro: Não, mas nós não vamos fazer isso. Bem, o seu Rangel Reis em março cai fora e virá outro que talvez não tenha a mesma disposição, porque fica claro que não existe nenhum instrumento legal que obrigue a União a ceder suas terras para uma etnia. Bem, essa é mais ou menos a história da emancipação. É realmente um jogo, que no meu entender é marcado, é jogo que começa a ser movimentado um pouquinho depois do milagre brasileiro.

PLURAL — Qual a relação com o milagre brasileiro?

CARMEM — Porque se a gente tem como marco 68 para o milagre brasileiro, você vê que em 70 vem à tona o problema do índio. O modelo de ocupação econômica da Amazônia, que inclui não só a implantação da agro-indústria, mas também o problema dos incentivos fiscais da SUDAM favorecendo os grandes empreendimentos, o problema do desflorestamento, o problema da mineração, da Transamazônica. Então, tudo isso é sub-produto, ou é o próprio milagre brasileiro e vocês vejam que em seguida vem o problema do índio. Preocupação com os índios? Difícilmente. Deve ser preocupação em limpar as terras dos índios. Alguém poderia perguntar: Bem, mas sempre limpamos. Sempre limpamos e com muito escândalo, porque a opinião pública sempre se movimentou. Em 1908, início do século em geral, começou a haver atritos com a construção da estrada de ferro Noroeste, essa que vai aqui pra Bauru. Começaram a matar índio. A opinião pública, a

imprensa aqui em São Paulo fez tanto protesto, fez uma frente única, que acabou sendo criado o Serviço de Proteção ao Índio, o SPI. De sorte que problema com índio sempre encontrou alguma vozinha, que é a voz, eu acho, de alguns idealistas que ainda acreditam que uma sociedade deva ter o direito — mesmo se difícil de se auto-determinar quando inserida na sociedade maior — de, pelo menos, sobreviver de acordo com seus costumes. Agora, vocês sabem, no Brasil é todo mundo muito legalista. Então, com a aprovação deste decreto no qual se reforma um direito assegurado pela Constituição, que índio não precisa mais ter terra, aí vai ser muito difícil da gente contornar o problema. Até mudar a Constituição Brasileira, os índios desaparecem. Aliás, eu duvido da constitucionalidade do próprio Estatuto do Índio. Em todas as Constituições brasileiras é expresso que o índio merece a proteção do Estado. Isto desde o tempo de colônia, já existiam alvarás que davam proteção do Estado, estendiam este manto protetor ao índio. De repente, um decretinho modifica um negócio e você cria a figura da emancipação, isto é, uma comunidade que de uma hora para outra pode se ver privada de sua terra, pode se ver privada de uma assistência mínima e se vê privada dessa intermediação protetora que tem sido importante. Porque, de fato, os índios têm valores, costumes diferentes, uma perspectiva que, felizmente, não é capitalista. Eles realmente são entregues desarmados num contato direto com a sociedade nacional.

**PLURAL** — Por sinal, eu queria que você levantasse um problema, que é o seguinte: no sistema tribal a terra é coletiva. Com a emancipação, a terra passaria a ser de famílias. Então, haveria a criação da propriedade privada, com a qual o índio nunca conviveu, um sistema diferente. Haveria uma modificação radical na própria mentalidade do índio, que sempre conviveu com a terra pertencendo a todos. Famílias passariam a ter terras.

**CARMEM** — O impacto disso sobre uma comunidade é parecido com o que haveria se decretássemos que a propriedade privada deixaria de existir. Propriedade privada, pelo menos, dos meios de produção. Seria uma balbúrdia no Brasil. Bem, nessas aldeias há uma balbúrdia no momento em que se distribuem os lotes. Só que o poder de reação, o poder de contestação dessas populações, ou de fazer valer seus direitos é muito pequeno. Então, a população não é informada de que aquela pequena sociedade, às vezes uma sociedade composta de 50 ou 100 pessoas — não importa o número — é uma sociedadezinha. Ela se extingue quase como se estivesse esperando ser morta. Você vai a essas comunidades que estão um pouco mais informadas a respeito desse decreto e tem a impressão que está vendo um carneiro esperando levar facada. Elas ficam inertes. Vão a Brasília, são manipuladas pelas autoridades, querem falar com o Geisel, enfim, têm uma falta de treino nessa nossa burocracia enorme. Vêm em desespero de causa fazer valer os seus direitos, não encontram quase nada porque a FUNAI — que deveria estar fazendo valer esses direitos — estimula ou, se não estimula, aceita essa proposta do Ministério do Interior. Porque, de fato, se a FUNAI é a tutora legal das comunidades indígenas ela, na melhor das hipóteses, teria que romper com o Ministério, ser todo mundo deposto, criar um caso nacional e não aceitar essa emancipação como uma medida benéfica para o índio.

**PLURAL** — A mim também parece que há um propósito implícito de eliminação das lideranças. Por exemplo, o Juruna e outros que lutam seriam eliminados porque, desaparecendo a tribo, havendo essa fragmentação da terra entre famílias, cada uma com o seu pedaço, desapareceria até o conceito de tribo e, conseqüentemente, as lideranças.



CARMEM — Eu acho o seguinte: se a gente conseguisse que as comunidades emancipadas todas ganhassem terras do Incra — o que já coloco em dúvida, será que a gente conseguiria assentar 100.000 pessoas brasileiras natas? Acho que não. Porque o Incra, coitadinho, não tem feito um bom trabalho. Você veja, pra assentar, às vezes, um punhadinho de colonos é um Deus nos acuda. Tem tanto posseiro pelo Brasil afora que está impossibilitado de ter um pedacinho de terra, 50 hectares, 100 hectares ...

PLURAL — E cada vez são mais empurrados para as fronteiras.

CARMEM — Exato, cada vez mais empurrados para as fronteiras. Mas, partindo da hipótese de que se conseguisse dar um pedacinho de terra para cada família, aí eu não tenho dúvida: haveria essa diluição essa desmobilização da comunidade, este é o fato mais importante que nós temos. Veja bem: independente do grupo ser ou não emancipado, as lideranças autênticas já estão ameaçadas.

É o Daniel Pareci, é o Juruna e são um sem número de outros que são grandes líderes. Na forma deles, na forma de entender os problemas deles. Critica-se o Mário Juruna, mas não tem que se criticar: ele é o líder xavante. Tem dissidência? Tem dissidência, mas não importa. Não vamos fazer as críticas de quem está fora. Então, o governo ou o Estado, não sei se alguém dentro do governo ou o Estado como um todo, está temendo essa movimentação que começou a haver com a criação do CIMI. O CIMI — Conselho Indigenista Missionário — começou a ativar, a propiciar, a facilitar, a dar condições para a realização de assembléias indígenas. Por incrível que pareça, nessas assembléias começaram a aparecer as lideranças. Mas não só as lideranças tradicionais, dos grandes velhos, do conselho de velhos. Não, as lideranças políticas. Vocês dizem: socialistas? Não, eu acho que não tem nada disso. A dicotomia que se coloca para essas populações não é socialismo e capitalismo. Porque essas populações são anteriores ao capitalismo e segundo alguns, explicitamente segundo Darci Ribeiro, elas vão sobreviver ao capitalismo. Portanto, talvez elas colocassem uma oposição entre o privado e o coletivo, entre uma sociedade que se alimenta das desigualdades e uma que sobrevive dentro da igualdade. Parece que o medo do governo é que essas populações sejam manipuladas, que virem todos grandes líderes socialistas. A problemática da propriedade privada não é uma problemática das sociedades indígenas ainda. A problemática delas é de reter o que têm e não serem extintas. Talvez depois, quando elas entrarem em contato e vierem a entender o que é uma sociedade capitalista, possam engrossar as fileiras do próprio povo brasileiro que é expoliado, como alguns índios já são hoje e possam realmente tomar uma bandeira de luta para a implantação de uma sociedade livre, de uma sociedade sem classes. Mas, no momento, a problemática deles é de sobrevivência e essas lideranças têm tido um papel muito ativo porque algumas delas já conseguiram enxergar que o problema indígena, se encerrado no limite de um problema de defesa contra o mundo do branco em abstrato, é uma luta muito estreita, politicamente impotente. Alguns líderes já perceberam que apesar dos primeiros conflitos que vierem a ter às vezes com posseiros, que serão esses posseiros os seus primeiros aliados, como serão os trabalhadores os seus primeiros aliados.

PLURAL — Você diz que essas lideranças já perceberam. Você já entrevistou essas lideranças?

CARMEM — Eu estive uma vez, em Goiânia, numa reunião com vários líderes indígenas e tive oportunidade de conversar com mais ou menos uns dez deles e alguns, principalmente aqui da zona do sul, perceberam com muita clareza. Eles não chegam a explicitar o fenômeno em termos de proletário,

mas já perceberam que não só não é o posseiro, como o problema deles também não se encerra na figura do fazendeiro. Eles já alcançaram o problema em termos de realmente haver uma estrutura fundiária complicada, estrutura fundiária esta que favorece uns em detrimento de outros.

**PLURAL** — Você tocou num problema que me parece muito importante: Num determinado momento parece que a barreira da ingenuidade foi rompida. Por exemplo: a comunidade sempre aceitou unânime a liderança dos velhos. Era uma coisa tácita, intocável, não se discutia. De repente, uma juventude indígena — o Juruna, por exemplo, começa a despertar para uma série de problemas e começa a criar conflitos. Não há mais um consenso na tribo, a tradição começa também a ser discutida. Esse problema me parece muito importante.

**CARMEM** — Aí, eu vou dizer uma coisa pra você, varia muito de grupo para grupo. Porque, por exemplo, no caso do próprio Mário Juruna dos xavantes, tem liderança dividida. Aliás, tem um caso, que é um caso recente e que talvez derrube esse argumento seu, que é válido para alguns grupos, mas não pra todos. Vocês vejam, nesse problema que houve no Parque Nacional do Xingu, em que o Aritana, que é o jovem, a nova geração, veio aqui pra São Paulo, como se fosse quase que pra apaziguar os ânimos, ver a novela, ver que realmente não tinha nenhuma cena que culturalmente fosse proibida dentro da perspectiva deles. No entanto, o pai dele, que é a geração dos velhos, o Canato, é que foi pra Brasília e, nesse sentido, eu acho que a atitude mais ingênua foi a do Aritana. Então você veja que varia, não é muito um problema só de geração. Eu acho que nas comunidades indígenas em que as gerações dos mais velhos — é claro, eu não estou falando dos líderes indígenas anciãos, aí já é uma coisa diferente —, conseguiram captar alguns sinais do que seja essa sociedade, e alguns sinais do que seja o colonizador, eles conseguiram aliar uma sabedoria antiga a um crescimento político rico, grande...

**PLURAL** — A assimilação da malícia, talvez?

**CARMEM** — Não sei se assimilação da malícia ou crescimento político. Agora, você disse uma coisa muita correta. Uma certa ingenuidade cai por terra. A ingenuidade baseada num princípio meio maniqueísta, em que você tem brancos bons, brancos maus, coisas boas, coisas más. Essa atitude que você chamou de maliciosa, que eu chamaria crescimento político, é entrar um pouquinho mais na trama do que significa esse relacionamento com o colonizador. Mesmo porque precisa muita sutileza — e esse é um problema que se discute hoje aqui na Universidade: que você passa da proteção para a dominação sem perceber. Pais fazem isso com filhos, maridos fazem isso com

esposas, tutores fazem isso com seus tutelados, às vezes amigos fazem isso entre si. O amigo maior, o mais forte, quando percebe passou da proteção para a dominação.

**PLURAL** — Eu acho que, dentro desse raciocínio, o índio não assimilou apenas os nossos defeitos, cachaça e doenças. Assimilou também uma certa malandragem na convivência, no relacionamento. Assimilou a suspeita no relacionamento com o branco. A maneira como o Juruna se comporta, por exemplo. Aquele episódio do gravador eu acho um negócio marcante. Ele não gravou por acaso, gravou pra ter um documento e dizer depois: Me disseram isso. Quando você fala em crescimento político, eu incluo essa dosagem de pessedismo que há hoje no comportamento dos índios.

**CARMEM** — Porque você veja: o que acontece é que o índio recebe muitas promessas — o que não acontece com o povo em geral. Porque o povo em geral só recebe promessas em época de eleição. Agora, o índio, recebe a todo



instante. O que ele tem ali? Ou o chefe do posto, ou o auxiliar de enfermagem ou o próprio presidente maior do órgão que vai lá e sempre promessa em cima de promessa. Quer dizer: Estão invadindo? Vamos tirar, Não tem remédio? Vamos mandar. E realmente são promessas que em geral não se concretizam. De sorte que o Mário Juruna foi um fulano que percebeu que, de fato, tinha um aparelhinho que dava pra registrar. Falta a etapa seguinte: ele perceber que o registro não assegura a concretização da promessa. É o outro passo.

**PLURAL** — Mas assegura a denúncia, pelo menos.

**CARMEM** — Mas dizem que não tem validade em tribunal, não é? Mas, enfim, pelos menos, eu acho que desmascarou uma série de coisas, inclusive uma série de equívocos com relação ao índio. O índio não é um ingênuo, tolo, que simplesmente se deixa explorar de uma forma passiva. Eu acho que sobreviver quarentos anos à colonização e, apesar de tudo isso, ainda ter o crescimento de comprar um gravador e gravar um papo com o ministro...

**PLURAL** — Não foi só pelo humanismo que você começou a estudar o problema do índio, não é? Qual a importância do antropólogo aí?

**CARMEM** — Eu tenho a impressão que cada antropólogo começou a fazer antropologia por um motivo. Porque os antropólogos são tão diferentes entre si que a escala é de 0 a 10, você tem o zero e tem o dez. Eu comecei a fazer antropologia porque ficava implicada com esse problema de se poder constituir uma sociedade a partir de outras matrizes e conseguir sobreviver séculos, com todas as mutilações, mas sobreviver dentro do universo capitalista. Foi esse começo, a primeira cogitação acho que foi essa. Além disso, havia uma coisa que me preocupava muito, apesar de não ser motivo para ter estudado antropologia. Era o problema da tradição cultural. A tradição tem razões que a própria revolução desconhece. A libertação tem caminhos diferentes. Apenas acenando com a alimentação, às vezes não é o caminho da libertação. Os monges budistas mostraram isso. No momento em que voce faz a imolação, você mostra que certos problemas ideológicos, às vezes, são mais importantes que outros problemas que nós vivenciamos todos os dias.

Então, a perspectiva histórica que nós temos, para se tornar de fato eficaz e mobilizadora, precisa se deixar permear, em vários setores, por certas especificidades culturais, senão ela fica sem nexos.

**PLURAL** — São as tais condições dadas.

**CARMEM** — Exatamente. O Darcy Ribeiro teve uma imagem tão feliz, e tão discutível também, numa dessas reuniões da SBPC. Ele estava falando a respeito de teoria, mas a gente pode pensar em termos do que estamos abordando. A teoria é realmente fundamental, é a estrutura. Do mesmo jeito que o esqueleto é também a estrutura do ser humano. Mas nenhum noivo anda com a radiografia da noiva no bolso. Você anda com a fotografia. A fotografia é a carinha bonitinha de cada um de nós. Claro que o que vale é aquela ossada horrosa que fica depois. Mas ninguém se casa com uma ossada, apesar da ossada ser o fundamental. Então, em termos de uma proposta de libertação, de uma visão histórica, eu acho que isso tem que ser filtrado, mediado por muitos requintes culturais, às vezes, para atingir uma população rural, para atingir uma população indígena. A rigor, a minha preocupação com os índios é grande, mas a minha preocupação com a humanidade é maior. Não sei se isso é abstrato da minha parte, mas eu acho que isso a gente aprende.

**PLURAL** — E a importância política desse seu trabalho, como é que fica? Porque do jeito que você fala, fica parecendo um humanismo. Tem uma

outra coisa af? Qual a importância de manter essa sociedade indígena dentro da sociedade capitalista quando até teoricamente isto não combina?

CARMEM — Há algumas razões, algumas você vai dizer que são mais tolas, outras menos tolas. Eu acho que nós, em mil anos, talvez em novecentos como diz o Mao — consigamos exercitar uma relação igualitária socialmente, E eu acho que essa sociedade, com uma simplicidade tecnológica muito grande, com populações menores, com todas essas variáveis, exibem para nós uma relação social que nós — dizem os otimista, em novecentos anos; os pessimistas, em mil anos — talvez estejamos exercitando. Então nós temos, não que aprender, porque a sociedade do futuro não vai ser nem aperfeiçoamento do capitalismo e nem uma réplica desenvolvida do tribal. Mas, de qualquer forma, eu acho que é importante a gente compreender o que significa o coletivo, o que significa o igualitário, o que significa exigir de cada um apenas de acordo com aquilo que ele pode dar, ao mesmo tempo sabendo que ele tem direitos a receber o que precisar. Na minha opinião isso talvez fosse uma razão que poderia alimentar a curiosidade inclusive teórica das pessoas. Depois, eu me dedico não só a populações indígenas e, mais proximamente, a populações tribalizadas, que tem uma cultura muito diferenciada da nossa. Interessa-me muito o crescimento político dessas populações — das populações indígenas filtradas pela sua cultura. Mas me interessa também o crescimento político das populações rurais. Tenho muito interesse também pelas comunidades rurais da nossa sociedade, mesmo que não tenham diferenciação. Agora, profissionalmente,, voce acaba se especializando e eu me especializei inclusive em índio tribalizado. A preocupação de acompanhar o crescimento político é que é importante e, finalmente, eu vou dizer uma coisa pra você: tenho a impressão que pra gente dar uma melhorada na nossa própria sociedade, precisamos aprender a conviver com o diferente. E a sociedade brasileira está longe de conseguir isso. Acho que a gente podia até fazer umas coordenadas. Quanto maior o autoritarismo, maior a aspiração de se ter as coisas homogêneas. Um exemplo claro, límpido disto é a ordem unida. Você tocou a corneta, virou metade pra lá, metade pra cá, é a confusão. Se a gente for seguindo nessas coordenadas, a gente vai ver que há um ponto em que uma sociedade, se constituindo talvez em bases diferentes de produção, pode assimilar, conviver e permitir o desenvolvimento da variedade dentro dela. Mas não uma variedade idealista, em que eu sou isso você é aquilo. Não. A partir de uma matriz, centrada nas verdadeiras necessidades concretas da população. Porque eu acho que é um desafio muito grande para o Brasil, mesmo enquanto ainda país capitalista, se forçar à aceitação do diferente. É por isso que eu, embora não esteja envolvida em movimento de negro, em movimento feminista, em movimento de homossexual, movimento disso ou daquilo, acho importante de fato forçar essa sociedade a se estruturar, aceitar a diferença.

Felizmente nós conseguimos superar um relacionamento puramente animal em que se eu tenho raiva de você, te dou uma dentada. Nós temos a mediação política, o diálogo. Só esgotado isso é que você corta a cabeça. Vamos tentar fazer a sociedade brasileira conviver com esses princípios um pouco democráticos.

PLURAL — Nesta revista a gente vai enfocar justamente esse problema dos movimentos paralelos que estão ocorrendo, como você queira chamar isso daí. Você acabou de nomear alguns: o homossexualismo, o feminismo, a convivência com o diferente. Dentro disso, parece que existe uma coisa comum. E teria uma especificidade, no caso do índio? Como se caracterizaria esse específico? Pelo problema ético?

**CARMEM** — O do índio, inclusive, eu acho que é um problema mais sério ainda, onde você tem que realmente insistir mais. Porque veja: são povos diferentes. Se nós tivéssemos um oceano separando nós dos índios, nós estaríamos fazendo colonialismo “tout court”. É o que os ingleses, os europeus de modo geral fizeram na África. Mas nós não temos oceanos, nós temos rios. Temos os rios Juruema, temos o rio Aripuanã, temos o rio Xingu nos separando desses povos que nós dominamos. Nós fizemos a nossa independência, que era a independência do descobridor, englobamos essas populações dentro dos limites territoriais nossos, submetemos esses povos ao nosso Estado e, mais ainda, os submetemos, quando eles se desgarram de seus grupos, à exploração de classe também. Então, você veja: não só é um problema de que o índio virá a ser ou já é explorado realmente por ser assalariado. A isso acho que se sobrepõe ainda o fato da gente estar fazendo isso explorando um povo, com matrizes diferentes das nossas. Alguém diria: Bem, então você está pregando a auto-determinação desses povos. Eu acho que a História não vai pra trás, ela vai pra frente, não vejo viabilidade de você ter o grupo xavante amanhã fundando a sociedade democrática, a sociedade federal, a sociedade não sei o que xavante, a república democrática, a comuna não sei que xavante. Isso eu acho que é ilusório. Daqui pra frente eu acho que esse convívio com essa diferença tem que incorporar inclusive o seguinte: tem povos que têm o direito de ser. É claro que se nós tomamos o regime capitalista, são postos limites maiores à determinação desses povos. Eu acho que se amanhã os limites forem socialistas, serão limites maiores. Se amanhã nós alcançarmos uma sociedade realmente livre, serão limites maiores ainda, se é que haverá necessidade de limites. Nesse momento então não se terá necessidade nem de limites nacionais, quanto mais étnicos.

**PLURAL** — Você vê que a manutenção da terra, a posse da terra, não a propriedade, o usufruto da terra, não resolve o problema dos índios. Porque dentro das próprias reservas, como você já contou, existe uma exploração da mão de obra, e além de tudo, uma descaracterização do índio em termos de linguagem, daquele índio que aprende metade da língua dele, metade do português. Ele tem inclusive, problema de comunicação. Qual é a solução para esse tipo de coisa dentro desse regime que a gente vive, dentro do sistema que a gente vive, dentro do sistema que a gente vive? Por exemplo, o Apoena Meireles propõe a integração econômica do índio. Essa moça Araci Lopes da Silva, nega isso. Ela diz que é preciso manter o índio dentro do modo de produção dele. Como você se coloca?

**CARMEM** — Se a gente pudesse fazer AIs a respeito do índio, AIs benéficos...Só a terra, em abstrato, é complicado mesmo. Primeiro precisaria ser assegurado a essas populações terras em dimensões que permitissem aos índios aplicarem suas técnicas tradicionais e elas se manterem eficientes. Isto é, você precisaria então ter onze Parques Nacional do Xingu. O Parque Nacional do Xingu tem vinte e poucos mil quilômetros quadrados. Então, claro, se pra cada grupo você mantém vinte e tantos mil quilômetros quadrados, você pode imaginar abstratamente que essas populações têm condições de reproduzir seu modo de produção autônomo. Isso, teoricamente. Porque esses parques nacionais têm que conviver com as BR-080, com as Transamazônicas, etc. E têm que conviver mais ainda: com uma estrutura fundiária que vai empurrar gente alí pra dentro. Se não empurra hoje, empurra daqui a dez anos, vinte anos, cinquenta anos.

PLURAL — Aí acontece o confronto que aconteceu com o problema dos posseiros e dos índios. Eles também são pessoas que foram desapropriadas, também não têm um lugar pra ficar e nesse ponto é que eu acho difícil entender. Porque você diz que o Estado deve dar proteção ao índio, quando, na verdade, a gente não tem proteção. Na sociedade brasileira o indivíduo não tem este tipo de proteção. A emancipação do brasileiro, como disse alguém, não aconteceu ainda.

CARMEM — Jóia, essa pergunta. Efetivamente, pode parecer até meio reacionário a gente ficar privilegiando uma pequena população. É claro que o mesmo raciocínio valeria para você trabalhar com o problema do negro, da mulher, etc. Mas não sei se é por força de ter tanto vício didático, eu acho que contradições menores são resolvidas através da educação. Teve um asiático que já disse isso. Só para as antagônicas é que você precisa de revolução. Então você vê: tem uma contradição séria entre índio e população rural. Com relação à manutenção da terra, à briga que os índios fazem para manter sua terra: se nós conseguimos que estas populações mantenham sua organização, sem ingerências fortes de funcionários federais, que eles consigam manter suas lideranças regulando a vida na aldeia, eu tenho a impressão de que eles, como pobres que são, fazem uma demonstração aos demais de que se você luta e se organiza, mesmo sem grandes alardes, você consegue um nicho no meio deste sistema capitalista para sobreviver. Isto como primeira etapa. Eu fico imaginando o que não está ocorrendo com estes posseiros que foram expulsos, por exemplo, de Nonoai. Eu espero que eles tenham percebido qual era o símbolo que estava em jogo. Eu espero que as pessoas que trabalham com zona rural tenham tido oportunidade de permitir a eles fazer a tradução do fenômeno. Eu acho que no momento em que nós estamos defendendo a população indígena, nós não só estamos defendendo um povo que é diferente do nosso mas estamos exibindo didaticamente ou, pelo menos, tentando fazer com que os índios exibam de uma forma didática, modelos de organização e resistência. Porque, convenhamos: resistir 4 séculos! E uma grande sabedoria que está aí. Então, neste sentido, a gente aprende também e pode transmitir o mínimo daquilo que você falou, da compreensão desta malícia política. Eu sou antropóloga, mas antes de ser antropóloga eu sou cidadã brasileira. Eu acho que como cidadã a gente tem uma série de deveres que são indeclináveis. Agora, como cidadã, você também tem um ofício, uma profissão, na qual você canaliza parcela destas suas responsabilidades cívicas. Então, eu poderia estar lutando por uma legislação melhor, que restabelecesse por tempo de serviço, a garantia no emprego poderia estar trabalhando para melhorar as condições, etc, etc. Como poderia estar trabalhando de formas talvez mais fecundas, eventualmente mais voluntaristas. Não. Estou trabalhando junto com as populações indígenas.

PLURAL — Eu pergunto isto por um problema prático mesmo. Porque na realidade, o capitalismo não vai deixar de avançar. Na realidade, as terras dadas aos índios vão ser cada vez menores. Eles não vão poder reproduzir o modo de vida deles. Apenas propõe a integração econômica do índio como uma solução para o problema. Porque, como ele mesmo aponta, não se pode conseguir parar, botar um freio nas coisas. Aí é como você falou, a História vai sempre para frente. A não ser que aconteça uma coisa bastante diferente, bem mais adiante. Como é que fica o problema do índio?

CARMEM — Aí a gente volta àquele ponto. Eu acho que apesar da gente estar fazendo a defesa do índio, da sociedade, da comunidade indígena, de fato nós estamos tentando construir, abrir espaço dentro da nossa sociedade



que é a brasileira. Da sociedade maior. Então, neste sentido, porque nós votamos nas eleições, se sabemos que amanhã o legislativo pode ser limpo com qualquer Ato Complementar? A gente acredita que, apesar de estarmos dentro de um regime burguês, um regime de classes, a gente pode abrir espaços. E eu me lembro de umas lições que foram dadas no começo do século, onde se dizia o seguinte: que a abertura democrática, à primeira vista, parece apenas uma conquista da burguesia. Mas no momento em que abre espaços políticos para mobilização da classe proletária, dos trabalhadores, ela, em última análise, beneficia os trabalhadores. Portanto, ela é a própria negação desta liberdade burguesa que se conquista momentaneamente. Então, a nossa cunha é abrir espaço para a luta para que possa existir maior liberdade de ser diferente. E de ser diferente, inclusive, questionando uma forma de propriedade. Eu não digo que ela é mais importante do que você lutar para fazer não sei quantos deputados do MDB. Não discuto o valor de cada um, o peso específico de cada um. Mas acontece que no momento em que nós discutimos o Estatuto do índio, ou discutimos Emancipação, nós questionamos a imposição de uma propriedade privada do solo.

**PLURAL** — Acredito que se deva abrir espaço mesmo. Agora veja bem: neste espaço você tem que ganhar alguma coisa. Então, por exemplo, no caso da eleição, você colocou algumas pessoas lá dentro. No caso do índio, no caso do Estatuto, o espaço para discussão foi aberto mas o que se teve foi até uma coisa pior do que a inicial. Existe alguma proposta de solução?

**CARMEM** — Proposta de solução não existe. De fato, você já colocou que nós não vamos conseguir solucionar o problema do índio dentro da sociedade capitalista. Eu acho difícil mesmo. O que nós podemos ter são certas atenuantes. Qual é a atenuante? Por exemplo, é se a gente conseguir permitir que prossiga o índio tendo sobre si este escudo protetor, isto é, que ele não se dissolva como sociedade; que a gente consiga dizer que o índio tem direito de plantar maconha porque faz parte dos rituais dele plantar e fumar maconha e, portanto, nós não queremos admitir que a polícia federal vá lá torturar índio porque planta maconha, que foi o que aconteceu no Maranhão. São pequenas conquistas, tais como de que o índio não quer viver ele com a mulher e os filhos. Ele compreende a vida humana como uma vida em comunidade. Eu acho que se se conseguir isto, se consegue uma coisa. Então, você diz: Você está conseguindo para o índio? Não, você está conseguindo isto para a sociedade brasileira. Porque estas populações indígenas, embora não abram mão futuramente de sua etnias respectivas, estão no mesmo vagão, na mesma perspectiva histórica que é a do capitalismo, que é a delas, tem que ser a delas, mesmo que venham a reboque. Eu não acredito que a população indígena seja uma vanguarda histórica nossa, Mas acredito que elas venham sendo puxadas junto e nesse ser puxadas junto, neste meio tempo, você consegue várias coisinhas que são importantes de se ter. Porque no dia em que você entender que índio tem um ritual e que fuma maconha, eventualmente você pode entender, de repente, que a pessoa nasceu de uma raça, que a pele é diferente, que é preto, marrom, azul marinho e que tem que ter os mesmos direitos civis que você tem. São pequenas conquistas. Você diz: burguesas, pequena-burguesas talvez, de classe média. Pode ser, mas elas estão abrindo espaço. Não se deve pensar que este deva ser o alimento fundamental da responsabilidade de um cidadão, eu acho que não. A responsabilidade de um cidadão vai além de você lutar por esta abertura de espaço.

**PLURAL** — E esta divergência entre antropólogos e sertanistas? Existe, de fato? Qual seria?



CARMEM — No fundo eu acho que em qualquer tipo de atividade humana as pessoas que trabalham um material teórico e as pessoas que estão com a mão na massa, às vezes têm visões um pouco diversa do mesmo problema. Eu acho também que pode haver pequenas diferenças, não só entre o modo de ver o problema indígena pelos antropólogos e indigenistas, como entre antropólogos existem também algumas diversidades, pontos de vista às vezes mais especializados num aspecto da cultura do que em outros. Entre os indigenistas também existem técnicas diferentes de atração de índios. Enfim, não se trata, em absoluto, de um grupo homogêneo. Mas, a rigor, não há divergências. Eu acho que este incidente que ocorreu agora, no qual os antropólogos foram alvo de algumas críticas bastante severas por parte de um ou outro indigenista, foram coisas conjunturais, coisas faladas no bojo da emoção. Porque da minha parte, como antropóloga, acho que nós temos que conviver muito bem e aprender muito com os indigenistas, com os sertanistas. Estou entendendo isso como realmente um problema de emoção, de raiva, que a gente deve realmente deixar de lado. Agora, eu acho que o fundamental, que já foi compreendido por todos nós, é que quando se tratar de fazer a defesa da população indígena, essas pequenas divergências são deixadas de lado e se forma realmente um bloco monolítico. Não sei se, de fato, o governo recuou quando disse que talvez Geisel não assinasse a regulamentação da emancipação. Mas, se não recuou, pelo menos parou um pouco para pensar. E essa parada se deve a essa mobilização que foi feita em torno de um lema: falsa emancipação não aceitamos. E conseguimos não só mobilizar os colegas, profissionais, como a imprensa e uma parcela do povo. Daqui e de fora também. O número de moções de apoio que vieram para nós e para o governo diretamente foi enorme. Ultrapassou cem, quase duzentas, entre cartas, telegramas, etc. Agora, o que isso mostra? Que lições nós tiramos disso? É que nós não podemos, em momento nenhum, baixar a guarda. Eu acho que a mobilização, na atual correlação de forças existentes no país, é a forma mais eficaz de você lutar.

---

\* Antropóloga. Coordenadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.



## A HISTÓRIA COMO ARMA

MANOEL MORENO FRAGINALS\*

Resulta surpreendente recolocar-se agora, depois de tantas voltas sobre o tema, qual há de ser ou — de modo imperativo — qual **deve** ser a função de historiador na sociedade socialista. Sem dúvida, cremos imprescindível esta colocação porque o processo revolucionário cubano, varrendo todas as antigas hierarquias, nos fez voltar às perguntas iniciais. Hoje, todo intelectual honesto está necessitado de uma análise e uma recolocação de sua atitude, e os historiadores não são uma exceção. Não podemos viver na sociedade nova com velhas concepções históricas: esta é uma frase repetida até ao infinito. Mas que temos feito pela criação da nova história, do novo historiador?

Comecemos por reconhecer com a mais absoluta honestidade que os livros dos historiadores profissionais são poucos lidos; e são lidos menos na medida em que a opinião de seus colegas eleva a categoria intelectual destas obras. É óbvio que não nos referimos aqui aos textos que os estudantes adquirem e lêem obrigatoriamente como meio de serem aprovados em seus cursos. Nossa menção é aos livros históricos — de historiadores profissionais cubanos e estrangeiros — antes e depois da Revolução. A verdade desta afirmação fica demonstrada a partir de uma simples análise estatística da venda de livros. Esta pouca leitura de obras de história, vai indissoluvelmente ligada a outro fato de maior transcendência. Existe um clamor geral por uma **história nova**, por uma forma distinta de ver o passado, que não foi satisfeita na etapa revolucionária. São poucos os livros históricos novos publicados a partir de 1959, ainda que tenhamos tido um importante trabalho de reedição. Mas nem as antigas obras preencheram sempre seu papel, nem as novas têm sido sempre **novas** no exato sentido da palavra. O homem que nasce neste período de construção do socialismo intui que os esquemas históricos tradicionais não funcionam. Os estudantes se mostram perplexos ante obras que pretendem ser o antecedente imediato do presente que vivemos e que sem dúvida nada tem a ver com este mundo fabuloso que se abre ante seus olhos. E preferem, como leituras — não como disciplina — a história apaixonada, alucinante que se revela detrás de **A Tortura, A gangrena, A favela** ou a simples explicação de uma classe social que oferece **El cimarrón** ou **Memórias de uma cubana que nasceu com o século**. O resumo definitivo deste problema está na resposta sincera do agudo José Luciano Franco, quando lhe perguntaram porque a história era tão aborrecida:

A história real — respondeu —, esse apaixonante susceder diário, criador, jamais é aborrecido: os aborrecidos somos nós, os historiadores.



## PARA QUE A HISTÓRIA?

Ao penetrar no caminho do socialismo, recoloquemos a pergunta inicial: para que a história? Durante séculos viemos acumulando respostas: a história como mestra da vida, exemplo das gerações vindouras, lição do presente... De Maquiavel, a Svigny a Toynbee — para citar somente alguns baluartes do nascimento e desenvolvimento da historiografia burguesa — as respostas à razão da história permanecem idênticas, ainda que em cada ocasião se expressem com palavras diversas. As palavras distintas para dizer sempre o mesmo parecem sutilezas de escolásticos: mas nesta sutileza está o sentido do jogo e a grande fraude da história escrita burguesa. A história escrita cubana é também uma típica concepção burguesa. E se queremos contestar sinceramente a pergunta: para que a história?, devemos interrogar-nos também neste sentido: para que a classe dominante necessita da história?

A história escrita é um dos elementos fundamentais da superestrutura criada por um determinado regime de produção. Neste sentido pode-se compará-la adequadamente com a religião e o direito. Talvez porisso aborreça os homens de hoje como um livro antigo de direito ou de teologia, e não interesse mais senão aos especialistas. Repetindo determinados conceitos históricos às crianças nas escolas e ao povo todo através de diversos meios de comunicação, a burguesia tratou de criar um mundo de mitos que em sua raiz é idêntico à crença em São João Bosco ou no Santíssimo Menino de Praga.

Somente que a história escrita é mais perigosa que as antigas formas religiosas às quais pretende substituir ou complementar, já que os mitos históricos não respondem à mentalidade primitiva mas se cotizam no mercado das idéias como produtos modernos e científicos. E para um processo revolucionário este ponto é sumamente delicado, já que o mito religioso se destrói por si só ante uma explicação científica do mundo, a lei como superestrutura se derroga, mas a crença histórica permanece como categoria científica, assentada em sua base documental.

Como se construíram os mitos históricos? Não é um fato casual que a historiografia burguesa estabeleceu como axiomas universais certas premissas “científicas”, como as seguintes:

Os fatos recentes não podem ser analisados corretamente pelo historiador, é necessário que o tempo os decante, acalme as paixões e fixe os valores.

Não se pode julgar o passado com critérios do presente.

O historiador tem de ser um homem desapaixonado.

Estas são algumas regras burguesas do jogo historiográfico. São verdades parciais, quer dizer, mentiras parciais. E todas conduzem para um mesmo fim: lograr, de maneira científica, que os historiadores separem-se de todo contato com a vida.

Negar a possibilidade da análise dos fatos recentes mostra o desejo subconsciente de frear todo estudo que coloque em perigo a estabilidade da ordem burguesa. É certo que são muitas as dificuldades que se pode assimilar no esforço para escrever a história contemporânea — no verdadeiro sentido da palavra —, mas estas dificuldades não são maiores que as que tem que vencer para historiar o passado distante.

Historiar o distante não cria mais problemas a uma burguesia governante senão suportar talvez um vendaval sobre seus mitos históricos: expor-se a que alguém, em um livro do qual se editam mil exemplares e é lido

por pouco mais de mil interessados, coloque uma tese contra algo que estudam anualmente nas escolas, institutos e universidades, um milhão de pessoas. E se isto acontece — este foi o caso de Açúcar e Abolição, de Cepero Bonilla —, se acusa o autor de extremista, apaixonado e antipatriota. E, também, como no caso de Açúcar e Abolição — que é o ensaio histórico mais brilhante que se escreveu em Cuba neste século —, se estende em torno uma cortina de silêncio.

Agora, historiar os fatos recentes implica para a burguesia governante o perigo de que os historiadores investiguem e denunciem a realidade do presente. E que deixem plasmado em uma obra científica o relato exato de uma situação conhecida não somente através dos documentos mas também pelo possível testemunho vivo dos atores do fato. E o trabalho com fontes vivas — de alguma forma temos que chamá-las — implica a utilização de certas técnicas de investigação que enriquecem o instrumental historiográfico e abrem um mundo extraordinário para aprofundar e compreender o passado. Mas estas modernas técnicas tão pouco são ensinadas aos historiadores, e a burguesia as reserva para a análise de seus mercados e a venda de seus produtos.

Paralelamente à negativa de investigar fatos recentes, corre a grande mentira parcial de que é impossível analisar o passado com critérios do presente. É elementar que as características formais dos diversos povos e as condições de cada época diferem entre si extraordinariamente. Mas existe uma série de constantes históricas que podem aplicar-se sempre, como são a realidade da luta de classe e as relações de produção. E a única forma de compreender plenamente as relações de produção do passado, é estudando as relações de produção do presente. Sobretudo, não estudando-as em um manual de economia política, a única maneira de captar a luta de classes é participando desta luta, conscientemente, já que, queira-se ou não, sempre se participa dela.

É um fato sobrejamente conhecido, ainda que nunca comentado, que os criadores do materialismo histórico não eram historiadores profissionais. Chegaram às leis históricas partindo, não dos documentos mas sim da análise exaustiva de seu presente: quer dizer, ampliando suas vivências até o passado. O ponto de partida, o único ponto físico de partida, é o presente. Sempre nos projetamos de hoje para ontem sem que isto implique na aceitação da história como presente à maneira idealista de Benedetto Croce. Trata-se basicamente, de começar por compreender a vida e o que esta vida tem de comum em qualquer tempo e em qualquer lugar. E para entender a vida, para interessar-se avidamente pelo presente, é necessário ser um espírito apaixonado. Talvez por isso dentro da pseudociência historiográfica burguesa, a paixão é o máximo pecado capital. Acusa-se de apaixonado um historiador como se acusaria de viciado em drogas um homem público. Deve-se ser frio, sereno, desapaixonado, que nada excite nem conturbe: em resumo, um grande castrado intelectual.

Distanciando da realidade, trabalhando exclusivamente sobre o passado, recompilando documentos mortos, isolado da produção de bens materiais pelos muros do arquivo ou da biblioteca, o historiador moderno é o grande triunfo intelectual da burguesia que possui nele o seu funcionário mais fiel, barato, e eficiente. O historiador médio americano é no fundamental um empregado burocrático de segunda ordem, ou um professor de história. Cidadãos burocráticos, que chegaram às disciplinas históricas por uma certa curiosidade intelectual e cuja missão mais transcendente é este acumular de dados, este

escavar fontes, para escrever suas obras. E, nos piores e mais numerosos casos, dedicados somente a copiar cópias, a acumular seleções prévias.

Pacientes trabalhadores da umidade, do pó e do mofo: tudo isto dito com o maior respeito. Mas, fora do arquivo e da biblioteca, transcorre a vida que originou estes documentos que ele consulta. E é curioso que quando o historiador profissional se vê obrigado a trabalhar em coisas modernas, a mesclar-se nos ritmos turbulentos de seus dias, o faz com má vontade, esperando o momento do retorno à calma do gabinete. Naturalmente que nada disto se refere àqueles que não são historiadores de profissão mas que a exercem subsidiariamente, por necessária criação intelectual ou por um sadio prazer de investigação que nasce de sua atividade principal. Talvez porisso grande parte dos escritos históricos mais interessantes de Cuba não se devam a historiadores, mas sim a jornalistas, médicos, químicos e engenheiros.

## A ELABORAÇÃO DO PRODUTO HISTÓRICO

Pensemos nas ferramentas que utiliza, as matérias-primas que elabora e o produto final que obtém o historiador. Este pretende reconstruir uma parte do passado baseando-se nos documentos escritos ou não — e utilizando certas técnicas da investigação histórica. Nas fontes documentais que consulta encontra sua primeira extraordinária dificuldade. Pode afirmar-se que a quase totalidade dos documentos com que trabalha se originaram nas classes sociais dominantes. Ora, em um longo processo defensivo estas classes dominantes foram depurando seus documentos, apagando — como os delinquentes — as trilhas de seus passos e deixando-os, como fontes históricas, um material previamente selecionado e com o qual somente pode chegar-se a certas conclusões prefixadas. Neste sentido, a mentalidade do historiador está condicionada por dois fatores negativos: sua formação desde a infância dentro do grupo de doutrinas e mitos históricos burgueses, e uma documentação que através de um processo de decantação e seleção respalda plenamente esta religião historiográfica. E enfrenta-se ambos os problemas com uma metodologia burguesa da investigação histórica.

A história escrita de Cuba - não falamos da história real - é um exemplo concreto de como se manipulou os documentos e se organizou o conjunto de mitos que constitui nossa superestrutura histórica. Temos somente pouco mais de dois séculos de historiografia cubana, de história escrita, e quase todas as obras destes dois séculos respondem aos interesses da oligarquia latifundiária cubana do século 18 - pecuarista, tabaqueira e açucareira - que se torna, no século XIX e XX, burguesia nacional a serviço dos interesses norte-americanos. É impossível, e não há interesse em relacionar aqui a extensíssima lista de mitos menores na história cubana. Para os fins deste trabalho basta assinalar alguns pontos que constituem dogmas fundamentais, como, por exemplo, o antiespanholismo, o escamoteio do problema negro e a apresentação da burguesia como grupo criador da nacionalidade. Três aspectos que, como trilogia cristã, formam um só mito verdadeiro.

O antiespanholismo tem uma longa origem. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII foi a base da historiografia a serviço dos impérios holandês e inglês que lutaram contra a Espanha, e hoje é sumamente útil ao imperialismo norte-americano. Nutre-se em sua etapa de desenvolvimento com os argumentos e a obra do Padre Bartolomé de las Casas. Os apologistas do

império inglês e holandês fizeram de Las Casas o protótipo do cavaleiro andante pelos campos da América. E assim, os grandes justificadores dos dois impérios de mais bárbaras depredações que conheceu a história moderna, os aperfeiçoadores do tráfico de escravos negros, colíes, índios e polinésios, os pais da guerra do ópio, traduzem as obras do sacerdote espanhol, as comentam, lançam numerosíssimas edições e se erigem nos grandes juizes contra a colonização espanhola. Os norte-americanos mantêm a mesma tradição, e é famosa a atuação de Lewis Hanke, historiador a serviço do Departamento de Estado, fervoroso estudioso de Las Casas, que já proferiu conferências sobre o tema por toda a Hispano-américa, pago não sabemos por quem, mas o imaginamos. Os argumentos de Bartolomé de Las Casas chegaram em sua forma mais deturpada nas escolas primárias cubanas onde, até a década de 1930/40, se ensinou que os poucos espanhóis que vieram para a conquista e colonização da Ilha mataram, com o trabalho forçado nas minas de ouro, por volta de 300.000 indígenas em poucos anos.

A história escrita de Cuba de 1763 até nossos dias é a história da luta dos cubanos contra os espanhóis, a luta dos liberais contra os reacionários espanhóis, a luta dos cultos cubanos contra os ignorantes espanhóis, dos valentes cubanos contra os covardes espanhóis. Tudo isto se escrevia com uma grande documentação enquanto que os espanhóis narravam os acontecimentos exatamente na forma inversa, empregando também uma grande copilação de fontes. Participar, na Espanha, da tese cubana significava ser sustentador da "Lenda Negra", ser anti-espanhol, ser anti-patriota.

Participar, em Cuba, da tese espanhola era antes, ser traidora; hoje, ser falangista. Relativismo histórico, como dizem os idealistas? Não. Simplesmente dois mitos: o anti-espanhol e o pró-espanhol criados ambos com documentos previamente selecionados pelas classes dominantes dos respectivos países. Verdades parciais que expostas parcialmente constituem uma grande mentira. Não exprimem duas posições - e é muito importante levar isto em conta - não são duas posições historiográficas - repetimos - mas uma única posição criadora de mitos por parte de ambas as classes dominantes.

Instituída a crença de que as grandes lutas se deveram simplesmente a um conflito cubano-espanhol é possível fazer desaparecer de nossas histórias o profundo sentido da luta de classes, escamotear as contradições inerentes à produção de mercadorias para o mercado capitalista empregando parcialmente um regime de trabalho escravo, apagar o enfrentamento de produtores e comerciantes numa colônia onde, por condições econômicas, o segundo domina o primeiro. Em uma recente polêmica histórica que teve lugar na Universidade de Havana, e dos lábios de um aluno que se ufana se sustentar a interpretação materialista da história, ouvimos a afirmação de que a principal contradição do século XIX cubano era a existente entre criollos e espanhóis. Sua atitude demonstra até que ponto a superestrutura histórica distanciou os homens de hoje e de que maneira este período de construção do socialismo está impregnado de elementos capitalistas que obscurecem sua compreensão. Assim, a lâmpada mágica de nossos historiadores profissionais, Aladins da história, apagam do panorama da Ilha as trágicas figuras silenciosas de meio milhão de escravos - cinco anos em média de vida na plantação, 16 horas diárias de trabalho, sangrentas sublevações, inversão de centenas de milhões de pesos - e podem resumir o trágico ano de 1834 em uma polêmica entre o cubano Saco e o espanhol Tacón.

## PARA A CRIAÇÃO DA VERDADEIRA HISTÓRIA

Cremos que chegou o momento em que nos recoloquemos honestamente - numa obrigada aproximação ao socialismo que cresce vigoroso - como captar a verdadeira história, como criar o historiador novo que nos entregue a história nova, liberada de concepções classistas burguesas. A tarefa é sumamente difícil, já que não se trata de destruir umas quantas premissas. As bases da história burguesa se destroem por si mesmas porque contradizem a verdade revolucionária de nossos dias e aparecem aos olhos dos homens novos como um amontoado de mentiras sem sentido. Mas este processo de auto-destruição é lento e ainda permanece no essencial em nossos livros de história e talvez se mantenham durante muitos anos mais, já que constituem super-estruturas que chegaram a formar categoria espiritual, sobretudo na geração de transição. Talvez o perigo maior esteja no pseudo-materialismo - histórico que emerge e floresce nos períodos de transição como uma forma de oportunismo intelectual e que confunde facilmente a juventude.

Com efeito, a nova geração, com normal ímpeto juvenil, destruidor das antigas categorias, está consciente de que a história escrita que lhe entregamos é falsa. Se não se chega à raiz, a oposição aos mitos burgueses se transforma inicialmente em uma atividade iconoclasta: destruir Céspedes, Saco, Luz e Caballero, Arango e Parreño .... Baixar de seu templo os deuses burgueses e colocar em seu lugar novos deuses. Esta atitude não responde, como falsamente quizeram ver, a um sentido de irresponsabilidade juvenil, mas a um profundo desejo insatisfeito de justiça histórica. E é normal que por falta de preparação - quem iria prepará-los? - estes jovens sejam terrivelmente injustos em sua justiça. Um caso concreto é o de Carlos Manuel de Céspedes, apresentado por alguns pseudo-historiadores e portanto pseudo-revolucionários - como um rico fazendeiro escravista, dono de moderno engenho açucareiro. Quando a realidade documental prova que era um profissional acomodado, que com grandes esforços faz mover um pequeníssimo trapiche, sumamente antiquado, chamado La Demajagua, onde trabalhavam, exclusivamente, trabalhadores assalariados.

É necessário enfrentar-se o problema desta sede de uma nova história escrita, desta necessidade que tem a revolução. E a solução definitiva não está em pequenas polêmicas, em discutir e rediscutir Saco, Martí, Céspedes, independentemente do fato que discussões deste tipo podem ser muito úteis em muitos casos. A solução definitiva está na raiz do problema, não podemos escrever a história nova com materiais velhos e dando aos jovens de hoje uma formação historiográfica tipicamente burguesa e decadente. Voltamos assim à nossa tese inicial: não é possível uma nova história de Cuba utilizando as fontes decantadas, depuradas e selecionadas por aquela que foi a burguesia cubana a serviço do imperialismo. Falar de interpretação materialista da história, de uma história chamada marxista, e basear-se para tanto no acervo documental dos historiadores burgueses que nos precederam, é visivelmente uma fraude. Escrever a história de Cuba tomando como documentação as obras históricas de nossas oligarquias equivale a escrever a história heróica da Sierra através das notícias que oferecia o Diário da Marinha.

Isto não significa ignorar as fontes documentais dos historiadores burgueses. Não podemos descartar as fontes utilizadas até hoje: não se pode descartar qualquer fonte. O que afirmamos é que estas fontes haviam sido organizadas, depuradas e selecionadas para construir os mitos históricos da burguesia e com elas não há forma honesta de chegar a outras conclusões que

as tipicamente burguesas. Temos de tomá-las, simplesmente, como uma parte da documentação, mas nossos estudos devem necessariamente abarcar o panorama íntegro: o riquíssimo mundo de coisas intocadas e nunca comentadas. Há que ir até aquelas riquíssimas fontes que a burguesia eliminou do caudal histórico por serem precisamente as mais significativas. E com o respaldo destas novas e imprescindíveis investigações descobrir as leis dialéticas de nossa história. E observe-se bem claramente que dizemos descobrir e não aplicar, porque a outra grande fraude histórica consiste em tomar determinados esquemas materialistas, da maneira mais simplista, e fazer com eles um molde rígido onde devem-se depositar os dados. Sem uma investigação do passado não se pode falar, com absoluta probidade intelectual, da nova história cubana nem da interpretação materialista. E aqueles que pensam que o caminho é sumamente difícil recordem as palavras de Marx: Na ciência não há caminhos reais, e quem aspire remontar seus luminosos cumes tem que estar disposto a escalar a montanha por caminhos escabrosos.

Mas não é somente uma reinvestigação: trata-se de uma reinvestigação com métodos novos. Porque se no total das fontes nos deparamos com a metodologia historiográfica burguesa, de novo se opera em nós o mecanismo burguês de seleção, retornamos ao antigo caminho e chegamos às mesmas velhas conclusões. As novas fontes necessitam uma nova atitude acurada que para atuar criadoramente há de nascer de uma formação científica distinta das que consistem as atuais escolas de história da América. Os clássicos planos de estudo jamais poderão produzir o novo historiador e neste sentido, nossas universidades não são exceção.

Nas carreiras de estudos históricos não está incluída uma só investigação social econômica moderna, com práticas concretas, trabalhos de campo e que ensinem conseqüentemente a metodologia destas investigações. O aluno não se inteira dos grandes problemas da produção, não aprende como se traça um fluxo tecnológico e portanto jamais entenderá, em sua raiz, que profunda transformação provocou na Europa o complexo de novos teares, ou, em Cuba, a aplicação da evaporação à vácuo nos engenhos. Não tem a menor idéia de uma análise de mercado, de consumo, de venda, de distribuição, não sabe como se investigam os módulos de vida de uma comunidade rural. Em uma ocasião e em uma universidade cubana, pudemos comprovar que os alunos de história de Cuba, que participavam de um seminário de história republicana, ignoravam os mais elementares mecanismos da venda do açúcar, os mercados residuais, etc. E com estes alunos, que hoje são professores, se está recompondo para as crianças o ensino do passado cubano e se espera escrever a nova história verdadeira, exata, e científica, sem mitos.

Talvez a razão de tudo isto esteja e que para nós historiadores, pode-se aplicar as palavras do Comandante ao falar dos intelectuais: a culpabilidade reside no fato de não sermos autenticamente revolucionários. Sem dúvida, reconhecendo os próprios erros e o lastro capitalista que levamos, possamos fazer um esforço para apressar a criação do novo historiador. Um historiador que tenha o conceito de que todo o trabalho amplo de investigação é sempre um trabalho coletivo, onde se resumem as contribuições das experiências psicológicas, econômicas, tecnológicas, etc. Sabemos que esse historiador novo, apesar de suas profundas leituras de documentos e livros antigos, conhecerá o trabalho produtivo, não como disciplina imposta, mas como beleza criadora da produção. Sabemos que o novo historiador, ainda que se especialize em uma só direção, em uma região e em um só período, manterá sempre vivo o interesse universal. E que isso que os eruditos de hoje chamam

dispersão será visto como o que realmente é: espírito universal e criador.

Poderíamos terminar fixando umas últimas características de formação intelectual e moral. Quem não maneja e interpreta as cifras, quem é inapto para as matemáticas, jamais será historiador. Quem é incapaz de compreender a beleza extraordinária e o fabuloso mundo intelectual que há por trás de um híbrido de milho, uma máquina ou um novo alimento para o gado, jamais será historiador. Quem não sente a alegria infinita de estar aqui neste mundo revolto e mutante, perigoso e belo, doloroso e sangrento como um parto, mas como ele criador de nova vida, está incapacitado para escrever história. E quem, sobre todas as pequenas questiúnculas pessoais não sente seu dever moral entregar-se todo para a revolução, e está consciente dos defeitos que arrasta e não deve transmitir, quem nesta hora não sente o dever de criar, quem não sente o dever de estar aqui, ainda que seja simplesmente queimando-se como lenha neste fogo, quem não está além de seu livro e do meu, do escrevo-lhe-a-nota-de-seu-livro para que logo você-me-escreva-a-nota-de-meu-livro, jamais poderá ser um historiador.

---

\* Artigo retirado da revista Casa de las Américas, Havana, 1970. Edição comemorativa do seu 10º aniversário. Tradução de José Cláudio Barriguelli.



# ALGUNS ASPECTOS DA VIDA OPERÁRIA EM SÃO PAULO: 1927-1934

MARIA AUXILIADORA GUZZO DE DECCA\*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho está diretamente ligado ao projeto de pesquisa “Condições de Vida e Representação Política da Classe Operária em São Paulo: 1927:1934” e isto define primeiramente sua razão de ser. A problemática mais geral deste projeto de pesquisa é verificar, a partir do estudo das condições mais amplas de vida e existência da classe operária suas formas mais simples de expressão e investigar como essas se relacionam, no período e local determinados, com sua representação política ou seja sindicatos, partidos etc. A questão mais abrangente que permeia as hipóteses da pesquisa é a de, se possível, estabelecer quais as relações ou vínculos da própria classe, tomada em seu quadro de existência mais abrangente, com sua representação política num período em que existe movimentação operária ou em que pelo menos se fala em seus termos. No caso, o estudo do cotidiano e expressão da classe interessa em função de uma conjuntura onde há, aparentemente, representação ativa da classe tentando-se buscar a efetividade ou não dessa representação e a presença da própria classe.

O estudo de aspectos da vida operária em São Paulo, 1927-1934, interessa, portanto, na medida em que se vincula à problemática mais geral do projeto de pesquisa mencionado. Para uma caracterização do quadro de vida da classe operária no período e local indicados, importa pesquisar, analisar, sistematizar os vários aspectos que o compõem.

Tentar-se-á assim analisar e sistematizar a pesquisa realizada sobre o lazer e a instrução dos operários em São Paulo de 1927-1934. Ainda que a construção resultante permaneça em um nível indicativo e não definitivo, será importante como mais um passo na caracterização do “quadro” de vida mais geral da classe operária em São Paulo no período proposto pelo projeto de pesquisa mais amplo.

Tratar de aspectos de vida como o lazer e instrução significa também enfrentar em uma certa medida o problema da cultura e, no caso, do problema da “cultura proletária” ou da especificidade ou não de uma cultura operária.

Não se pretende uma discussão teórica exaustiva, mesmo porque para a preocupação mais abrangente do projeto de pesquisa outros debates são prioritários (1). De qualquer forma é necessário buscar alguns parâmetros para a análise que se tenta conduzir.

Existem diferentes perspectivas no estudo da cultura. Há, por exemplo, a abordagem “culturalista” que tem um sentido antropológico ou a funcionalista que busca a determinação de “papéis culturais” das diferentes

classes sociais dentro de um determinado sistema. Opta-se de saída nesse trabalho por uma abordagem histórica do problema da cultura, em que se busca ver como um determinado modo de produção que se efetiva concreta e historicamente forja um sistema de relações sociais, um modo de vida.

É necessário afirmar que nesse sentido não existe uma teoria da cultura. Mesmo o marxismo e nisso Raymond Williams tem certa razão não produziu uma "teoria da cultura" (2). No entanto, uma abordagem histórica e marxista permite ver como a cultura, formas de vida entendidas de maneira ampla, é decorrente no capitalismo de um determinado sistema de dominação social.

Nesta linha, a problemática da cultura se remete diretamente à problemática da hegemonia. Gramsci (3) chamou a atenção para o controle imposto pela classe dominante em todos os níveis da vida social no sistema capitalista e que parece, no entanto, fruto de um consenso geral do todo social. Sua hegemonia é exercida não só através dos mecanismos repressivos mas também através dos mecanismos ideológicos. Desta forma a "cultura" na sociedade capitalista seria instrumento de hegemonia da burguesia (classes dominantes) ou configuraria um modo burguês de existir.

Trotsky (4) vai ainda mais longe, não conferindo de certa forma especificidade à cultura dos operários no capitalismo mormente na Rússia onde não existiria uma "tradição" da classe operária. Não existiria segundo Trotsky "cultura proletária". Só haveria uma cultura verdadeiramente proletária quando novas formas de vida fossem sendo engendradas e criadas por novas relações sociais estabelecidas, assentadas, por sua vez, em um novo modo de produção. A cultura proletária nasceria assim de um esforço consciente do proletariado na busca de novas formas de vida coerentes com o sistema socialista.

Considerando válida essa argumentação e considerando em última instância o universo dos valores burgueses como dominante no sistema capitalista, permeando toda a vida e valores da classe operária, não se pode ignorar que a cultura, as formas de vida das classes nesse sistema tem suas diferenças e especificidades até pela sua existência objetiva em relação aos meios de produção.

Ainda que a autonomia da classe operária esteja comprometida pela dominação de que é "objeto", consegue ser "sujeito" no âmago da luta e do próprio movimento social quando se reconhece como classe e luta na defesa de seus valores e interesses classistas.

Seu cotidiano, sua cultura, formas de vida estão permeadas pelos valores e interesses burgueses mas carregam ou mostram às vezes propostas divergentes, propostas de classe, evidenciando luta e resistência.

A classe operária não teria assim uma "cultura proletária" ou "formas de vida proletárias" dentro do sistema capitalista mas seu viver pobre não se iguala ao viver rico e sobretudo seus modelos e aspirações conseguem ultrapassar por vezes o marco burguês.

Quando se fala em lazer operário e instrução operária se fala ao mesmo tempo em um lazer e instrução circunscritos pelo lazer e instrução da classe dominante. Numa conjuntura específica, no entanto, em que, se acredita, a classe mostrou-se ativa politicamente, fala-se também na luta por um lazer e por uma instrução que conseguissem carregar valores e interesses classistas ou melhor um conteúdo de classe.

Recusando a denominação "cultura proletária", Hobsbawm tenta mostrar os níveis de dependência e de autonomia da cultura operária em períodos históricos diferentes na Inglaterra (5). Não é essa a pretensão

mesmo porque parece difícil escapar à questão da hegemonia burguesa no sistema capitalista e passar a precisar graus relativamente estáveis de autonomia e dependência.

Tenta-se ver apenas, em uma dada conjuntura, como aspectos da vida operária revelam, ao mesmo tempo, a forte presença burguesa e as tentativas de afirmação da própria classe.

## 1. O LAZER OPERÁRIO EM SÃO PAULO: 1927-1934

A pesquisa na imprensa operária do período seja de tendência anarquista ( anarco-sindicalista ) ou comunista, revela a importância política que era conferida ao lazer operário pelos setores que pretendiam organizar e mobilizar a classe. O lazer, a recreação operária, deveriam, segundo esta imprensa, inclusive de coloração política diferente (6) constituir um meio de luta contra o sistema adquirindo um caráter ou conteúdo classista.

Essa imprensa, por outro lado, evidenciava a imposição de valores burgueses sobre o operariado mesmo em seu tempo de lazer. A própria proximidade das indústrias, no seio dos bairros operários, facilitava a presença destes valores na vida operária fora dos muros da fábrica.

Poder-se-ia citar inúmeros exemplos das denúncias feitas na imprensa operária não só contra o lazer proposto pelo sistema ( cinema, teatro, casas de jogo e apostas, sociedades recreativas de dança, esportes ) que teria um caráter eminentemente burgues mas também contra a presença mais concreta da classe dominante nos bairros operários, nas suas associações recreativas, em seus clubes de esportes, futebol etc...(7)

Alguns trechos expressivos mereceriam ser transcritos para que se possa formar uma idéia da veemência com que se denunciava a proximidade burguesa:

“ A esperta burguesia para que os jovens operários não despertem contra tanta infamia espalha por todos os bairros clubes de futebol, “dancings”, etc., etc., para distraí-los, para envenenar-lhes a consciência ” (8)

“ A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes... Se o clube é de uma fábrica, é o nome da fábrica e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas ” (9)

“ Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo, empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política.

Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos ” (10)

Esse tipo de discurso propõe uma questão: qual o nível da efetividade dessas denúncias.

Não há dúvida de que esse domínio mais concreto, mais próximo se efetivava. Pela secção de esportes da grande imprensa do período entre 1927-1934 nota-se que os bairros paulistanos, notadamente os operários, tinham seus times de futebol ou associações esportivas e quase sempre estavam vinculadas às indústrias (11) Alguns nomes de clubes de futebol ou sociedades esportivas: Fábrica Sant’Ana, Gasometro F. C., A. Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F. C. ( de acôrdo com alguns depoimentos orais de antigos moradores da cidade, inclusive muito célebre e conhecido ), Aníagem Paulista, Bloco Parnaíba etc. Alguns moradores da cidade no final da década de vinte e início de trinta confirmaram o fato de que um dos grandes divertimentos da

população, inclusive da mais pobre da cidade, eram os clubes de várzea ou seja dos bairros operários, a maioria dos quais eram incentivados pelas indústrias e empresas em geral sendo a elas ligados.

A antiga vila operária Maria Zélia, no período pesquisado Vila Scarpa, tinha toda sua vida social dirigida pela indústria. Festivais eram oferecidos aos operários com o respaldo da igreja local.

Festivais “sociais” ou festivais para os operários eram promovidos também pelo Centro Operário Católico Metropolitano, que tinha “filiais” nos diversos bairros operários ( Lapa, Mooca, Penha, Barra Funda, Itaquera, Ipiranga, Brás ) (12)

Aliás, as festas religiosas, quermesses, procissões, romarias eram promovidas pela igrejas também nos diferentes bairros operários havendo presença significativa.

Notícias como esta não são tão raras na imprensa do período:

“ Diversões para Filhos de Operários – Por iniciativa do revmo. padre – foi inaugurado domingo passado à rua – um “play-ground” para os filhos dos operários do Belenzinho. É esta a primeira realização de um vasto programa de iniciativas sociais que entre a classe operária daquele bairro se cogita executar, com o auxílio de dedicadas cooperadoras e sob os auspícios das mais representativas associações femininas de São Paulo ” (13)

Não há que exagerar no entanto a influência mais consciente e organizada exercida nos meios operários pela Igreja por exemplo. O Centro Operário Católico Metropolitano, a despeito de sua propalada e “intensa propaganda nas fábricas e oficinas” não conseguia um grande número de inscrições operárias e considerava a vendagem de seu semanário *O Operário* precária. Em meio à intensa propaganda” pela sindicalização operária católica em 1934, ligada à Liga Eleitoral Católica ( caráter nitidamente integralista) uma boa vendagem em um domingo era considerada a de 100 exemplares de *O Operário* em bairros como o Ipiranga por exemplo. Os operários liam certamente muito mais (segundo a própria imprensa operária ) as páginas esportivas dos grandes jornais diários. A própria *Plebe* tinha uma tiragem de aproximadamente cinco mil exemplares no período.

Provavelmente o lazer operário estava mais significativamente circunscrito pelo “lazer burgues” de maneira mais ampla e não de modo tão próximo e concreto.

Na década de vinte segundo um memorialista (14) as diversões da população eram cinema, futebol, bailes e teatros amadores nos bairros operários. Eram numerosas as sociedades recreativas no Brás, no Belenzinho etc... Dançava-se nos clubes de futebol também: tango, rancheira, fox-trot, one-step, two-step, rag-time... Valsas do estilo “Pic-Nic Trágico”, “Rapaziada do Brás” eram enormemente apreciadas.

No ano de 1928, à guisa de ilustração, os divertimentos em maior número fiscalizados pela polícia de São Paulo como um todo tinham sido os cine-teatros, as sociedades dançantes, jogos de bola, “tavernas e frontões” (15)

De acordo com depoimentos de moradores da cidade de São Paulo no período apontado, o cinema, a dança e o futebol eram as diversões mais acolhidas. Que os operários frequentavam as sociedades recreativas dançantes, engrossavam com sua presença os clubes de futebol, gostavam de bares e de casas de jogo e apostas não parece haver dúvida quer pela informação dada pela grande imprensa, quer pela imprensa operária, depoimentos orais etc. Sobre o cinema, embora frequentado pela população paulistana em geral ( “chegava a formar fila” ) na época, é mais difícil dizer



da presença operária. Os cinemas de preço mais baixo corresponderiam a 1% ou mais dos salários mensal dos operários. Não havendo televisão pode-se pensar no rádio. Segundo depoimentos, o rádio não era absolutamente algo frequente no período. Os bares não os possuíam, eram caros e sinal de “boa posição econômica e social”. A maioria das casas paulistanas não teria aparelhos de rádio e seu uso parece ter se tornado mais corrente somente em meados da década de trinta. Esses depoimentos parecem verdadeiros pois ainda que haja alguma menção à rádio difusão na imprensa, a informação que se transcreve abaixo a respeito da inscrição de aparelhos de rádio no Departamento de Correios e Telégrafos confirma sua popularização restrita: “cumprindo a lei, o povo paulista terá também um índice certo do número de aparelhos que possui e é avultadíssimo, comprovando mais uma vez, a sua inteligência, gosto e cultura” (16). Essa inscrição de rádios era feita para cobrança de taxas pelo Departamento de Correios e Telégrafos e embora nessa declaração de seu chefe em 1934, afirme-se que o número de aparelhos era “avultadíssimo”, a própria inscrição dos rádios e o fato de que possuir rádio denotava “inteligência, gosto e cultura, confirma o uso relativamente pequeno. Não se compulsou os programas de rádio existentes porque aparentemente o operariado não tinha acesso fácil aos mesmos.

Alguns bairros operários são descritos como “bairros italianos” mesmo na década de vinte e início de trinta (por exemplo, o Bexiga, Bom Retiro, Brás, Barra Funda) por diversos autores (17). Assim os grupos de conversa, o lazer em torno das refeições coletivas, do “vinho”, a música feita nas ruas (conjuntos musicais) estariam impregnadas por “costumes italianos”, por elementos culturais específicos.

Nada indica no entanto que esses elementos estariam ligados à condição operária na forma e sobretudo no conteúdo. Não há que ignorar alguma especificidade, entretanto, em um lazer pobre, com componentes que propiciavam uma vida mais coletiva.

Embora todo esse lazer não fosse carregado de um conteúdo “classista” e estivesse dentro dos parâmetros do lazer proposto pelo sistema, não se igualava certamente ao do lado rico da cidade. Até a “linguagem da várzea” (18) foi por exemplo incorporada à literatura do período por autores como Alcântara Machado, Mario de Andrade, Oswald de Andrade e muitos outros, que a despeito de sua visão “elitista” reconheceram sua riqueza e criatividade.

Não se poderia de forma alguma ignorar as proposta de lazer carregadas de um conteúdo de classe. Grupos anarquistas e comunistas ou ainda grupos que pretendiam mobilizar a própria classe operária em São Paulo no período ( a despeito do seu número provavelmente pequeno, não eram elementos “estranhos” à classe ) tentaram impregnar todo o tipo de lazer mais corrente na cidade de interesses classistas.

Pode-se encontrar no semanário do sindicato dos gráficos durante praticamente todo o período entre 1927–1934, a luta pela “proletarização do esporte”, notadamente dos clubes de futebol. Essa “proletarização” significava trazer para juntos do sindicato atividades esportivas, visando a mobilização e a organização sindical. Significava também assegurar aos clubes de várzea e centros esportivos dos bairros operários uma direção dos próprios trabalhadores que os compunham, tentando evitar seu uso e manipulação. O sindicato dos gráficos consegue formar no período um departamento esportivo, uma associação esportiva (A.G.E) e seu semanário passa a apresentar uma página esportiva que visava concorrer com as páginas esportivas dos grandes diários. (19) Provavelmente essa atividade esportiva proposta pelo



sindicato em questão não conseguia concorrer com todo o lazer do sistema. O que importa marcar é a sua presença.

Não só o sindicato dos gráficos mas outros (20) do período lutaram para tornar suas sedes também em locais de lazer dos trabalhadores, tentando emprestar à recreação mais diversa ( festivais de confraternização, festivais de propaganda, bailes, palestras ) um teor classista.

De formas às vezes divergentes ( o sindicato dos gráficos na época era de tendência comunista ) com uma proposta “educativa” mais explícita, grupos anarquistas propuseram formas de lazer para a classe. Tentando substituir o “ócio alienante” esses grupos propugnavam por exemplo um teatro social com peças de crítica ao sistema, de conteúdo voltado para os interesses operários, que haviam sido escritas por anarquistas (por exemplo, Neno Vasco “A Greve dos Inquilinos” ) e eram representadas por operários em salões dos bairros operários ( Salão Gil Vicente, o Salão da Federação Espanhola no Brás, etc. ) e nas sedes dos poucos sindicatos ainda filiados à F.O.S.P. no período. Uma consulta ao semanário A Plebe (1927-1934) mostra uma diversidade de propostas de divertimentos “sadios” para a classe além do teatro social: festivais de confraternização, festivais de propaganda, comemorativos, festivais de caráter cultural beneficente (pró A Plebe, por exemplo) pic-nic “proletários” (organizados pelos operários para os operários), noites de arte proletária, etc. (21) Esses festivais seguiam via de regra esse tipo de forma e conteúdo:

“ 1o : overture pela orquestra; 2o. conferência educativa pelo companheiro Florentino de Carvalho; 3o. o Drama Social em um ato ; “ A Onda que avança ”; 4o. Comédia em um ato; 5o. Ato variado de que constarão vários recitativos e monólogos”(22).

Os pic-nic intitulados “libertários”, “primaveras libertárias“, “vida anarquista” implicavam em “viagens curtas até bairros distantes da cidade, ainda bastante arborizado, com parques etc., e sua forma não divergia muito da de um pic-nic corriqueiro à excessão da “hora literária” e da “conferência educativa” (23).

Não há que exagerar o nível de efetividade do lazer de conteúdo essencialmente “proletário”. Sinais como “reabertura”, “reconstituição” de grupos teatrais, cancelamento de pic-nics e festivais, longa preparação para os festivais e pic-nics evidenciam seu caráter intermitente e difícil. Ao que indica, até 1920, grupos teatrais anarquistas, festivais, conferências educativas

eram mais bem sucedidos. Por outro lado, não há que desconsiderar a capacidade, o potencial de penetração desse tipo de divertimento. Pic-nics “proletários” chegavam a reunir as vezes 1.500 pessoas (24); festivais bem sucedidos chegavam a contar com quase 800 pessoas (25).

Mais importante que qualquer quantificação, no entanto, (que teria inclusive que ser relativizada em função do número de operários da cidade ) é a vigência e existência de tais iniciativas.

## 2. Os Operários e a Instrução em São Paulo: 1927-1934

O conceito instrução está evidentemente impregnado de um caráter burguês do qual é difícil fugir dada à permanência e vigência do sistema capitalista e de seus mecanismos.

Cumpra assinalar entretanto que se tentará tomar a instrução da maneira mais lata possível, no sentido de um aparelhamento e instrumentalização básica do indivíduo para a vida social qualquer que seja a forma que esta assuma. Reconhe-se de saída, porém, que mesmo esta



tentativa está pautada por um referencial sistêmico: a discussão central terá como núcleo a escola. Mesmo as tentativas da instrução extra escola por parte de grupos operários de “vanguarda” pressupunham um nível de escolarização.

Nesta linha, considera-se como escolarização mínima, sistêmica ou não, a alfabetização dos operários na cidade de São Paulo na conjuntura em questão.

Alguns autores como Morse (26) por exemplo chamam a atenção para o fato de que a população da cidade de São Paulo era em sua grande maioria, até cerca de 1930, alfabetizada. No Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1928 no setor denominado “repressão” encontra-se dados sobre operários identificados pelo DEOPS. Neste ano teriam sido identificados 102.654 operários no Estado de São Paulo (27): 60,3% homens, 39,7% mulheres, 51,9% maiores de 21 anos, 48,1% menores, 68,8% que saberiam ler e escrever e 31,2% analfabetos. Tendo em vista que o número de operários no estado de São Paulo naquele ano era de 148.376 (28) a maioria teria sido identificada pelo DEOPS e saberia ler e escrever. Não se dispo de dados específicos para a cidade de São Paulo nesse ano e sabendo que seu contingente de operários nessa época compunha provavelmente mais de metade do operariado do estado, se seria lícito pensar que por volta de 70% dos trabalhadores seriam alfabetizados. Nos relatórios da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo sobre os imigrantes entrados no Brasil entre 1908-1927 a porcentagem máxima de analfabetos se encontra entre os espanhóis e está em torno de 53,71% (Italianos por exemplo 28,72%) (29).

Como as estatística não são claras em seus critérios, são intermitentes e difíceis de serem avaliadas, se pode inferir talvez, que provavelmente a metade do operariado paulistano saberia ler e escrever e poderia assim ter acesso a jornais, livros, folhetins etc... A estatística de 70% de alfabetizados no Estado de São Paulo apresentada pelo DEOPS em 1928 seria talvez bastante otimista:

“notar-se-a que ao gráfico cabe o primeiro lugar na instrução; pois mesmo assim é estranhável dizer-se que ainda militam em atividade e arte de Guttemberg camaradas verdadeiramente analfabetos...” (30).

Embora esses tipos de dados apresentados sejam bastante insuficientes, em contrapartida nada levou a crer que o operariado seria analfabeto em sua grande parte na cidade de São Paulo, inclusive porque já havia um aparelhamento em relação à instrução pública por parte do Estado no final da década de vinte e inícios de trinta.

Quando se tem como referência central a escola na questão da instrução não se pode deixar de lado o Estado uma vez que a escola configura-se como um de seus aparelhos ideológicos mais importantes. No nível regional, no estado de São Paulo, o ensino primário era obrigatório. Com a reforma da instrução pública do estado de São Paulo em 1925, o ensino público passou a ser dividido em primário, complementar, secundário, profissional e superior sendo eminentemente leigo. De 1927 a 1934, apesar de algumas alterações, da criação do Conselho de Educação em 1931 e do estabelecimento do Código de Educação do estado de São Paulo em 1933, no nível das leis e decretos, não houve modificação substancial no ensino primário, setor que interessa tentar avaliar em relação ao operariado. (31)

O ensino primário compreendia quatro anos de curso nos grupos escolares, tres nas escolas isoladas e reunidas urbanas e dois nas rurais; obrigatório e gratuito para as crianças de 8,9 e 10 anos e facultativo para as de 7, 11 e 12 anos. Em 1933 a obrigatoriedade escolar foi estendida de 8 a 14

anos. Embora a gratuidade e obrigatoriedade constassem no nível de leis e decretos, havia nesse mesmo nível ressalvas que comprometiam a obrigatoriedade: estavam dispensadas do ensino primário as crianças pobres (quando as caixas escolares não pudessem prover necessidades), as crianças que residissem além de dois quilômetros de alguma escola e as crianças que não obtivessem vagas. Ora, muitas crianças filhas de operários deveriam estar "dispensadas" da escola pública. Apesar de garantias estabelecidas para o menor operário "Art. 234- Incorrerá na pena de multa de 20\$ 000 a 100\$ 000 o patrão que, por qualquer modo, impedir ou dificultar a frequência escolar de menores a seu serviço e nas condições deste regulamento. Parágrafo 1. Considera-se impedir ou dificultar a frequência escolar o fato de o patrão aceitar o serviço de menores nas horas de aulas" (32), a imprensa operária não se cansava de denunciar o descaso em relação aos filhos dos operários que não podiam obter, via de regra, a instrução primária (33).

Tentando matizar tanto o discurso oficial como o de denúncia, tomou-se alguns dados sobre o ensino primário na capital do estado no ano de 1927 (34). Reuniu-se todos os grupos escolares de bairros operários como Santana, Belenzinho, Brás, Pari, Penha, Moóca, Bela Vista, Barra Funda, Casa Verde e Lapa, sendo o total de classes de 517 e os alunos matriculados 18.514: 48,2% eram meninos, 51,8% meninas; filhos de pais brasileiros apenas 28,8%, filhos de pais estrangeiros 71,2%; a porcentagem de eliminados 44,6%. A porcentagem de alunos que haviam concluído o curso no ano, no entanto, era de apenas 6% e a repetência não havia sido pequena: 30,7%. Há que atentar para a importância relativa desses dados pois está se pressupondo que as crianças matriculadas em grupos escolares de bairros operários eram filhas de operários, uma vez que os dados não estipulam as profissões dos pais, somente sua nacionalidade. No período de 1927-1934, somente há dados relativos à capital e aos grupos escolares dos bairros para o ano de 1927; em 1928, 1929 não há qualquer dado relativo ao ensino público na capital no Anuário Estatístico de S. Paulo. Depois de 1930, em função da intervenção federal no estado, a estatística de ensino do Estado de São Paulo vem de maneira muito geral em estatística da Educação e Saúde Pública. Assim não se pode contrapor o tipo de dado obtido. Além da própria precariedade estatística do Estado de S. Paulo, para que esses resultados pudessem indicar o nível de participação dos filhos de operários no grau primário (instrução pública) haveria que se ter certeza da profissão dos pais das crianças, comparar o número de crianças filhas de operários matriculadas com o número total da população escolar primária da capital etc.. No entanto, o quadro dá algumas pistas, uma vez que uma parte dessas crianças matriculadas em grupos escolares de bairros operários deveria ser filha de operário. Em primeiro lugar a crença de que filhos de operários estariam totalmente marginalizados do sistema educacional vigente deveria ser matizada, juntamente com a idéia de que os estrangeiros operários e seus filhos se integravam menos ao sistema e aos seus mecanismos. Embora não estivessem ausentes da escola pública, a frequência dessas crianças à escola não era tão fácil: o número de repetentes e eliminados durante um ano é significativo assim como o pequeno número que concluía o curso em um ano. A porcentagem ligeiramente maior de meninas não é surpreendente em vista de que meninos provavelmente trabalhavam mais cedo.

Há outros níveis mais importantes no entanto que se poderia avaliar em relação ao Estado, a instrução e os operários. O Estado tinha propostas

específicas de instrução para a classe operária: as escolas noturnas e as escolas profissionais.

Desde 1927 as leis e decretos sobre instrução pública no Estado de São Paulo mencionavam a existência de escolas noturnas para adultos no nível primário mas se pode perceber uma maior preocupação com as mesmas a partir de 1933 com o Código de Educação para o estado de São Paulo, evidenciando tentativas de um maior controle por parte do Estado (35). De acordo com a regulamentação geral, esses cursos deveriam ser instalados de preferência onde se encontrasse um número de 30 a 40 analfabetos maiores de 12 anos (depois de 1933 maiores de 15 a 18 anos), que deveriam frequentá-los durante toda a semana (duas horas por dia - das 19 às 21 horas) durante dois ou três anos em classes de no mínimo 30 alunos. As escolas e cursos noturnos foram transformados em 1933 em cursos populares noturnos mas seu caráter e a sua finalidade continuaram mais ou menos os mesmos: deveriam ser instalados em zonas de grande densidade de população operária ou em bairros de maior densidade de população operária, de preferência onde já houvesse escolas públicas primárias ou escolas profissionais. Esses cursos visavam dar ensino primário elementar a adultos, instrução técnica fundamental sobre comércio, indústria conforme a região e cultura geral "sobretudo higiênica, cívica e social" (36). A frequência dos operários a esses cursos noturnos não deveria ser ressaltada de maneira exagerada. Montou-se um quadro com dados sobre alguns cursos noturnos em alguns bairros operários no ano de 1927 (único ano para o qual se pode obter alguns dados) (37). Nos cursos e escolas noturnas de Santana, Belenzinho, Brás, Pari, Cambuci, Barra Funda e Bom Retiro, com 25 classes, matricularam-se apenas 1.956 operários, considerando-se o número de operários da cidade (por volta de 70.000). A maioria (75 %) era estrangeira, todos do sexo masculino. Mesmo esse pequeno número não conseguia cursar facilmente a escola noturna: 54 % dos alunos foram eliminados durante o ano, 23,5 % repetiram e apenas 18,5 % foram aprovados. A porcentagem dos que conseguiram concluir o curso não passou de 3,9 % em 1927. Não se dispõe de dados de frequência das escolas noturnas dos bairros operários para os anos de 1928 a 1934 mas a participação, assiduidade e "sucesso escolar" dos operários não deve ter diferido muito da situação de 1927.

Não obstante, é necessário marcar o empenho do Estado em especificar um tipo de instrução para os operários. As escolas profissionais seriam talvez o melhor exemplo. A instituição oficial do ensino profissional no Estado de São Paulo data de 1911 com a fundação de duas escolas profissionais na capital, no Brás (uma masculina, outra feminina). Essas escolas iniciais teriam duração de três anos com aulas eminentemente práticas nas oficinas. A sua existência a princípio era quase autônoma, funcionando em precárias condições, quase fruto de esforços individuais. No entanto segundo as fontes consultadas os alunos diplomados por essas escolas conseguiam postos de destaque na indústria e havia uma procura crescente por vagas (35).

Em 1919 se introduziu nessas escolas Instrução moral e Cívica e aulas teóricas para dar uma "melhor formação ao obreiro". Na verdade o desenvolvimento industrial deveria estar exigindo a formação de técnicos, a criação de estabelecimentos de artes e ofícios. Os primeiros "mestres" dessas escolas eram "operários competentes" recrutados nas indústrias mas eram obreiros formados empiricamente" e já havia passado sua vez. (39) Em 1930-1931 funda-se duas escolas junto às Escolas profissionais da capital para formação de mestres para o ensino profissional. A partir daí o ensino profissional passou a se organizar da seguinte forma: escolas profissionais

secundárias (quatro anos) que eram “centros de preparação de obreiros de nível mais alto” e escolas profissionais primárias (dois anos), junto às escolas profissionais haviam também cursos noturnos de aprendizado e aperfeiçoamento profissionais para operários entre 18 a 50 anos (esses cursos foram abolidos em 1942). Com o Código da Educação do estado de São Paulo em 1933 esses cursos profissionais foram regularizados, regulamentados e organizados (40). Em 1934 cria-se uma Superintendência da Educação Profissional e Doméstica e o Estado regula a instrução profissional, exigindo registro das escolas profissionais particulares. Oficinas de arte e ofícios não seriam mais consideradas como escolas profissionais, sem registro e a devida inspeção e aprovação governamental. A fase de consolidação do ensino profissional no estado de São Paulo seria de 1934 - 1942. Em 1934 se estabelecem núcleos de ensino profissional na Lapa e criam-se cursos ferroviários junto às escolas profissionais existentes que vão ter maior vigência somente depois de 1935 (41). (Em 1931, já existia em Sorocaba uma Escola para os Ferroviários em função da estrada de ferro.)

Embora se note entre 1927-1934 um esforço para regulamentação e implantação do ensino profissional por parte do Estado haviam ainda poucas escolas e o número de alunos não era significativo. Em 1928, por exemplo, nas duas escolas profissionais estudantis da capital (cursos diurnos e noturnos, masculino e feminino) apenas 1784 alunos estavam matriculados em trinta e cinco classes. Destes, 52 % foram promovidos, tendo sido eliminados 29 % (os alunos eram em sua maioria filhos de estrangeiros e do sexo feminino: 65 % de mulheres, 35 % de homens (42). Para se ter uma idéia melhor do alcance da instrução profissional no estado de São Paulo, em um período de 23 anos, de 1911-1934, nos cursos profissionais secundários, nos cursos profissionais primários, nos cursos noturnos de aprendizagem e aperfeiçoamento, cursos ferroviários e preparatórios apenas 61.701 alunos se matricularam, tendo terminado os cursos apenas 6.856 e tendo sido eliminados 13.210. Pressupõe-se que o resto dos alunos deva ter recebido certificados parciais de conclusão de curso (43).

A instrução profissional tinha como proposição explícita, além da “formação educativa dos jovens” “concorrer para o progresso das indústrias”. Em uma lista de cursos de ofícios (para as escolas femininas, confecções, corte, roupas brancas, rendas e bordados, flôres e trabalhos práticos, chapéus e enfeites, bordado e trabalho a máquina, etc., para as escolas masculinas, ajustagem e torneado, ferraria e serralha, fundição e modelagem, marcenaria, entalhação, trabalho em couro, etc. O governo deveria escolher para cada escola os que fossem mais apropriados às necessidades da vida operária e meio industrial onde ela estivesse instalada. As escolas possuíam uma “secção industrial” onde os alunos confeccionavam objetos para a venda, recebendo “diárias” de acordo com sua “capacidade de trabalho” (as alunas não tinham direito a diárias nas escolas profissionais femininas). Os alunos estavam sujeitos a um rígido regime disciplinar, sendo as penas disciplinares mais severas (exclusão temporária ou definitiva das escolas) previstas para “vaías, assuadas e greves. Uma leitura atenta de todos os itens do título XX Das Escolas Profissionais e seus fins do Código de Educação de 1933 já mencionado permite se ter uma idéia das pretensões do Estado a longo prazo ou seja o atendimento às indústrias, formação de mão de obra especializada e a curto prazo, a exploração da força de trabalho em suas escolas (44).

O Estado se dispunha também na conjuntura em questão a auxiliar as indústrias ou instituições que se propusessem a instruir os operários. De acordo com as leis e decretos de 1929, o governo poderia criar creches,

escolas maternais, escolas primárias para filhos de operários junto às fábricas em que os proprietários facilitassem a sua instalação: em 1933 cria-se um serviço de Expansão cultural e Escolas de Continuidade (continuação) para adultos que tinham o fim estimular e desenvolver todas as iniciativas de instituições para promoção de ensino "especialmente nos meios proletários", com a finalidade de desviar os operários dos centros de "recreação improdutiva" visando também a sua "adaptação social" (45).

O cunho quase "populista" de algumas leis decretos a partir de 1933 é significativo. O Estado tomava a si cada vez mais a tarefa de "incorporar" a classe operária através de um de seus mecanismos de controle a instrução.

Embora a instrução pública, em seu nível normal e profissional, configurasse um tipo de controle social, cumpre atentar para oportunidades abertas para a classe operária. Edgar Rodrigues em seu livro *Nacionalismo e Cultura Social* transcreve um artigo do jornal operário *A Barricada* onde anarquistas elogiavam e defendiam a Escola Normal do Brás e a Escola modelo anexa, ressaltando o valor de seu método "racionalista" e igualitário (46).

As indústrias e a Igreja também tinham suas propostas de instrução para os operários.

Na Capital segundo a própria Superintendência da Educação Profissional e Doméstica existiam registradas, em 1934, 182 escolas profissionais particulares, além de inúmeras sem o devido registro. Muitas delas pertenceriam à indústria. Anúncios de oficinas ou indústrias que ofereciam cursos gratuitos de artes e ofícios para maiores de 16 anos, de acordo com o "desenvolvimento industrial" do país ou de acordo com a natureza das próprias oficinas e indústrias podem indicar seu caráter e esquema de funcionamento (47). Escolas primárias para crianças e adultos operários mantidos pelas indústrias não deveriam ser tão raras. A organização escolar mantida pela Fábrica Cotonifício Scarpa na capital era louvada em termos de sua magnitude e ordem (48).

A Igreja mantinha também suas escolas para operários e "pobres". Alguns institutos sociais como o "Frederico Ozanam" segundo o semanário católico *O Operário* teriam em funcionamento regular sete escolas reconhecidas e fiscalizadas pelo governo federal (49). A Associação das Escolas Populares que teria 11 escolas, "fiéis ao seu programa católico" funcionaria regularmente. No ano de 1922 as escolas teriam 977 alunos matriculados, tendo chegado ao fim do curso 654 e tendo sido alfabetizados 262 (50). O *Operário* semanário ligado ao Centro Operário Católico Metropolitano traz inúmeras referências sobre escolas ligadas à Igreja (51) sendo uma inclusive sobre a J.O.C. (Juventude Operária Católica) "verdadeira escola teórica e prática de formação da consciência e vontade onde as jovens operárias aprendem a adquirir um modo de viver honesto e cristão" (52).

É difícil avaliar a efetividade do controle social que essas escolas ligadas à indústria e igreja poderiam exercer em uma cidade que em 1933 e 1934 teria, segundo a Estatística Industrial do Estado de São Paulo 98.784 e 101.370 operários respectivamente. Entretanto as inúmeras queixas da imprensa operária contra as mesmas não permitem que se deixe de mencioná-las.

O importante, entretanto, é que se registre que a classe operária cuidava também de sua própria instrução.

"Esse trabalho meritório se estendia através das escolas de militantes, de oradores, fundadas nos sindicatos, as secções de leitura comentadas, os debates ideológicos, as conferências, as controvérsias, os círculos de estudo, os grupos teatrais, o estímulo constante para que todos fizessem uma

superação individual. A publicação de inúmeros jornais, livros e folhetos, abriu campo para que centenas de jornalistas, poetas, escritores e sociólogos proletários surgissem e se aprimorassem na prática cotidiana de difundir suas idéias. Quem se der ao trabalho de compulsar a imprensa operária e anarquista até 1920, constatará entre centenas de jornais publicados a existência de uma vasta colaboração literária, auto-didática, um autêntico jornalista proletário".(53).

Assim Edgar Rodrigues situa as propostas amplas de instrução "proletária" até 1920, ressaltando ainda o papel importante das Escolas Modernas e de seu método humanista, racionalista (milhares de operários teriam sido alfabetizados através dessas e outras escolas operárias), o desempenho educativo do teatro social através de inúmeros grupos teatrais operários e anarquistas. O trabalhador ansiava, segundo o mesmo autor, até esse período por uma conferência, um comício, um jornal, etc.

Para a conjuntura em questão, 1927-1934, dificilmente se poderia aceitar o mesmo quadro otimista.

As escolas Modernas haviam sido fechadas, o teatro social através de seus vários grupos não tinha um caráter contínuo, a imprensa operária mostrava sua própria luta para continuar existindo, etc.

Não obstante, diversos grupos operários de tendências políticas diferentes (comunista, anarquista) ainda apresentavam propostas de instrução classista através de sua imprensa, lutando por criar centros de instrução voltados para os interesses operários, por preservar sua própria imprensa (instrumento de educação e conscientização considerado bastante importante) (54).

Criticando as escolas oficiais e as escolas ligadas às indústrias como arapucas burguesas, denunciando o caráter inútil da "cultura burguesa" para o operariado como classe (55), esses grupos operários tentavam formar escolas, centros de aprendizagem dentro de seus próprios Sindicatos (vide propostas de escolas nos Sindicatos dos gráficos e bancários (56)). Os gráficos promoviam conferências culturais na sede de seus sindicatos frequentemente. noticiava sempre esse mesmo tipo de conferências nos sindicatos ainda filiados à F.O.S.P. no período em estudo (União dos Canteiros, Artífices em Calçados, Trabalhadores da Light, União de Ofícios Vários, etc.). Os gráficos fazem inclusive menção nesse período à fundação de um instituto de Artes Gráficas ligado ao seu sindicato. Os próprios estatutos dos sindicatos traziam na época, como ponto central a fundação de escolas, bibliotecas, cursos de alfabetização para os sindicalizados (por exemplo, estatutos do sindicato dos gráficos, empregados no comércio, bancários, trabalhadores da Light, etc.).

Na imprensa operária do período, à margem da "instrução" escolar ou não oferecida pelos sindicatos, há notícia de centros culturais operários como o Centro de Cultura Social (reaberto em 07.01.1933 por grupos de tendência anarquista e cujas atividades são reportadas semanalmente pela Plebe durante um extenso período (57) que propiciava debates do teor anarquismo x comunismo, o socialismo, etc. Núcleos de Ação e Cultura Proletária (58) Ateneu de Cultura Popular, Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, etc. ... Evidentemente torna-se difícil avaliar sua permanência e eficácia. Noticia-se a fundação de inúmeros grupos de ação cultural e educativa em bairros operários, de centros culturais, que parecem, no entanto, ter existência efêmera e intermitente (de acordo com referências são continuamente "reabertos". "fundados novamente", etc.) o que não deve levar a uma supervalorização dos mesmos e de sua extensão.

Nomes tradicionais da cultura "proletária" (conhecidos antes da década de vinte) como Fábio Luz, José Oiticica, Maria Lacerda de Moura, J.C.Bóscolo continuam a aparecer na imprensa operária e por vezes na grande imprensa, tendo livros e folhetins publicados, destinados a própria classe a um preço relativamente pequeno (por exemplo, Florentino de Carvalho Guerra Civil de 1932 em São Paulo) Grupos teatrais preocupados com o teatro social interpretam peças de Neno Vasco, Juracy Camargo (Deus lhe Pague), Afonso Schmidt (Carne para Canhão) e outros. O próprio lazer de grupos operários continha um sentido extremamente instrutivo e educativo.

Medir o trabalho de instrução de conteúdo "proletário" desses grupos em relação à penetração em sua própria classe é tarefa difícil. O Centro de Cultura Social tinha por exemplo 150 sócios e às vezes apareciam queixas na imprensa operária do período sobre a pequena frequência do operariado a este e a outros tipos de empreendimentos culturais e educacionais, o movimento das bibliotecas do sindicatos a despeito do incentivo das lideranças sindicais (bancários e gráficos por exemplo) em todo o período de 1927-1934 nunca ultrapassava a retirada de 100 livros por mês, sendo estes na sua maior parte romances, há constantes fechamentos e reaberturas de escolas e centros no período, etc.

O que se afirmou já com relação ao problema do lazer operário se reafirma a respeito da questão da instrução : o aspecto qualitativo deve permanecer sobre o quantitativo (que inclusive é muito difícil de obter) pois o que deve ser posto em destaque são as iniciativas e as propostas, mesmo que de pouca extensão, da própria classe operária.

Discutir profundamente o caráter dessas propostas de lazer e instrução de classe, em sua forma e conteúdo, seria tarefa para um outro trabalho.

Reconhecendo o caráter ainda indicativo do trabalho que se propôs levar a cabo, reafirma-se a sua intenção principal, analisar e sistematizar alguns aspectos da vida operária em São Paulo de 1927 a 1934 , período do projeto de pesquisa "Condições de Vida e Representação Política da Classe Operária em São Paulo".

Numa conjuntura específica, em que a classe operária se encontrava politicamente ativa e representada, foi intenção mostrar como propostas da própria classe em relação ao seu lazer e instrução configuraram formas de luta e resistência contra a burguesia e o aparelho estatal. Não se quis afirmar um projeto, político burgues plenamente configurado e realizado ou aceitar sem crítica o discurso do poder no nível das leis e decretos mas atentar especialmente, na conjuntura em questão, para as crescentes tentativas de integração e incorporação da classe ao sistema de poder vigente.

## NOTAS

- (1) Por exemplo o debate sobre como tratar do quadro de existência ou vida das classes no sistema capitalista. Algumas indicações : Ribeill, Georges - *Eléments pour une Approche Gramscienne du Cadre de Vie*, mineo. da revista *Space et Société*, Paris 1976 Le Febvre, Henri - *La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno*, Madrid, Alianza Editorial, 1972.
- (2) WILLIAMS, Raymond - *Culture and Society*, N.York, Harper e Row, 1966.

- (3) GRAMSCI, Antonio – Cultura y Literatura, Barcelona, Ed. Peninsula, 1972.  
PORTELLI, Hughes – Gramsci y el Bloque Histórico, Argentina, Siglo XXI, 1974.
- (4) TROTSKI, Leon – El Nuevo Curso-Problemas de La Vida Cotidiana, Buenos Aires, PYP, no. 27, 1974.
- (5) HOBBSAWM, E. – As Classes Operárias Inglesas e a Cultura desde os Principios da Revolução Industrial in Niveis de Cultura e Grupos Sociais, Lisboa, Edições Cosmos, 1967.
- (6) Por exemplo A Plebe: 1927-1934 (tendência anarquista); O Trabalhador Gráfico: 1927-1934 (tendência comunista no período)
- (7) A Plebe – 25/6/1927, 14/1/1933, 25/2/1933, 10/6/1933, 10/2/1934; O Trabalhador Gráfico – 1/8/1928, 25/5/1928, 1/7/1928, 7/2/1929 e outros.
- (8) O Trabalhador Gráfico – 7/2/1929
- (9) O Trabalhador Gráfico – 25/5/1928
- (10) A Plebe – 28/1/1933
- (11) Por exemplo, O Combate 5/1/1927, 15/1/1927, 21/1/1927 etc.
- (12) O Operário, 3/3/1928, 16/10/1932, 11/6/1933, 30/7/1933, 17/6/1934, 1/7/1934.
- (13) O Operário – 11/6/1933
- (14) PENTEADO, Jacob – Memórias de Um Postalista, S.Paulo, Martins Ed.
- (15) D.E.S.P. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1928
- (16) O Operário – 26/8/1934
- (17) MACHADO, Alcantara – Brás, Bexiga e Barra Funda, São Paulo, Martins Editora, 1943  
CENNI, Franco – Italianos no Brasil (“Andiano in’Merica”) São Paulo, Martins Ed, s.d.
- (18) O Combate – 3/1/1927
- (19) O trabalhador Gráfico – 5/11/1927, 1/4/1928, 1/5/1928, 25/5/1928, 1/7/1928, 5/12/1928, 10/1/1929, 7/2/1929, 10/12/1932, 7/2/1933, 7/2/1936
- (20) Vida Bancaria – 9/6/1934, 28/6/1934, 15/8/1934, 10/12/1934
- (21) Referencias a “pic-nics e festivais proletários”: A Plebe 14/5/1927, 9/7/1927, 3/12/1932, 25/2/1933, 15/7/1933, 16/9/1933, 30/9/1933, 7/10/1933, 14/4/1934, 9/6/1934, 7/7/1934, 29/9/1934, 22/12/1934.
- (22) A Plebe – 25/2/1933.
- (23) A Plebe – 15/9/1934
- (24) A Plebe – 23/12/1933, 29/9/1934
- (25) A Plebe – 18/8/1934
- (26) MORSE, Richard – Formação Histórica de São Paulo, S.Paulo, DIFEL, 1970
- (27) D.E.E.S.P. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1928
- (28) Arquivo do Estado – Estatística Industrial do Estado de São Paulo – 1928 – 1934
- (29) CENNI, Franco – Italianos no Brasil, São Paulo, Martins Ed.s.d.
- (30) O Trabalhador Gráfico – 15/10/1928
- (31) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do Estado de S.Paulo: 1927-1934
- (32) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do Estado de S.Paulo: 1929



- (33) **O Trabalhador Gráfico** – 5/12/1928 “O que Vê e o que não Vê o Juiz de Menores.”
- (34) D.E.E.S.P. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 1927
- (35) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do E. S.Paulo – 1933
- (36) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do E.S.Paulo – 1927-1934
- (37) D.E.E.S.P. Anuário Estatístico do E.São Paulo – 1927
- (38) D.E.E.S.P. Cinquenta Anos de Ensino Profissional no E.S.Paulo – 1911-1961 (2.v) S.P., 1962
- (39) D.E.E.S.P. Cinquenta Anos de Ensino Profissional no E.S.Paulo – 1911-1961 (2.v) S.P., 1962 – pág. 115
- (40) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do E.S.Paulo – 1933-34
- (41) D.E.E.S.P. Cinquenta Anos de Ensino Profissional...
- (42) D.E.E.S.P. Anuário Estatístico do E.S.Paulo – 1928
- (43) D.E.E.S.P. Cinquenta Anos de Ensino Profissional...
- (44) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do E.S.Paulo – 1933
- (45) Secretaria da Educação – Leis e Decretos do E.S.Paulo – 1933
- (46) RODRIGUES, Edgar – Nacionalismo e Cultura Social, Rio, Laemmert, 1972
- (47) **O Combate** – 18/1/1927 e mais 20/1/1927, 4/2/1927, 6/1/1927
- (48) **O Operário** – 3/3/1928
- (49) **O Operário** – 25/2/1934
- (50) **O Operário** – 23/9/1934
- (51) **O Operário** – 3/3/1928, 16/10/1932, 11/6/1933, 17/6/1934, 26/8/1934
- (52) **O Operário** – 30/7/1933
- (53) RODRIGUES, Edgar – ob. cit., pág. 43
- (54) Por exemplo, **O Trabalhador Gráfico** – 28/12/1927, 7/2/1928, 15/10/1928, 1/5/1932; **A Plebe** – 23/7/1927, 31/12/1932, 7/1/1933, 1/2/1932, 22/7/1933, 14/10/1933; **Vida Bancária** – 30/4/1934, 15/8/1934
- (55) **O Trabalhador Gráfico** – 17/2/1927; **A Plebe** – 28/1/1933, 12/8/1933, 30/12/1933, 13/1/1934, 15/9/1934, **Vida Bancária** – 9/6/1934
- (56) **O Trabalhador Gráfico** – 15/1/1927, 16/4/1927  
**Vida Bancária** – 10/11/1933, 30/4/1934  
**O Trabalhador da Light** 5/1934
- (57) **A Plebe** – praticamente todos os números de 1933
- (58) **A Plebe** – 29/4/1933, 10/11/1934
- (59) **A Plebe** – 4/3/1933

## BIBLIOGRAFIA

1. GENNI, Franco **Italianos no Brasil**, São Paulo, Martins Ed., s.d.
2. GRAMSCI, Antonio **Cultura y Literatura**, Barcelona, Ed. Península, 1972
3. HOBBSAWM, E. “As Classes Operárias Inglesas e a Cultura desde os Princípios da Revolução Industrial” in **Níveis de Cultura e Grupos Sociais**, Lisboa, E. Cosmos, 1967.



4. LeFbvre, Henri            **La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno,**  
Madrid, Alianza Editorial, 1972
5. MACHADO, Alcantara Brás, **Bexiga e Barra Funda,** S. Paulo, Martins  
Editora, 1943
6. MORSE, Richard        **Formação Histórica de São Paulo,** S. Paulo,  
DIFEL, 1970
7. PENTEADO, Jacob      **Memórias de Um Postalista,** S. Paulo, Martins Edi-  
tora, 1970
8. PORTELLI, Hughes     **Gramsci y el Bloque Historico,** Argentina, Siglo  
XXI, 1974
9. RIBEILL, Georges      “Éléments Gour Une Approche Gramscienne du  
Cadre de Vie”, mimeo. da revista *Space et Socièté*, Paris, 1976
10. RODRIGUES, Edgar   **Nacionalismo e Cultura Social,** Rio, Laemmert  
1972
11. TROTSKI, Leon        **El Nuevo Curso - Problemas de La Vida Cotidiana,**  
Buenos Aires, PYP, no. 27, 1974.
12. WILLIANS, Raymond **Culture and Society - 1780/1950.** N. York, Harper  
& Row, 1966.

---

\* Pós-graduanda do Departamento de História da Unicamp. Esse artigo é parte da tese de mestrado financiada pela Fapesp.



## “A PROPOSTA NÃO É UMA VIDA MELHOR, MAS UMA VIDA RADICALMENTE DIFERENTE”.

AMNERIS MARONI\*

### O fetichismo da mercadoria

*“El producto del proceso de producción capitalista no es ni un mero producto (valor de uso), ni una mera mercancía, es decir un producto que tiene valor de cambio; su producto específico es la plusvalía”. (1)*

O regime capitalista - afirma Marx - nos aparece como um “imenso arsenal de mercadorias”. Ao nível da aparência só isto percebemos. Mas, as mercadorias têm proprietários. No modo de produção capitalista todos possuem mercadorias, daí a “igualdade” possível entre os homens. E todos possuem mercadorias que se trocam pelo seu valor. É este fato inclusive - conforme veremos - que propicia o relacionamento entre os homens. A idéia de que todos possuem mercadorias - que se trocam pelo valor - possibilita a Marx, em um segundo momento, estabelecer: 1) as relações de exploração específicas do modo de produção capitalista. Ou seja, as mercadorias se trocam pelo seu equivalente. A força de trabalho é uma mercadoria que se troca, como as demais, pelo seu valor. No entanto, é uma mercadoria especial, capaz de produzir um valor superior a seu custo. Isto porque o capitalista compra a força de trabalho que tem um valor de uso especial: o trabalho. Por seu lado, o trabalhador, ao vender-se no mercado, realiza o seu valor de troca e aliena o seu valor de uso - como qualquer outra mercadoria; 2) relações de classe típicas do modo de produção capitalista. A partir dos possuidores de mercadorias e de seu relacionamento: de um lado, os latifundiários e os capitalistas - detentores do monopólio da propriedade do solo e do capital; de outro lado, os trabalhadores “livres”, ou seja, aqueles que possuem para vender no mercado somente a sua força de trabalho; “livres” portanto de qualquer propriedade e de meios de produção e de qualquer coerção extra-econômica. Por fim, na idéia acima enunciada está presente a própria “ideologia”, na medida que a mercadoria “esconde” o que possibilita o relacionamento social entre os homens.

Enfim, a obra como um todo, ao partir da mercadoria, parte do aparente, desvendando-o. Parte da circulação e das relações sociais reificadas (o próprio fetiche da mercadoria), mas toda a sua análise aponta para o que lhe dá substância e permite o próprio fetichismo: as relações de produção capitalistas.

Ao privilegiar a História, e em função do método que utiliza, o capítulo sobre a mercadoria abre um campo de questionamento muito grande em relação às relações sociais, as quais no capítulo em questão, surgem como.

fruto das relações entre os homens a nível da produção. Ou seja, ainda que produto de diversas mediações, as relações sociais não são naturais, apesar de (como Marx o demonstrou), pela força do costume, aparecem como tais.

É sob esta perspectiva que considero que a análise da mercadoria desvenda o cotidiano no capitalismo, a partir de um ponto de vista histórico. Ou seja, as relações que se estabelecem no cotidiano, aparentemente naturais porque pertencentes ao “reino da nossa intimidade”, são um produto histórico, transitórias e superáveis, desde que as reconhecemos como tais.

O capítulo da mercadoria (como o restante da obra) evidencia isto. As relações sociais que se estabelecem no cotidiano (de uma sociedade capitalista) decorrem do fato de que o valor produzido pelo trabalho precisa realizar-se, e isso só acontece através da troca de mercadorias. Nesse sentido, as pessoas se relacionam a fim de atender às exigências das mercadorias que possuem. Ou melhor, os possuidores de mercadorias personificam a necessidade de troca, assumem as necessidades da mercadoria. Acontece que, em função mesmo da produção capitalista, essas relações são fetichizadas, já que parece estabelecerem-se relações pessoais entre as mercadorias e relações coisificadas entre os produtores. A mercadoria, através da necessidade de troca, estabelece assim um amplo relacionamento entre os produtores, até que se dê o ato final do consumo. Nesse sentido, nem todas as relações sociais decorrentes da produção de mercadorias são visíveis. Porém, continuam, da mesma forma, tendo importância para o trabalhador, na medida em que têm repercussões em sua vida. (2)

A análise da mercadoria explica, então, o cotidiano (historicamente): como “produto” da produção e reprodução das relações (sociais) de produção e os fundamentos últimos da relação coisificada, fetichizada entre as pessoas. Ou seja, mesmo quando as pessoas se relacionam face a face, seu relacionamento está mediado pela mercadoria; não são, portanto, relações naturais. Voltarei a esta questão a fim de precisá-la posteriormente.

É preciso, no entanto, insistir na idéia de que a base (ou seja, o que permite a existência) do misticismo da mercadoria não é a circulação, mas o processo de produção capitalista. Esta idéia clarificar-se-á mais adiante.

### O fetiche em sentido amplo

“Por eso, todo el misticismo del mundo de las mercancías, todo el encanto y el misterio que nimbam los productos del trabajo, basados en la producción de mercancías se esfuman tan pronto como los desplazamos a otras formas de producción” (3)

Em outros modos de produção, o trabalho e os produtos não precisam revestir-se de fantasias. Em outros modos de produção citados por Marx, as relações não aparecem fetichizadas, as relações sociais dos homens, com seu trabalho e os produtos de seu trabalho são claras e simples. Tomemos, para exemplificar e entender o porquê disto, o modo de produção feudal. Aí vigora a sujeição pessoal e, portanto, medidas extraeconômicas de exploração. Baseados na tradição e no costume, corvéia, o dízimo, por exemplo, “oferecidos” ao senhor feudal ou à igreja aparecem para o produtor claramente como trabalho seu. No modo de produção capitalista, as coisas não se passam assim. Como já dissemos anteriormente, aqui o trabalhador é “livre” em duplo sentido: “livre” de qualquer propriedade e meios de produção e “livre” de qualquer coerção extraeconômica e detém, ainda, a “liberdade” de escolher a quem vender a sua força de trabalho. Ou seja, a “relación monetária elimina de la relación de exploración todas las excrecencias patriarcales y políticas o



incluso religiosas. Sin duda, la relación de producción misma genera una nueva **relación de hegemonia y subordinación**.(4) (grifos nossos). Nesse sentido, a fetichização das relações sociais se impõe neste modo de produção. aos produtores deve ficar obscurecido o fato de que o que dá valor às mercadorias é o **trabalho humano**, como deve ficar também obscurecido o fato de que as mercadorias se trocam pelo seu valor - inclusive a força de trabalho. Caso contrário, “descobre-se” como se dá a exploração. O fetiche deve estar, portanto, nas próprias relações de produção. Esta idéia parece-me fundamental e parece-me que, em O Capital, Marx procurará incessantemente responder: “Como pode o trabalhador transformar-se de senhor do capital, de criador dele, em escravo do capital?” (5)

A mistificação, nesse sentido, surge para o trabalhador antes mesmo de chegar à produção. A mistificação surge no próprio processo de circulação, quando o trabalhador vende a sua força de trabalho pensando que vende seu trabalho. “Todo o trabalho aparece como trabalho pago” (6), ou seja, no trabalho assalariado, a forma de pagamento, o salário, apaga a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente. a relação monetária dissimula, assim, o trabalho gratuito do assalariado.

“Compreende-se assim, afirma Marx, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade”.(7)

No processo de produção, conforme vemos, esta mistificação ganha outras proporções.

Do lado do capital, o processo é semelhante. A valorização do capital dá-se e não se dá na circulação. Dá-se porque é no mercado que o capital encontra uma mercadoria especial - a força de trabalho - capaz de produzir, através de seu valor de uso - o trabalho -, mais valor do que custa. Ao capitalista também passa despercebido o fato de que o preço normal de trabalho envolve também uma quantidade de trabalho não-pago, e que justamente deste advém seu lucro.

É na produção, porém, que o fetiche do capital se completa. Já na subsunção formal do trabalho ao capital (quando já existe o trabalho assalariado, mas o processo de produção mantém-se inalterado - por exemplo, o trabalho artesanal, ou a indústria doméstica), a situação altera-se para o trabalhador. Já não é este que consome os meios de produção, mas são os meios de produção que empregam o trabalhador. É isto que permite ao capital exigir o trabalho noturno, o prolongamento da jornada de trabalho, etc.

“A simples aplicação de dinheiro em fatores materiais do processo de produção, em meios de produção, transforma estes em título jurídico com poder coativo, para exigir trabalho alheio e trabalho excedente”.(8)

Nesse sentido, a mistificação inerente à relação de produção capitalista faz sua primeira aparição. “La facultad que el trabajo tiene de conservar el valor se presenta como facultad de autoconservación del capital e en conjunto, y por definición el trabajo objetivado aparece como si utilizara al trabajo vivo”(9)

Com o desenvolvimento do capitalismo, esta relação (de fetiche) ganha novas dimensões. Na cooperação, os trabalhadores independentes, como indivíduos isolados, não entram em relação entre si, mas entram em relação

diretamente com o capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolveu enquanto trabalhador social aparece como produtividade do capital - como "força produtiva natural e imanente do capital" (10) (grifo nosso).

Com a manufatura e a divisão do trabalho requerida, o processo aguça-se. Não só a capacidade produtiva ("independente") do trabalhador é destruída, como o próprio trabalhador em sua função parcial produtiva e mutilado e "transformado no aparelho automático de um trabalho parcial".(11)

Em função da especialização extrema que a manufatura requer, a força individual do trabalhador não funciona se não estiver vendida ao capital. Às forças do capital crescem frente ao trabalhador, submetendo-o cada vez mais a seu poder.

Com a indústria moderna, o processo de subsunção do trabalho ao capital, atinge dimensões maiores, já que o grau de exploração e de domínio de capital aumenta.

Com a maquinaria, o ritmo de produção independe da vontade do trabalhador. E com isto o poder do capital sobre aquele aumenta.

... o próprio autônomo é o sujeito e os trabalhadores são apenas órgãos conscientes, coordenados com órgãos inconscientes e juntamente com eles subordinados à força motriz central". (12)

Dessa forma, é o trabalho morto que domina a força de trabalho viva. Com a maquinaria consuma-se também a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. A ciência coloca-se a serviço do capital e sob seu domínio submete o trabalhador.

André Glucksman, ao analisar a passagem acima sobre a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, afirma:

"...todos os especialistas que têm como tarefa controlar a vida das massas dentro e fora da fábrica invocam um saber. Não se trata somente de uma mentira cômoda. O destino do "trabalho intelectual" dentro do modo de produção capitalista é fixado pela grande indústria de século XX: o trabalho intelectual é o produto de desintelectualização do trabalho manual, sob a lei do lucro. Até mesmo o técnico tem uma função repressiva, sua "competência", supõe a incompetência do operário e visa reforçá-la".(13)

Com as idéias acima, ainda que rápidas e quero dar ênfase a um aspecto da obra de Marx que muitas vezes é desconsiderado. Apesar do autor estar preocupado com a dinâmica do capital, com sua gênese e sua reprodução, em nenhum momento perde de vista o "todo". Ou seja, não basta somente o trabalhador ser "livre" para ser explorado pelo capital. Outros elementos são necessários para que isto se dê. Nesse processo, como Marx o demonstrou ao longo de sua obra, intervêm: 1) o Estado (não só como elemento repressivo no sentido estrito do termo, mas também através de toda uma legislação que tem por função "ordenar" a vida do trabalhador para o capital; 2) a ideologia - no sentido que vimos tratando, trata-se do próprio fetichismo determinado pelas relações de produção capitalistas - que acaba por transformar a própria estrutura psíquica do trabalhador, que passa a "ver a realidade de cabeça para baixo", na medida que até seu próprio trabalho (enquanto força produtiva) passa a ser visto como potencialidade do capital; 3) e até mesmo uma ideologia aparentemente não ideológica exemplificada pela imutabilidade das relações sociais, onde as relações face a face - o respeito (por exemplo, nas relações familiares) - a disciplina (por exemplo, na fábrica) - o tempo (de trabalho e de lazer) - o lazer (como forma de repro-



duzir a força de trabalho para o capital) - passam a ser vistas como relações ou modos de vida naturais.

Trata-se, assim, de perceber o “todo” na obra de Marx. Ou seja, recuperar a ideologia como lógica da ocultação do real (específica de uma realidade historicamente determinada) e não como reflexo do que se passa na infra-estrutura. Daí que a ideologia: 1) não pode ser tratada como um conjunto de idéias imposta às classes dominadas pelas dominantes; 2) por forjar-se no processo de produção, encontra aí as condições de sua superação. Ou ainda:

“Se nos esquecermos de que a ideologia é a inversão do sujeito (atividade) pelo predicado (inércia), que tal inversão é constitutiva de aparecer social e, portanto, do imaginário de uma sociedade determinada, reduziremos a ideologia à psicologia dos interesses e das motivações, a uma instância da sociedade a serviço da manipulação de uma classe por outra, sem indagarmos a origem das ideologias e de seu reconhecimento como “verdade” tanto por dominantes como por dominados. Na ausência de tais indagações, os dominados, no final das contas, deixam de ser o negativo para reduzirem-se à condição dos eternos logrados pelo poder diabólico dos dominantes”. (14)

### O reverso da medalha

O desenvolvimento do capitalismo e sua extensão a todos os domínios da vida do trabalhador cria as condições para sua própria superação.

Por exemplo, na sua busca incessante de trabalho vivo, o capital cria as condições de destruição de instituições milenares, tal como a família. Na medida em que as máquinas permitem o emprego em grande escala dos trabalhadores sem força muscular, todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, são incorporados ao domínio do capital. Com isto transformaram-se as funções da antiga família e, portanto, as relações sociais que as mantinham. Assim, na medida em que a mulher passa a ser força diretamente produtiva, a produção de valores de uso (confecção de roupas, preparação de alimentos, fabricação artesanal de inúmeros produtos) de importância fundamental para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho é colocada em segundo plano e sob muitos aspectos desaparece. A maioria dos produtos consumidos pela classe trabalhadora passa a ser mercantilizado - ainda que a mulher operária execute uma dupla jornada de trabalho - o “trabalho produtivo” e os “trabalhos do lar” - estes reduzidos à arrumação da casa, cuidados mínimos dos filhos, etc. Com isto, o custo de reprodução da força de trabalho aumenta com a consequente deterioração das condições de vida. A falta de convívio familiar (em função do horário prolongado de trabalho do marido, da mulher e dos filhos) diminui de importância a função social da família operária: a transmissão de valores, a educação. Esta função desloca-se então para a escola (quando existe) e em grande parte para a fábrica. As condições para a destruição do que é considerado por muitos como a “célula” básica de qualquer sociedade humana - e, portanto, natural - encontra-se no próprio capitalismo, no seio de suas próprias contradições.

“Mas, não foram os abusos do poder paterno que criaram a exploração direta ou indireta das forças imaturas do trabalho pelo capital; ao contrário, foi o modo capitalista de exploração que, ao suprimir a base econômica correspondente à autoridade paterna, fez o exercício dela degenerar em abusos nefastos. Por mais terrível e repugnante que pareça ser a decomposição da velha estrutura familiar dentro do sistema capitalista, a



indústria moderna cria, apesar disso, com o papel decisivo que reserva às mulheres, aos adolescentes e aos meninos de ambos os sexos nos processos de produção socialmente organizados e fora da esfera familiar, o novo fundamento econômico, para uma forma superior de família e de relações entre os sexos" (15)

A família é um exemplo de como o capitalismo ao se desenvolver cria as condições de sua própria superação.

A História, porém, não é produto de automatismos estruturais. Ou seja, para que as transformações ocorram é necessário que as forças sociais em luta intervenham no processo, com projetos políticos específicos.

Outra idéia que poderíamos avançar em relação ao tema que estamos tratando é a de que o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário de restringir o campo de lutas - alarga-o. Ou melhor, o capital, ao alargar seu domínio, cria inúmeras contradições que se tornam palcos privilegiados da luta de classes.

Nesse sentido, poderíamos citar, para aproveitar a problemática que tratamos acima, a luta contra a discriminação da mulher. Em uma palavra, o feminismo. Para muitos, este tipo de luta nada tem a ver com a realidade operária; pelo contrário, as reivindicações feministas são consideradas pequeno-burguesas. A realidade, porém, é mais complexa. As reivindicações da luta pela igualdade da mulher (salário igual para trabalho igual, creches, parques infantis, serviços coletivos, - do tipo lavanderias, restaurantes coletivos, etc, - fim da discriminação sexual) forjam-se na fábrica, no dia a dia da luta pela sobrevivência da mulher trabalhadora.

Estas reivindicações não são portanto de mulheres "abstratas", mas de produtoras que percebem a irreversibilidade do processo no qual estão inseridas. Daí que suas lutas - contra a dupla jornada de trabalho - procurem eliminar, exatamente, os chamados "trabalhos do lar", a fim de que sua participação enquanto produtoras e cidadãs aumente.

Sintomático, neste sentido, foi o 1o. Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, realizado em janeiro de 1978. O Congresso teve como objetivo aproximar a mulher metalúrgica da vida sindical, diante do crescente número de trabalhadoras no setor metalúrgico. As propostas de discussão apresentadas pelos organizadores do Congresso foram as possíveis modificações na legislação trabalhista permitindo a hora extra e o trabalho noturno para a mulher. A pauta proposta, porém, logo foi extrapolada. Os grupos de operárias, ao discutirem a problemática foram além da recusa do trabalho noturno e da hora extra, para a mulher e para o homem, para denunciar e fazer diversas reivindicações específicas da mulher trabalhadora. Entre elas predominaram: "salário igual para trabalho igual"; "iguais oportunidades de trabalho"; "contra a paquera dos chefes e o desrespeito à sua condição de mulher"; "pelo companheirismo entre trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas"; "pela criação de equipamentos públicos que permitam a redução da dupla jornada de trabalho"; "por creches e berçários nas fábricas"; "por restaurantes coletivos", etc.(16). Interessante notar, também, que essas reivindicações surgiram espontaneamente, a partir de mulheres que participavam da vida sindical pela primeira vez e que não haviam tido nenhum contato com grupos feministas. Talvez, pelo contrário, esta palavra tivesse para essas trabalhadoras o mesmo sentido pejorativo com que costuma ser revestido.

O feminismo encontra, portanto, sua lógica e tem sua origem no interior da fábrica. É aqui que se cria, para usar a expressão de Kollontai, a nova mulher. "Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o

constituem a única força capaz de desviar do seu caminho a pesada carga do capitalismo. Assim, ao mesmo tempo que se desenvolve a consciência de sua personalidade e dos seus direitos, nasce e evolui na mulher operária do novo tipo o sentimento da coletividade, o sentimento do companheirismo, que só se encontra, e muito levemente, na mulher de novo tipo pertencente a outras classes sociais” (17)

Daí, também, que uma nova moral sexual - condizente com as necessidades da classe operária -- torna-se um instrumento atual de luta no campo social. E não se trata, novamente, de uma formulação abstrata. Pelo contrário, esta nova moral encontra-se em gestação, desde o momento em que a classe operária se forma e entra em luta com seus inimigos de classe que, diga-se de passagem, não somente a explora, mas lhe impõe um modo de vida, uma concepção de mundo que deve ser combatida.

Outro campo de luta específico que se abre com o desenvolvimento do capitalismo é o das lutas urbanas.

À primeira vista, a organização das grandes cidades é aparentemente caótica. Esta impressão se desfaz quando nos colocamos na perspectiva de que o “caótico” faz parte de um determinado modo de produção, de um determinado tipo de organização econômica, ou seja, de que existe uma lógica na desordem. Esta realidade só é perceptível, porém, se nos desligarmos do esquema conceitual das classes dominantes e de um certo marxismo vulgar que só enfoca em suas análises o lugar em que a mais-valia é produzida. Como salienta Henri Lefebvre, “... as relações sociais não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social em que a classe operária age, pensa e se localiza, isto é, na empresa. Reproduzem-se no mercado, no sentido mais amplo do termo, na vida cotidiana, na família, na “cidade”, reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores” (18)

O domínio do capital é, portanto, amplo. Para a problemática que estamos tratando, é importante salientar que aquele interfere também nas condições de produção e reprodução da força de trabalho de que fazem parte o salário, o transporte, a saúde, a habitação, etc. O Estado encarregado de satisfazer parte dessas necessidades torna-se cada vez mais inoperante.

Este fato tem pouco a ver com o crescimento da população -- como quer a ótica dominante --, mas com o comprometimento do Estado com a reprodução do capital. Segundo Engels (19), nem a burguesia nem o Estado burguês têm condições de resolver os problemas ditos sociais. “O resultado é o mesmo em toda a parte, qualquer que seja o motivo invocado: as travessas e os becos sem saída desaparecem e a burguesia se glorifica com seu resultado tão grandioso; mas... travessas e becos sem saída aparecem em outra parte e, com enorme frequência, em lugares muito próximos”.

Parece-nos importante, também, desmistificar a idéia de que as lutas urbanas (por habitação, transporte, etc) tenham em si um caráter reformista, na medida em que se trata de lutas por consumo. A idéia de consumo deve aqui ser relativizada, porque esse tipo de luta tem muito mais a ver com as condições fundamentais da reprodução da força de trabalho. O caráter capitalismo converte essas mulheres submissas e passivas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. (...) Mas, desgraçada da operária que acredita na força invencível de uma individualidade isolada. A pesada carga do capitalismo a esmagará friamente, sem piedade. As fileiras de mulheres combatentes

reformista ou revolucionário que esses movimentos possam vir a ter, depende de outros fatores. Entre eles: a base social que os sustenta, as formas de organização que criam, a relação que estabelece com outros movimentos sociais, o grau de intervenção dos aparatos ou de organizações políticas, etc.

É neste sentido que as lutas urbanas tornam-se palcos privilegiados da luta de classes.

É também por aí que se pode pensar a superação do liberalismo burguês (a separação do econômico e do político), tão ao gosto das esquerdas; já que estas lutas, embrionárias ainda, na sociedade brasileira -- tipo comissões de fábricas, na luta contra o arrocho salarial e pela liberdade sindical; comissões de bairro, na luta contra a carestia e contra o arrocho, por creches, por habitação, etc. --, e que podem vir a tornar-se contrapoderes efetivos na luta por uma sociedade radicalmente diversa; isto porque põe fim à idéia da política como especialização -- quer seja a que se dá ao nível do parlamento burguês, como também "revolucionários profissionais" --, para fazer parte da prática cotidiana das massas.

### A busca do sujeito histórico

A obra de Marx não se limita a analisar o modo de produção capitalista em todas as suas facetas; não se limita tampouco, à análise da reprodução do capital. Pelo contrário, busca precisar o sujeito histórico que efetuará a transformação desse modo de produção. Tendo em vista este objetivo, desvendou as leis inerentes a esse modo de produção, o seu movimento, as suas transformações históricas e inclusive as mistificações necessárias para a sua reprodução.

Desde a mercadoria, a idéia está presente; no modo de produção capitalista impera um "imenso arsenal de mercadorias". Todos os homens, no modo de produção capitalista, possuem mercadorias; daí a "igualdade" existente entre eles. Só que possuem mercadorias diferentes:

"...os, proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, o salário, o lucro, a renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras constituem as três grandes classes da sociedade moderna no modo de produção capitalista".(20)

É a mais-valia, o trabalho não pago ou trabalho excedente, que possibilita a renda fundiária e o lucro. Ou seja, Marx percebeu, e os economistas burgueses já haviam percebido, que o que dá valor às mercadorias é o trabalho humano. Porém, foi além ao perceber a forma específica de exploração no modo de produção capitalista: a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário (em que o trabalhador reproduz seu próprio custo: o salário) e o trabalho excedente (ou seja, é o trabalho não pago que "remunera" o capitalista e o proprietário da terra).

Ou ainda, é do trabalho adicionado (vivo) ao trabalho morto que provém as três formas de renda: salário, lucro, renda fundiária. E que, portanto, permite a reprodução das 3 classes fundamentais do capitalismo: trabalhadores, capitalistas e grandes proprietários de terras. A luta que cada uma dessas três classes fará para obter maior parcela desse trabalho adicionado é evidente por si mesma. Mas a luta não pára na diminuição da exploração por parte do operário. O capital, ao produzir o fetiche, ou seja, ao "esconder" do operário que a força e o poder do capital é o trabalho, produz o seu contrário, ao "socializar o processo produtivo", reunindo em um mesmo local exércitos de trabalhadores que percebem, através de sua prática

-- a greve é um exemplo --, que é o trabalho vivo que impulsiona o morto, ou seja, que as máquinas reduzem-se ao silêncio quando o trabalhador assim o deseja. Ou seja, a possibilidade da tomada de consciência está dada nas próprias relações de produção, é isto que propicia sua superação.

### A superação do fetiche não basta

Marx afirma em O Capital que "...a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro".(21) (grifo nosso)

O que significa a frase acima? Estará Marx se referindo tão-somente ao antagonismo fundamental do modo de produção capitalista a nível econômico e à sua reprodução: capital/trabalho? Estará Marx se referindo à reprodução alargada da força de trabalho e da maquinaria? Não nos parece assim. Pela análise que vimos desenvolvendo, acreditamos que, quando Marx afirma que há reprodução da mesma relação, não está se referindo tão-somente à reprodução da relação econômica: capital/trabalho (burguesia e operário), mas está se referindo também à reprodução das relações sociais (a disciplina na fábrica, a hierarquia no processo de trabalho, a um tipo específico de família, de moral, de relações no cotidiano, etc).

Ou ainda, no parágrafo acima analisado, pelo que vínhamos discutindo anteriormente, estão presentes duas idéias fundamentais: a produção capitalista em seu movimento reproduz não só as relações econômicas de produção, mas também as relações sociais e a idéia de que há reprodução das relações. (22)

No Capítulo VI (Inédito), Marx deixa essa idéia mais clara:

"...No solo las condiciones objetivas del proceso de producción se presentan como resultado de este, reino igualmente el carácter específicamente social de las mismas; las relaciones sociales y por ende la posición social de los agentes de la producción entre si, las relaciones de producción mismas son producidas, son el resultado, incessantemente renovado, del proceso"...(23) (grifo nosso).

A idéia a ser recuperada é de que a sociedade capitalista não é só "um imenso arsenal de mercadorias"; esta é sua expressão fenomênica, sua aparência. E mais: a sociedade capitalista não é só produção e reprodução de mercadorias, não é só reprodução ampliada de capital e de trabalho, de capitalistas e operários; mas é também produção e reprodução de tipos específicos de comportamento, de relacionamento, de sexualidade, de estrutura de pensamento; enfim, produz e reproduz a competição, o individualismo, o autoritarismo, o servilismo, etc., que devem ser motivos de questionamentos e, inclusive, de uma estratégia política de transformação.

E para nós, "trabalhadores intelectuais", esta análise é importante. Pois ninguém mais do que nós temos a percepção dessa realidade massacrante. Sabemos que a opressão não se restringe às fábricas, ela se estende a todos os aspectos da vida, e é tarefa nossa, onde estivermos, contestá-la, se quisermos ser coerentes com o nosso "saber crítico", e, nesse sentido, parar de "pôr em ordem" a sociedade burguesa. É esta a estratégia política que nos permitirá parar de reproduzir as relações sociais de produção.

"Um juiz, um sábio, um jornalista, um professor, encontra a realidade aí onde estão incumbidos de exercer sua função de controle. É sob este ângulo que eles podem desenvolver a contestação nos termos específicos de

suas atividades. Partindo daí, seus movimentos têm uma dimensão universal que as teorias gerais dos especialistas não alcançarão nunca; eles aprendem a formular, à sua maneira, a pergunta que determina o destino da sua classe e que interessa a todas as classes: controla quem? (24)

Mas, consideremos, é difícil. Como vamos conseguir isto com todos os nossos limites de classe. Glucksman ainda uma vez nos responde:

“Há outras pessoas que nos podem ajudar a superar estes limites. Os (operários) rebeldes nas linhas de montagem, os prisioneiros que escalam os tetos das prisões e que serão torturados no silêncio das celas. Todos eles nos ensinam que a revolta contra a autoridade ataca o fundamento da autoridade que está em todos nós: o servilismo”. (25)

### Marx já tinha previsto

Como o capitalismo pôde sobreviver após os golpes de morte que lhe foram inflingidos? Como puderam, na Rússia socialista, a partir de 1920, reproduzir-se, inesperadamente, as relações de produção capitalista? — pergunta Henri Lefebvre, no livro já citado.

Para este autor, entre outros motivos, isto se deu porque os grandes teóricos revolucionários — Marx, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo — esperavam uma derrocada final do capitalismo, e, com esta, a destruição das relações sociais produzidas pelo capitalismo. Ou seja, não se havia previsto então a resistência e a capacidade de reprodução dessas relações sociais, após a tomada do poder pela classe operária.

Segundo Lefebvre, Marx apresentava uma “versão máxima” de transformação social, onde se daria “a desapareição”, simultânea ou não, da nação, do Estado e da família, de todas as instituições e mesmo do trabalho, e até daquilo que Marx chamava a pessoa humana, quer dizer, uma certa maneira limitada de conceber o indivíduo humano. Versão máxima: para criar o “total” fazer saltar “tudo”. (26)

Em relação a Marx (e mesmo quanto a Lênin), Lefebvre se engana. Marx já havia previsto a possibilidade da reprodução das relações de produção capitalista em uma sociedade em transição para o socialismo. Na Crítica ao Programa de Gotha, esta possibilidade se evidencia, quando Marx afirma: “Do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda, em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, e selo da velha sociedade de cujas entranhas procede” (27)

Por isso que na sociedade em transição o “direito igual” na repartição do produto (“a cada um segundo seu trabalho”) continua sendo — segundo Marx — burguês. Isto porque “este direito igual é um direito desigual para trabalho desigual”, porque os indivíduos não são iguais física e moralmente. “No fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade.” (28) Nessa sociedade mantêm-se ainda a divisão do trabalho (manual/intelectual), que também é burguesa. Mantém-se o trabalho como um simples meio de vida. Ou seja tanto nos aspectos econômicos, como no moral e no intelectual, esta sociedade está ainda impregnada pela velha ordem. É preciso transformá-la para tanto, será que basta o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento do rendimento do trabalho, etc? Marx acredita que não.

“De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades” só poderia surgir em uma “fase superior” da sociedade comunista. E, para tanto, Marx aponta três condições: 1) - “quando houver desa-



parecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual”, 2) - “quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital”, 3) - “quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva” (29) (grifo nosso).

Com o texto acima, Marx parece que deixa claro a sua distância em relação a um tipo de visão economicista, em que o desenvolvimento das forças produtivas aparece como um “deus ex machina”. Pelo contrário, para Marx o crescimento das forças produtivas se dá com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos.

Parece-me que Marx evidência também que, em uma sociedade em transição que “apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral, no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede”, a possibilidade que haja a reprodução dessas relações está dada.

#### NOTAS

- 1) MARX, Karl, *El capital*, capítulo VI (Inédito), Siglo Veinteuno, Buenos Aires, pág. 33.
- 2) Muitas dessas questões foram sugeridas pelo “Painel da Sociologia Cotidiana”, coordenado pelo Prof. José de Souza Martins, na FFCLH, na USP, em dezembro de 1976, e pelo curso ministrado pelo Prof. Martins, “Sociologia da Vida Cotidiana”, na FFCLH, na USP, no 2o. semestre de 1976.
- 3) Marx, Karl, *op.cit.*, página 55.
- 4) Marx, Karl, *op.cit.*, página 62.
- 5) MARX, Karl, *O Capital*, Livro 1, Volume 2. Civilização Brasileira, 2a. edição, Rio de Janeiro, página 722.
- 6) MARX, Karl, *ib.* página 622.
- 7) *idem*, página 623.
- 8) MARX, Karl, *O Capital*, Livro 1, Volume 1, Civilização Brasileira, 2a. edição. Rio de Janeiro, página 355.
- 9) MARX, Karl, *Inédito*, *op.cit.* página 55
- 10) MARX, Karl, *O Capital*, Livro 1, Volume 1, *op.cit.*, página 382.
- 11) *Idem*, página 417.
- 12) *idem*, página 449.
- 13) GLUCKSMANN, André, “Nem todos somos proletários” in *Ensaio de Opinião*, Editora Inúbia, Rio de Janeiro, 1977, página 94



- 14) CHAUI, Marilena, "Apresentação" in *Ideologia e mobilização Popular*, CEDEC/Paz e Terra, vol.3, Rio de Janeiro, 1978, página 14, 15
- 15) MARX, Karl, *O Capital*, Livro 1, volume 1, op. cit., página 561.
- 16) *Jornal Brasil Mulher*, no. 11, Março de 1978; *Jornal Movimento*, no. 135 30 de janeiro de 1978.
- 17) KOLLONTAI, Alexandra, *A nova mulher e a moral sexual*, Coleção Base 6, Global Editora, São Paulo, 1978, página 17/18.
- 18) LEFEVRE, Henri, *A re-produção das relações de produção*, Madrid Alianza Editorial, 1972, página 110.
- 19) ENGELS, Friedrich, "Contribuição ao Problema da Habitação, Edição Sociais, São Paulo, 1967, pág.93.
- 20) MARX, Karl, *O Capital*, Livro 3, Volume 6, *Civilização Brasileira*, 2a. edição Rio de Janeiro, página 1012.
- 21) MARX, Karl, *O Capital*, Livro 3, Volume 2, *Civilização Brasileira*, 2a. Edição Rio de Janeiro, página 714.
- 22) Henri Lefebvre, em obra já citada, acredita que o conceito de reprodução da relação só aparece claramente, em Marx, no capítulo VI, conhecido como Inédito.
- 23) MARX, Karl, *El Capital*, capítulo VI (Inédito), op. cit., página 107
- 24) GLUCKSMANN, André, op.cit. página 103.
- 25) Idem, pág. 104
- 26) LEFEBVRE, Henri, op. cit.
- 27) Marx, Karl e Engels, Friedrich, "Crítica ao programa de Gotha" in *Texto 1*, Edição Sociais, São Paulo, 1976, página 231
- 28) idem, página 230
- 29) idem, página 232/233.

---

\* Pós-graduanda do Departamento de História da Unicamp.



JOSÉ CLÁUDIO BARRIGUELLI\*

Qualquer tentativa de analisar o pleito realizado em novembro último, corre o risco de incorrer em certas falhas de prospecção. Não se pode negar, contudo que os dados evidenciados na apuração, e particularmente as plataformas políticas defendidas pelos candidatos e partidos, permite-nos subtrair certas conclusões, que mesmo genéricas, aproximam-nos das tendências a serem evidenciadas pelo quadro político nacional.

Este artigo pretende ser a colocação de alguns pontos de reflexão sobre a tendência direitista assumida pelo partido do governo no Estado de São Paulo, particularmente neste, pois é ali que se pode perceber claramente a definição ideológica das diversas tendências políticas nos partidos. A análise que pretendemos fazer procurará evidenciar que a vitória da "ala de direita" da Arena em São Paulo não significa nada mais que o "desnudamento", ou mesmo o desmascaramento, da essência direitista do governo camuflada pela política do Governo Geisel que procurou trilhar a sua ação governamental na "legalidade" ou mesmo na "institucionalização" do caráter repressivo do regime instaurado em 1964. Assim o resultado do pleito de 78 permite-nos perceber que na essência a estrutura de poder instaurada em 64 fortaleceu-se na direita apesar de que "politicamente" a imagem liberal da Arena tenha sido recuperada no governo Geisel. Alguns pontos deverão ser esclarecidos para o melhor entendimento da tese que se busca defender.

A expressiva vitória da oposição em 78 está sendo questionada num primeiro momento através de comparações com o pleito de 1974. A grande maioria de políticos (basicamente os mais comprometidos com o atual governo) e analistas tentam configurar a escalada numérica do partido da oposição avaliando o seu crescimento meramente quantitativo em relação aos pleitos anteriores, e, basicamente 1974. Está claro que o dado numérico tem sua importância na significação das lutas da oposição. O tratamento destes dados não pode ser feito simplesmente em função das percentagens e crescimento dos votos nas regiões, Estados e Municípios. Este tipo de análise só faz apreender as relações fenomênicas e deixar de lado a essência mesma de todo o processo eleitoral de 78 ou de quem foi vitorioso não foi exclusivamente o MDB mas a maioria explorada da população que teve garantida na eleição de seus representantes a expressão de seus anseios, angústias e reivindicações. Metodologicamente devemos justificar o porquê da escolha de São Paulo para buscar a expressão destas tendências enunciadas e não o país como um todo. Numa análise rápida das eleições efetuadas em São

Paulo e as formas (e conteúdos) de atuação dos partidos políticos percebe-se que aqui as eleições tiveram um significado diverso daquele de outros Estados.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil permitiu uma forma de concentração industrial em São Paulo, paralelamente à industrialização massiva da agricultura, onde quer a capital como as grandes cidades interioranas possuem uma classe operária numericamente expressiva no contexto da estrutura de classes. Por outro lado o alto grau alcançado na evolução tecnológica deu bases à formação de uma hierarquia de trabalhadores que caracteriza uma classe operária altamente diversificada no sentido das funções que desempenha no processo de trabalho. O fruto desta concentração resulta na capacidade de uma melhor articulação de classe uma vez que a própria objetivação do trabalho permite não só uma circulação maior dos trabalhadores nos diversos ramos de indústria como também age no sentido de liberar o trabalhador das condições "subjetivas" do processo de produção. Assim, é na realidade mais desenvolvida que procurar-se-á interpretar a tendência eleitoral e a expressão dos votos em programas e plataformas políticos unidos.

Nesse sentido uma consideração necessária sobre a votação da oposição deve ser feita: a grande vitória foi a de ter permitido a consolidação de tendências mais "ideológicas" nos partidos, mormente no MDB. O partido de oposição apesar de todas as falhas táticas cometidas cresceu, na luta política contra o regime, qualitativamente o que permitiu que tivesse uma base mais sólida para constituir-se, para a grande massa explorada da população, numa alternativa política. Está claro que o resultado disto não se situa simplesmente a nível político pelo crescimento da consciência dos parlamentares da oposição em face do regime. Resulta sim das próprias contradições geradas pelo modo através do qual se pensou "o desenvolvimento do país". Assim as medidas políticas e a política econômica foram fatores básicos para a evolução de uma consciência crítica em relação ao regime. Esta consciência não nasce evidentemente de um processo "partenogênico" que vem do céu para a terra. Ao contrário a própria explicitação de um lado da política econômica desnudando a faceta profundamente autoritária do governo na defesa dos interesses do capital levantando a cortina de fumaça que pairava em torno do Estado como agente de mediação entre as classes (o abandono relativo da imagem de neutralidade do Estado), e, por outro a reação vigorosa (pensando-se nas circunstâncias próprias do país nestes 14 anos) das massas exploradas e das categorias intermediárias que pressentem um rápido processo de proletarianização, permitiram, ou melhor, determinaram uma nova tendência no partido da oposição. E evidente que se o MDB não tivesse alternativas mínimas, quer via candidatos "populares" quer um programa mais "radical", não teria sido sufragado da forma que o foi.

Tais considerações sobre a oposição não significa de imediato que se reputa a ela a condição de um partido "ideológico", ou seja, um partido político de oposição para uma determinada classe. Continua a representar o que sempre representou: uma aliança de grupos que se opõe política e economicamente, às diretrizes estabelecidas a partir de 64. No fundo, mesmo com o crescimento de uma ala mais "ideológica" na oposição, a essência do programa do MDB é liberal e a aliança, que redundou no próprio partido, é liberal no intuito de enfrentar uma tendência expressa no governo que é nitidamente anti-liberal e direitista. Está claro que este "liberalismo" do MDB não pode ser visto de forma estática. Evolui historicamente e é basicamente na percepção deste movimento evolutivo que se pode avaliar a importância do último pleito.

A formação da oposição quando da extinção dos velhos partidos em 1965/66 deveu-se a uma aliança de grupos políticos, quer herança das velhas bancadas como a aglomeração de grupos de interesses como certa homogeneidade política. A atuação da oposição esteve trilhada no fortalecimento desta aliança até o pleito de 1974 onde o conteúdo, não a forma, é modificado de modo perceptível mudando-se alguns graus no rumo programático da oposição. É na eleição de 1974 que percebemos uma clara tendência à busca de constituição de uma linha mais "política" dentro do MDB na seleção de candidatos mais ligados ao programa recém-estruturado do partido. A cristalização de um grupo "autêntico" como quadros de importância capital para a própria manutenção da aliança partidária contribuiu sobremaneira à guinada a uma linha mais "crítica" dentro do próprio partido e sobre a atuação deste em face do regime. É evidente que alguns fatores se apresentaram no cenário político que permitisse a debilitação de certas resistências ao crescimento dos "autênticos" dentro do próprio partido de oposição. A crise de 1968/69 culminada na solicitação de licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves e a edição do AI-5, fez ruir no MDB um ponto importante que "amarrava" a própria evolução mais "crítica" da oposição, quer seja os resquícios das bancadas e das formações partidárias anteriores. O período do Governo Médici, com toda a violenta pressão nos mecanismos passíveis de oposição mais consequente ao regime, permitiram um "divisor de águas" mais nítido entre as diversas composições do partido de oposição.

O vazio político que estabeleceu-se no MDB foi preenchido vagorosamente pelo crescimento desta tendência mais "autêntica" como uma resposta à própria crise de identidade (autenticidade) do partido e aquela que assolava a sociedade brasileira com a evidenciação da falência do "modelo econômico".

Nas eleições gerais de 1974, que encontra a sociedade brasileira profundamente desgastada pelo esforço estatal na manutenção do modelo econômico, o MDB consegue, a nível nacional, organizar um programa mais "crítico" que se prestasse a uma resposta à situação de vida da população brasileira.

É inegável porém que a oposição ainda não havia conseguido articular-se de tal modo que o programa do partido, teoricamente crítico, correspondesse na prática política partidária à organização de setores mais amplos da população. É evidente que o comprometimento do partido oposicionista ainda estava mais circunscrito às iniciativas de manutenção da coesão em diversos momentos críticos que propriamente no esforço de cooptação de novos setores da população marginalizados no processo político, principalmente a classe operária. O aguçamento das contradições que revelou essência do modelo econômico e as bases profundamente autoritárias do modelo político permitiu uma incipiente identificação entre o programa do MDB e o conjunto das massas exploradas e insatisfeitas.

A campanha do MDB em 1974 repousou basicamente sobre um conteúdo mais apelativo que propriamente crítico. O apelo à população, ao grosso da população explorada, no sentido de votar na oposição revela que o próprio MDB tinha em mente conquistar os votos a qualquer custo. O chamamento para a votação maciça na oposição com o argumento de que "votar no MDB é dar mostras ao governo que a coisa não anda bem" tinha o objetivo precípuo de conquistar o eleitorado via insatisfação com os rumos dados à política econômica e salarial.

Não se pode negar que houve redobrado esforço no sentido de “educar as massas” fornecendo a ela instrumentos (conceitos) e dados (fontes oficiais) para que pudesse avaliar com “segurança e critério” as ações do governo. Particularmente em São Paulo com planejamento de verdadeiras “aulas sobre economia e política econômica” através do candidato ao senado Orestes Quércia viabilizou-se este projeto. Os efeitos desta forma de campanha onde se buscou inserir um novo conteúdo no processo eleitoral foi de tal ordem que as massas realmente, pela primeira vez, sentaram-se diante do vídeo e assistiram a um programa eleitoral. A vitória do partido da oposição fundamentalmente sobre uma campanha “científica” fez com que o governo levasse em conta as formas de acesso dos candidatos às camadas populares e encontrasse ali um motivo para a edição da Lei Falcão. Está claro que a Lei Falcão não nasce da exclusiva situação de vitória da oposição em função de uma campanha muito bem planejada. O que se avaliou realmente foi o fácil acesso e a grande penetração que a oposição pode ter sobre o eleitorado levantando certas palavras de ordem.

Não se pode comparar os debates políticos em 1974 e aqueles que ocorreram na campanha de 1978. Lá pairava no ar o negro período das violentas repressões e as continuas ameaças e atemorizações sobre qualquer crítica que se pudesse fazer à política econômica do governo. A campanha de 74 viveu períodos de grande restrição.

Os dados sobre os quais os candidatos criticavam a política do governo eram em sua grande maioria dados oficiais fornecidos por agências governamentais. Apesar de todo o controle sobre as informações e estatísticas o governo jamais pode se furtar às evidências de certas contradições gritantes. Foi exatamente sobre a situação alarmante da economia (dívida externa e distribuição de renda) e da sociedade brasileira (saúde, saneamento, transporte, etc) que os dados oficiais se prestaram, limitadamente, a um questionamento da política governamental.

O que distingue a campanha de 74 da de 78, sem levar aqui em conta o nível das contradições diversas nas duas situações, é que na primeira o questionamento da política do governo não resultava numa clara proposição de “uma alternativa política” para a sociedade brasileira. Em 1978 a campanha, resultante de uma capitalização de luta por liberdades democráticas, uniu diversos setores descontentes sobre uma proposta alternativa para a redemocratização do país diferentemente daquela proposta pelo governo: a constituinte.

Deve-se notar que o período de 1974 a 1978 foi o do agravamento das contradições e o aumento subsequente de atitudes anti-populares do governo. O esforço do próprio governo em fazer a referida redemocratização revela o nível em que as contradições se situavam e a fragilidade do próprio bloco no poder (as contínuas e intermitentes ameaças do rompimento da aliança de forças). É curioso notar que somente a partir de 1976 o governo, através dos discursos presidenciais e das lideranças identificadas com o atual governo, admitiram publicamente a necessidade da volta ao estado de direito.

O bloco no poder viu-se premido por circunstâncias diversas que o levou a uma mudança profunda na forma de seu encaminhamento político. Viveu sempre porém uma contradição básica: de um lado a necessidade de uma “redemocratização” que garantisse ou renovasse a aliança de grupos no poder e por outro manter o ritmo de crescimento econômico numa política que fornecia a todo o momento as condições para o “racha” no poder. Assim nessa situação paradoxal o atual governo poderia ser definido, nas suas

diretrizes políticas, como oligarquico na prática política de sustentação do regime (bloco de interesses) mas liberal no seu discurso. Ou seja, o redimensionamento do liberalismo no governo Geisel só foi possível na medida em que legitimou a luta pelo poder nas diversas facções que compunha a aliança no poder (em síntese, expresso politicamente na ARENA), mas que por outro lado, como representante de uma liderança de determinado grupo de interesses deveria a todo custo manter seu grupo no poder (aqui se revela o caráter oligarquico).

A abertura do processo de discussão e de disputa, "in abstracto", pelo poder, como um redimensionamento do discurso em face à realidade conturbada no bloco de poder, não pôde ser feita como nos governos anteriores nas cochias dos corredores e das salas em penumbra. Para que a contradição e o "racha" não tornasse o sistema vulnerável, isto é possível de sublevação e de golpe, a polémica sucessória e o planejamento da política governamental teve que ser aberto para a garantia da unidade.

Neste quadro de uma pretensa "abertura" inseriu-se a campanha do MDB para 1978 onde a realidade política, profundamente modificada em relação a de 1974, permitiu que o partido de oposição recebesse de forma decisiva o apoio de setores realmente comprometido com a redemocratização.

As diversas manifestações de descontentamento com a política governamental e enfim contra o próprio regime evidenciam a crise do sistema e a busca de novas alternativas político-econômicas. As greves em diversos setores de classe, desde os setores de ponta da industria nacional (paralisação de quase 500.000 trabalhadores) até a area de serviços de saúde, atestam os resultados da política do arrocho salarial e as táticas governamentais para manutenção do ritmo de crescimento da economia em detrimento de vastos setores da sociedade brasileira.

A manifestação da base da sociedade na luta pela redemocratização, única garantia possível para a manutenção dos direitos dos trabalhadores em geral, teve de imediato efeitos positivos dentro do MDB que viu fortalecida, particularmente notório em São Paulo, a sua ala mais "autêntica".

Fruto de um lado das pressões de base e por outro pelo rompimento de compromissos no bloco no poder a "abertura" tornou-se inevitável no quadro político nacional. O redimensionamento do "liberalismo" foi tarefa não só da oposição como também um esforço titanico do próprio partido do governo.

Como nós já referimos acima deve-se sempre, quando tentarmos interpretar o bloco no poder, distinguir o discurso subjacente à política governamental e as ações concretas desta na garantia da realização desta mesma política. Neste quadro os princípios que norteiam o discurso do partido do governo, basicamente na sua carta-programa, manifesta-se como de conteúdo liberal apesar das ações que garantem o próprio bloco no poder demonstrar o caráter profundamente oligarquico do poder. O governo Geisel reflete de modo expeccional este paradoxo.

Se na prática o governo Geisel foi o mais repressivo de todos os governos "revolucionários" anteriores o discurso que a Arena procurou manter em toda esta trajetória foi no entanto o mais liberal. Devemos distinguir as formas repressivas utilizadas por Geisel da dos governos anteriores. De Castelo a Médici (basicamente neste último) uma das funções da política de desenvolvimento com segurança foi a eliminação sumária de

quaisquer focos de resistência ao regime onde se viu, na esfera governamental, uma ascensão crescente da extrema-direita e um ofuscamento cada vez maior do legislativo como um instrumento de ação "legal" do governo.

As bases de sustentação do regime, a concentração do poder e a busca de eliminação, dos grupos que pudessem alterar a luta interna, já estavam suficientemente desenvolvidas quando Geisel assume o poder o que permitiu, sem maiores dificuldades, o aprimoramento da oligarquia no poder. É evidente que sempre houve opositores, no entanto a estratégia usada por Geisel, cercado por uma "inteligência" tecnico-burocrática, foi a de "legalizar" o Estado de exceção, sem contudo modificar a essência direitista do governo.

Na esfera política esta estratégia iniciou-se pelo "fortalecimento" de uma ala da Arena que se identificava com as perspectivas do bloco no poder transformando-a no porta-voz do governo junto ao próprio partido e no legislativo. A tentativa de "fortalecimento" do setor legislativo via compromissos com uma ala da Arena resultou numa "alternativa" para circunscrever as críticas e disputas numa esfera sobre controle.: a política. Este fato é de suma importância para que possamos entender toda a busca para a "distorção" em que por momentos o próprio MDB esteve envolvido. A ditadura criou efetivamente mecanismos "legais" de atuação quando dinamizou o partido do governo e consolidou os debates em torno da classe política. Está claro que não podemos superestimar a ação do governo. A tática desenvolvida foi exatamente a de fazer com que as críticas e a organização dos debates em torno da política governamental estivessem sob controle através dos próprios atos de exceção ainda vigentes. Esta aparente permissividade foi a forma de dar ao regime uma certa fachada mais liberal. No entanto a idéia de democracia relativa ou com responsabilidade, em que o processo. Por outro lado o "moralismo" característico à repressão aos críticos que ousaram ultrapassar os limites da "ordem" estabelecidos pelo governo tem um sentido todo especial. O elemento básico de toda a ação repressiva sempre esteve ligado à salvaguarda da "imagem das Forças Armadas", num claro esforço de evitar a todo custo a pura identificação desta com o Estado (o comprometimento efetivo) e ao mesmo tempo a tentativa de mostrar a imagem das Forças Armadas como uma força de caráter neutro e mediador. Ou seja, sempre "foi possível" uma crítica à política governamental desde que esta não esbarrasse no desnudamento da base do bloco no poder: as forças armadas. Este esforço de manter a "neutralidade" do aparelho militar, o não desnudamento das alianças e interesses do bloco no poder, significava sustentar a todo custo o "caráter do sistema" apesar da existência, no momento, de certas atitudes revolucionárias que não permitiam ainda a "liberalização total do regime".

A não permissão à crítica mais contundente se deve basicamente aos planos estabelecidos para a manutenção da oligarquia no poder e a consubstanciação de uma proposta "liberalizadora" que se processou através de uma política de institucionalização (legalização) da exceção não mais se contrapõe a Estado (que é passível de ser de direito), o próprio Estado tem por incumbência absorver o regime de exceção legalizando-o, isto é, tornando a exceção direito.



Esta estratégia do governo Geisel seria perfeita se realmente se pudessemos verificar historicamente a existência de uma "Reich de mil anos". Os fatos que se sucederam no último ano do governo Geisel demonstra, como já tem sido mais do que demonstrado, que não se pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer regime, subestimar a classe operária.

A política econômica e conseqüentemente salarial do governo havia esgotado toda operariado das alternativas tradicionais de luta na qual o sindicato desempenhava papel preponderante. O sindicalismo sob férreo controle estatal pouco pode reagir às investidas governamentais no campo da reivindicação. Os sindicatos lentamente reagiram.

A classe operária foi gradativamente amadurecendo na luta contra o arrocho criando novas formas de luta e organização. As interrupções, as operações tartaruga, amarrar a produção, etc, foram exercícios modestos para uma classe tão números diante de um inimigo tão potente que praticamente quase aniquilou todas as forças de esquerda que se lhe opunha.

As greves de 1978 que se iniciam nos setores de ponta da indústria nacional alastram-se de forma avassaladora atingindo e propiciando a outros setores e camadas profissionais e busca de novas alternativas de luta. Aos milhares de operários em greve, sucedem: se professores, bancários, ou médicos e residentes, os trabalhadores no campo, etc.

O que resulta de todo este processo é a destruição na prática da lei anti-greve e a colocação em cheque de toda a política econômica (e repressiva) do governo. Os trabalhadores passam, através de suas lideranças, a ostensivamente interferirem no processo político opinando sobre assuntos que dizem respeito não mais aos seus interesses economicos imediatos mas a interesses de toda a sociedade civil.

Apesar de todas as falhas de atuação o MDB consegue neste momento apresentar-se, através de seus quadros mais autenticos e devido à sua própria desorganização, como uma das alternativas políticas onde o investimento valia o risco. Aglutinar-se no MDB seria não mais buscar opor-se ao regime via eleição maciças de membros da oposição. Valia sim agora buscar o conteúdo plataforma do MDB já expressa em sua carta programa desde 1974. Assim o conteúdo do discurso político de 1974, que de forma ainda próxima ao populismo trouxe grande parte das massas descontentes, passa a ser agora o ponto principal "de investimento". Não mais vota-se na legenda mas busca-se votar em candidatos que tenham a função precípua de fazer valer o programa. A candidatura Fernando Henrique Cardoso, apesar das vacilações iniciais em função do quadro obscuro em que lança a sua campanha, monopoliza em São Paulo as forças autenticamente de oposição ao regime e permitem através de inúmeras candidaturas que se definem por um programa de ação mais coerente aglutinar as diversas oposições que se esboçavam: democratas-cristãos, liberais de esquerda, marxistas independentes, movimentos tais como Justiça e Paz, Custo de Vida, Anistia, etc.

A palavra de ordem sobre liberdades democráticas e redemocratização encontram eco profundo nas bases populares que sustentam, a seu nível, o conjunto mais amplo das reivindicações.

A abertura exigida pelas bases encontra respaldo nas preocupações de uma ala do MDB em busca novas alternativas de luta contra o regime. As

“novas” forças que se inserem no quadro da política partidária modificam substancialmente o quadro das barganhas políticas que o governo procurou manter sob controle no processo da “distensão”. A distensão somente poderia ser possível com a liberdade de organização e expressão conseguida e alcançada na luta quotidiana das massas populares organizadas nas fábricas, nas escolas, hospitais, etc. Se de um lado a conquista estava sendo efetuada pelo movimento reivindicativo organizado das bases por outro contribuiu o “afrouxamento” do bloco de poder. A falência gradual da aliança liberal governo-militares-elite política de direita, consubstanciada na definição do processo sucessório no governo central e nos Estados, acentuou-se com a própria crise do “modelo político e econômico”. As medidas, principalmente econômicas, para a sustentação do regime afastou do governo setores mais liberais da burguesia que se viram impelidos à crítica da política econômica do governo. Esta crise iniciada com a demissão de Severo Gomes e culminada na declaração dos “8 empresários” revela o profundo distanciamento alcançado entre burguesia voltada ao setor produtivo e os interesses do setor financeiro defendidos pelo governo. Por outro lado a escalada da corrupção no seio da administração pública fartamente denunciada pelos quadros da oposição e do próprio regime secundada pela forma pela qual a sucessão presidencial se deu, onde setores militares ficaram marginalizados, levou ao quartéis a inquietação e a propaganda “subversiva”. A forma da Contestação ao regime pelas facções militares via de regra através de uma propaganda clandestina nos quartéis revela num primeiro momento não só o poder da “unidade das forças armadas” defendida e inculcada cotidianamente na tropa como por outro revela a incapacidade das articulações de oposição no atual regime da estrutura de poder dentro do próprio Exército.

Vislumbra-se claramente que a propaganda continua um nome da Unidade do Exército criou dificuldades para os seus ideólogos que buscam cada um a seu modo comprometer os quadros militares com a campanha anti-governo. No entanto as dificuldades são tais que é perceptível não só pelo método de recrutamento (propaganda pessoal e clandestina que visa a sublevação) como pelo próprio conteúdo dos jornais e panfletos militares. Não só pecam por uma análise superficial do regime como a palavra da ordem básica — a volta aos quartéis — é pouco apelativa dado o comprometimento do aparelho militar com o poder. As denúncias que envolvem favoritismos na escolha e promoção a cargos efetivos da estrutura do exercito caem de certo modo no vazio uma vez que o comprometimento nestes 14 anos criou desde há muito uma geração numa nova filosofia militar. Os argumentos sobre o “profissionalismo” do militar e seu papel na caserna como guardião da ordem não a própria filosofia que orientou a formação de oficiais nestes ultimos 14 anos. Estas palavras de ordem são inequivocamente palavras que saem da boca de generais em vias de incorporação à reserva. O anti-comunismo e o anticorrupcionismo das gerações militares antes de 64 são frutos de uma filosofia elaborada fora do poder. Estes mesmos anti numa formação militar onde o poder e o próprio exercito não estão separados têm uma nova conotação. O importante é manter a unidade do exército, com todos os seus custos, do que a fragmentação que permitiria um avanço das esquerdas e do comunismo. Não há nada mais fantástico do que o quanto rendeu para o



governo o comunismo nestes últimos 14 anos; aliás mais de que caderneta de poupança.

É evidente que na aparência a questão parece resumir-se numa visão moralizadora do aparelho militar. Em verdade sua ação é bastante trilhada neste resignado papel moralizador, porém não se esgota simplesmente nisso. O exército crê ser o poder suficientemente neutro e moderador que permite a coesão e a unidade da aliança entre o capital (suas diversas fracções), a elite política que apresenta-se como porta-voz e o próprio aparelho do Estado como agente de mediação das classes. Apesar de todo o comprometimento do aparelho militar com o capital (e suas mazelas numa país subdesenvolvido) há uma nítida auto-conceituação bonapartista onde o “povo” não se sabe o que quer por isso deve ser guiado. No entanto, em certos momentos, as próprias fracções do capital (no caso o setor industrial) e do Estado são consideradas como imaturas para a assunção do processo decisório. A própria expressão disto é a necessidade de afirmar-se sempre a necessidade de uma abertura lenta e gradual que assegura na prática o controle do processo de assunção decisória por parte das classes conservadoras e da elite política sem um détour no meio do caminho. O que se pode concluir é que a abertura lenta e gradual é impossível, enquanto abertura como tal, pois o próprio aparelho militar não pode prever os rumos pelos quais a transmissão irá se efetuar. Nesse sentido o pacote de reformas políticas e a institucionalização da ditadura não são garantias suficientes para assegurar a defesa dos interesses do grande capital. O objetivo da abertura é permitir uma “democratização” que mantenha intacto o bloco de poder, ou seja, uma abertura que exclua e continue excluindo a classe operária e a grande massa de explorados.

Nesse sentido a preocupação em torno da vitória do MDB era bastante grande pois poderia colocar em cheque a referida abertura, ou seja, colocar em risco o próprio bloco no poder.

Daí todas as tentativas de vencer as eleições custe o que custar.

A preocupação governamental em vencer as eleições a qualquer custo não significava simplesmente vencer exclusivamente o MDB. Sua preocupação, dado que o próprio partido do governo encontrava-se profundamente seccionada contrariamente ao fortalecimento “ideológico” do MDB, era a de que as eleições fosse um referendo a favor da política do governo Geisel e que como consequência o grupo no poder saísse fortalecido, garantido indiretamente — legitimando — o processo sucessório e a continuidade da atual política governamental na futura legislatura.

A emergência de novos partidos tinha sua razão própria de ser no período uma vez que o seccionamento da Arena era mais viável do que o do próprio partido opositor. Todas as situações anteriores ao pleito de 78 em que o consenso do partido do governo era necessário este foi conseguido a partir de coações do grupo parlamentar alinhado ao governo. A Arena, nas diversas ocasiões críticas, deu provas de coesão no enfrentamento dos problemas. Os mecanismos de coação governamental foram eficientes para que se evitasse o “racha” na Arena, sustentando está política até o pleito de novembro que seria de fato “os nove fora” do governo.

O governo entrou no pleito de novembro em ampla desvantagem em relação à oposição. A popularidade da política economia e social do governo

ainda continuava a ser questionada quotidianamente nos diversos segmentos sociais e os candidatos "populares" do MDB conseguiam, lenta e moderadamente, capitalizar as inquietações abraçando palavras-de-ordem "universais" sobre a redemocratização do país.

A forma alcançada para buscar vencer o MDB nasceu na própria competição entre os grupos da Arena (as arena 1,2 e 3) que além de se oporem (e por vezes se comporem) ao MDB tinham como princípio consolidar posições de seus próprios agrupamentos políticos. O resultado imediato deste processo competitivo foi o aumento violento, principalmente Norte e Nordeste, do custo da campanha eleitoral que de certo modo trouxe prejuízos para a oposição que não só estava (e está) mal articulada nestas regiões como dificultou, em termos de poderio econômico, o acesso da oposição ao eleitorado.

Tendo como inimigos estes fatores a oposição ainda conseguiu aumentar sua representação nestas regiões.

Mas enquanto este fato dificultava nestas regiões a oposição (lembremo-nos que o voto de cabresto e a corrupção eleitoral é ali uma tônica diária) no Sudeste e Centro-Sul a campanha assumiu novas diretrizes. A tática da Arena para poder impor seus candidatos foi a escolha criteriosa de nomes mais populares comprometidos com a política municipal e basicamente vinculados às administrações estaduais. A escolha de ex-secretários de governo e homens de vida pública intensa na Arena tiveram maiores chances de se elegerem não só pela "popularidade" de seus nomes como pelo esforço intenso do Estado na sufragação destes nomes.

A máquina administrativa do Estado foi colocada à disposição de muitos candidatos para o fortalecimento dos grupos e tendências dentro da Arena. O que se percebeu antes durante o processo eleitoral foi o esforço desenvolvido pelas lideranças políticas das várias facções da Arena de aumentar seus representantes (parlamentares) tendo em vista, num futuro não definido, as barganhas políticas para a composição dos novos partidos. Impressionantemente viu-se na Arena uma corrida "ao pote de ouro" para a garantia de posições de grupos de interesse. A máquina do Estado foi racional e organizadamente utilizada para tal ação e viu-se abertamente a luta pela "cooptação" de cabos eleitorais, prefeitos, vereadores, antigos deputados e lideranças locais, etc, através de "cobranças" públicas de favores anteriormente prestados. A Arena, mais que o MDB, fez sua campanha sobre grupos identificados de interesse. Em São Paulo este processo foi nitido e assumiu sua forma mais desenvolvida.

O pano de fundo de toda a campanha da Arena em São Paulo expressou-se através do discurso "liberal" de seu candidato ao Senado que procurava manifestar-se consoante ao programa do Partido do Governo. A este respeito não podemos esquecer que este programa da Arena é em sua formulação discursiva autenticamente "liberal" e não muito distante ao do programa oposicionista. No entanto devemos salientar que a prática política destes dois partidos é que realmente permitiu o seccionamento e a distinção do "conteúdo liberal" presente nos programas. Enfim, "há liberalismos e liberalismos".

A contradição entre o programa liberal da Arena, defendido pelo seu



candidato ao Senado e pelo próprio grupo de vanguarda em São Paulo, não correspondeu à realidade do pleito e da campanha. A luta dos grupos da Arena (laudistas, malufistas, ex-pessepistas de Ademarzinho, vanguardistas, ex-pessedistas, grupos de ex-secretários — Baldacci, Maluly, etc e os alinhados ao governador, etc. e tal) se deu na articulação do eleitorado “cativo” da máquina governamental sobre palavras-de-ordem nítida. Cada grupo procurou manifestar, não de forma muito sistemática e coerente, a sua visão sobre o processo de evolução política e sobre os destinos e as formas de ação para a sociedade brasileira.

A grosso modo poderíamos distinguir (ou agrupar) tres grandes tendências:

a) aqueles candidatos que voltaram sua ação para manterem-se na “vida pública” utilizando-se dos votos “cativos” da máquina do Estado e desenvolvendo um discurso sobre as necessidades de São Paulo, interiorização do desenvolvimento, dinamização da agricultura, etc., ou seja, em linhas gerais um velho discurso já desgastado de promessas e demonstração do que já pessoalmente fizeram “para o progresso de São Paulo” (cobrança política de favores), b) um grupo de ação de vanguarda que procurou dar uma tendência “ideológica” mais ao centro na própria Arena paulista (aqui se identificaram mais com o liberalismo do programadore do candidato Claudio Lembo), e finalmente, c) um grupo que realmente se identificou com o pensamento de direita utilizando slogans sobre a necessidade de um Estado forte para impor “segurança”.

A aparente homogeneidade da plataforma política do MDB, expressa nos discursos e pronunciamentos dos candidatos mais populares, voltada à uma posição mais à esquerda do que as campanhas anteriores, propiciou no plano das disputas políticas dentro dos grupos da Arena a evidenciação da sua tendência mais direitista. Está claro que esta tendência de direita não procurou de modo explicito combater as posições do MDB abrindo com ele um debate político onde o substrato ideológico estivesse nitidamente exposto. Pelo contrário o que se pode observar num primeiro momento, e este é um dado de significância, é o grande número de candidatos que se identificam, por profissão, aos aparelhos repressivos do Estado. O número de delegados de polícia, tenentes, capitães, militares reformados, etc. era bastante expressivo dentro da chapa da Arena. Este fato pode ser explicado, como procuramos fazê-lo anteriormente, pelo fato do tipo de compromisso historicamente estabelecido entre aparelho militar e o controle do Estado. Ou seja, nestes últimos quatorze anos o número de militares (da ativa ou não) que tem disputados cargos políticos (e mais ainda no setor privado) aumentou consideravelmente. A participação de militares (ou elementos ligados ao aparelho repressivo) nas eleições revela não só o interesse de uma “identificação” dos militares com a sociedade civil (eliminação do antagonismo entre civil e militar) como por outro lado legitimar a ação dos militares no poder. É evidente que diante dos eleitores o homem do aparelho repressivo representa uma determinada imagem de segurança. Ao concorrer a cargos eletivos a imagem de segurança que é subjacente à sua própria função (é antes de mais nada um profissional) torna-se não algo imposto por um

regime autoritário, pelo contrário, pode também demonstrar que a segurança individual (de si e da família) é questão de opção e não de imposição.

É revelador as formas das candidaturas do grupo de direita, onde se encontram o grande número de indivíduos ligados ao aparelho repressivo do Estado ou que identificaram-se com o Estado de exceção de forma ostensiva, que se basearam em sua plataforma política na legalização das palavras-de ordem sobre desenvolvimento com segurança e responsabilidade.

A idéia de votar em segurança, ou seja naqueles candidatos que demonstraram historicamente ser férreos combatentes da marginalidade e do comunismo, tinha como pressuposto que o Estado necessita ainda de um governo forte para que se cumpra os objetivos básicos: crescimento econômico, "democratização" relativa e ordem social. A base de todo o processo de conquista social (progresso) está neste discurso preso à idéias da ordem. Somente numa sociedade ordenada, isto é, controlada a responsabilidade coletiva, é que o desenvolvimento pode se processar. Isto contudo não significa que a direita exprime aversão absoluta à participação popular. Pelo contrário em seu discurso exalta esta participação argumentando que deve ser feita com responsabilidade para que a população perceba nitidamente verdadeiros anseios e não permita a infiltração de agitadores, comunistas e profissionais da desordem. O que é nitido neste tipo de discurso diferente de um ultra-direitismo "emocional", é a tentativa de abordar e explicar os problemas sociais justificando a necessidade do uso da força para a solução dos problemas. Quer seja, a campanha destes candidatos privilegiou a ação violenta contra uma sociedade violenta, não esquecendo-se de admitir que esta violencia social é gerada por contradições que a própria sociedade criou. No entanto o fato de se admitir que a sociedade é geradora da violência pelos desajustes que ela mesmo cria, não dá ao discurso a capacidade de ultrapassar os limites de uma visão ideológica que está subjacente à toda ideologia do Estado autoritário que se implantou desde 1964. Pelo contrário é neste discurso, camuflador em certos pontos através de interpretações liberais mas que em sua essência revela-se como autoritário e fascista, que se evidencia a contradição do regime que apontamos anteriormente.

A campanha da direita sob o binómio ordem e segurança para o desenvolvimento permite-nos perceber a própria essencialidade do regime, que buscou basicamente no governo Geisel ostentar uma imagem liberalizante ao não se comprometer declaradamente com a extrema direita. O governo esquece-se que no processo político e extrema-direita poderia, via candidaturas e palavras-de ordem, comprometer o próprio governo. É parece-nos que assim o foi em São Paulo.

O fato destes candidatos, e particularmente um deles, ter recebido expressiva votação em todos os Estados e em quase todas as urnas (além do fausto e da riqueza de sua campanha para um militar de média carreira) mostra a todos nós o resultado destes quatorze anos de Estado de mais absoluta exceção: a adesão de certas faixas da população que viram nestas palavras-de ordem um meio de garantir o seu voto uma candidatura que



promete um Estado ditatorial. Enfim, a promessa de um “Reich de mil anos...”

---

» Sociólogo. Professor, doutor da Universidade Federal de São Carlos (SP).



# DEPOIMENTO

## MOVIMENTO PELA ANISTIA

LUÍS EDUARDO GREENHALGH\*

Um fato marcante da luta pela anistia é, no meu entender, o Movimento Feminino pela Anistia, constituído em 1975 por um grupo de mulheres de São Paulo. Antes disso, as manifestações eram esparsas, isto é, encabeçadas por pessoas isoladas, como familiares de presos. Foi, portanto, em 1975, com a fundação do MFA, que se conseguiu uma certa estrutura para a condução dessa luta. Mas o próprio MFA, devido às suas características internas, ainda se assentava na questão de algumas personalidades democráticas, empenhadas na luta pela anistia. Ora, 1975 foi o início de uma reorganização dos diversos setores da sociedade: os estudantes se reorganizam nas suas entidades, reconstróem seus DCEs, suas UEEs e agora já estão a caminho da reconstrução da UNE; a população começa a exigir uma participação mais efetiva dos seus representantes no Parlamento, o grupo autêntico é ampliado nas eleições de 74; o movimento operário começa a se reconstruir, há um processo de sindicalização no qual cada vez mais a classe operária busca seu sindicato, exigindo das direções sindicais uma posição mais autêntica, mais consequente, repudiando o peleguismo, etc. Então são todos esses movimentos de reestruturação, de animação da idéia de democracia, de volta a normalidade no país, que encontra no MFA seu primeiro organismo.

Mas em 1977, já no final do ano, registram-se algumas manifestações mais coletivas em relação a anistia. No começo do ano de 78 funda-se um movimento complementar mais avançado, de acordo com a nova realidade da reorganização desses setores, que buscava assentar a luta pela anistia não mais em torno de personalidades, de indivíduos combativos, conhecidos etc, mas em termos coletivos isto é, engajar setores ao invés de engajar pessoas. E é neste sentido que surge no Rio de Janeiro o primeiro núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia. Foi fundado com a participação de muitos setores e pessoas representativas e era um movimento mais avançado, mais de acordo com a realidade política em que a gente vivia, e não demorou muito tempo para se espalhar pelo país inteiro. Depois do CBA do Rio foi fundado o da Bahia e depois o daqui de São Paulo. Nós aqui em S. Paulo consideramos o CBA do Rio e da Bahia como comitês de movimento pela anistia de transição, quer dizer, aquela transição de sair da alçada de pessoas e passar para alçadas de setores, ser levada coletivamente. E a gente acha que o CBA de São Paulo já é o marco inicial dessa nova fase, dessa nova qualidade da luta pela anistia. Por que? Porque o CBA de São Paulo é organizado por entidades representativas de diversas categorias sociais, são quarenta entidades que compõem sua coordenação geral, dessas quarenta se tem uma comissão executiva de nove entidades. No CBA de São Paulo nós temos entidades de médicos,



professores, jornalistas, bancários, estudantes, advogados, operários, imprensa democrática, arquitetos, médicos residentes. São todas essas associações, nas diversas categorias sociais, que adotaram um programa de luta pela anistia e estão levando um trabalho nas suas entidades coordenadamente pelo coletivo. Mas a gente viu que esse passo, que é um passo importante na luta, a incorporação de setores sociais na própria luta, ainda tinha uma certo descompasso, uma certa heterogeneidade na própria bandeira, na concepção, no entendimento, no caráter da anistia.

Até meados desse ano se discutia o porque de ampla, geral e irrestrita, qual a desvantagem da anistia parcial, o que é anistia recíproca, que foi uma tese lançada pelo general Pery Bevilacqua no dia da fundação do CBA do Rio. Qual seria a forma mais correta de se lutar pela anistia, qual é a bandeira que a gente deve empunhar etc e tal. A gente teve então que travar durante alguns meses, a nível nacional essa discussão política: o que significa anistia pra nós? Ela está vinculada a que lutas? Às lutas populares? E a gente fez um esforço muito grande de realizar uma reunião em Brasília, com quatorze ou quinze entidades do Brasil inteiro, e saímos de lá com um primeiro consenso: a anistia seria ampla, geral e irrestrita para atender a todos os opositores do regime militar, mesmo àqueles que tinham pego em armas. Nós não fazemos distinção dos beneficiados, a gente já largou de mão nesta reunião a questão da anistia parcial, Conseguimos uma unidade nisso.

Mesmo que alguns falem em anistia parcial são sequelas. Hoje a palavra de ordem, a correta seria: anistia ampla, incondicional e irrestrita. Que é a mesma coisa que geral, incondicional e sem restrições. Ampla e geral, do ponto de vista jurídico, são sinônimos é a mesma coisa. Poder-se-ia suprimir um destes vocábulos e colocar incondicional, quer dizer, sem condições, sem pré-condições para dar. Mas como a palavra de ordem ficou ampla, geral e irrestrita e já está todo mundo conhecendo assim, a gente não quis por perfeição jurídica dar uma perfeição maior. Ela deve ser ampla para todas as manifestações, todas as formas de oposição ao regime; geral, para todas as vítimas da repressão; e irrestrita, sem discriminações, sem nenhuma restrição.

Depois marcamos uma reunião em setembro, na Bahia, ampliada, com vinte e um movimentos de anistia de todos os Estados do Brasil. Passamos esses dias discutindo essas questões e saímos de lá com um documento consensual, que é a chamada Carta de Salvador. Essa Carta diz a anistia que a gente quer, isto é, ampla, geral e irrestrita, porque a luta pela anistia se inclui nas demais lutas por liberdades democráticas. Na verdade estamos incorporados na luta geral do povo brasileiro, por liberdades democráticas, por melhores condições de vida, de salários, por condições de educação, de higiene, habitação, etc. Já nos posicionamos lá em Salvador contrários às reformas governamentais. Nos antecipamos por exemplo no repúdio à Lei de Segurança Nacional, numa época em que ainda se falava em projeto de lei. A gente já dissecou todas as artimanhas que o senador Petrônio Portella andava fazendo naquela época. Já resolvemos refutar isso e essa reunião foi extremamente importante porque ela unificou politicamente e restava a gente unificar internamente, em termos de estrutura orgânica e chamar mais movimentos de anistia, outros setores, para o debate. Então, essa reunião decidiu a realização de um congresso nacional. Discutiu-se lá também a viabilidade do congresso ser antes ou depois das eleições; conseguimos trazer para antes. Até por uma questão de segurança nós achávamos importante ser às vésperas das eleições porque o governo não teria condições de reprimir um congresso desses. Achávamos que esse congresso deveria ser realizado num centro político de importância no

Brasil, São Paulo, onde as coisas de uma certa forma representam o próprio compasso político da nação. São Paulo é uma espécie de coração político, ele está um pouco na vanguarda. Então a gente fez o congresso e foi aquilo que se viu: coisa mais importante do ano em relação a luta pela anistia. Duas mil pessoas no ato de abertura, todas elas unidas na luta pela anistia. Vieram personalidades estrangeiras, representantes das sete entidades nacionais. Nós convidamos as sete entidades que antes de nós já estavam falando de anistia e lutando por direitos humanos: a Comissão de Justiça e Paz, a Ordem dos

Advogados, Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, A comissão Pró UNE, o MDB, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E convidamos também a oposição sindical metalúrgica aqui de São Paulo. O congresso foi do ponto de vista político o maior avanço que luta pela anistia teve, conseguiu unificar todas as questões políticas, conseguiu abrir o espaço político da denúncia. Foi a primeira vez que familiares dos desaparecidos se reuniram. Houve novas denúncias de desaparecimentos e assassinatos, coisa que a gente não sabia. Muitas vezes, em muitos casos, alguns familiares prestaram depoimentos para nós dizendo que não teriam coragem de ter vindo a público se não fosse num congresso. O congresso motivou muita gente, veio gente do Brasil inteiro. Nós esperávamos quinhentas pessoas como participantes e apareceram mil e quatrocentas e nem estávamos preparados para tanto. Dividimos em setores de atingidos, tínhamos uma comissão de mortos e desaparecidos, uma comissão de ex-presos políticos, outra de cassados e demitidos, um comissão de banidos e exilados. Consideramos a Universidade uma comissão própria, pois ela foi atingida em tudo: professores cassados, funcionários demitidos, estudantes mortos, perseguidos, etc. Ela é uma instituição que recebeu repressão do governo de cima em baixo. Tivemos comissões por setores profissionais: médicos, advogados, jornalistas, profissionais liberais, operários, mulheres. A gente acha que houve um salto de qualidade. Os operários que participaram concluíram que a anistia também interessa a classe operária. Eu acho que o congresso foi o elo de ligação com a classe operária. Apareceu muita gente, líderes sindicais, que concluíram que os presos políticos, os exilados, os banidos, os beneficiários da anistia lutaram e estavam cassados, perseguidos exatamente por causa daquilo pelo qual eles estão lutando hoje: melhores condições, sindicatos livres, comissões de fábrica. Então, eles viram a ligação que tem entre a luta pela anistia e a sua luta diária, o cotidiano deles.

A gente acha que o movimento depois do congresso teve três avanços muito importantes primeiro: é a única frente política existente, frente que tem diversas tendências políticas agindo em frente, com concessões, com avanços, com recuos, com consenso político do que fazer. Eu acho que se não for a única frente que existe no país, verdadeiramente, é a mais importante delas. Segundo as resoluções do congresso foram todas voltadas para os trabalhadores, então a gente chegou a conclusão de que a luta pela anistia era uma luta importante mas ainda era uma luta de elite, de setores mais intelectualizados, mais conscientizados. E uma luta de elite não leva a nada. O passo fundamental que o congresso deu foi o da popularização da luta, quer dizer, a vinculação da anistia com a classe operária, com os trabalhadores, com os assalariados; e só quando os trabalhadores assumirem a luta é que estarão dadas as condições da vitória, da conquista da anistia. Enquanto ficar só entre os intelectuais, é muito bom, mas não leva a nada, agora, quando o povo assume esta luta, aí vai para a frente. Esta é a nossa resolução mais importante: levar a luta pela anistia para a classe operária, para os trabalhadores, fazer a vinculação diária e permanente da luta pela anistia com



suas próprias lutas específicas e incorporar os setores mais oprimidos da população na própria luta. Feito isso a gente acha que a questão da anistia é uma questão de dias para ser conquistada. O terceiro avanço foi em termos de organização: o congresso elegeu uma comissão nacional executiva. Desta comissão participa o CBA de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, o CBA da Bahia, o Movimento Feminino pela Anistia-direção nacional de São Paulo, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, e o Comitê Matogrossense pela Anistia. Dividido por região, cada um destes sete componentes desta comissão executiva tem uma área geográfica para atuação.

E os dois compromissos imediatos desta coordenação nacional são primeiro, levar adiante as resoluções do Congresso, isto é, quem vai executar o que o congresso decidiu: segundo, a própria unificação a nível nacional de luta, as discussões políticas etc e tal. No Brasil é interessante: às vezes o que voce discute aqui em São Paulo leva dois anos para chegar no Maranhão (sem menosprezo), no Sergipe, etc. Lá as condições são diferentes, a realidade tem características próprias, mais atrasadas, menos atrasadas. O desenvolvimento do proprio capitalismo no Brasil é desigual: nós temos estados como Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio — com um desenvolvimento do capitalismo muito grande — e temos estados muito atrasados, como Acre, Rondônia. Então, a gente tem de respeitar a realidade local.

A gente acha que 1978 foi um ano político muito bom para a oposição democrática no país, especificamente para o movimento da anistia. Embora a gente considere que em 79 é que será travada a luta mais importante, que é levar a luta para as camadas mais populares. Essa ida para a periferia, para os bairros, para as fábricas, para as associações etc., vai ser decisiva para os movimentos de anistia e para a própria vitória da luta.

Então, não se aceita anistia parcial, repudiamos a anistia recíproca. Exigimos o fim radical e absoluto das torturas, dos aparelhos repressivos e a responsabilização judicial dos agentes da repressão. Isto é um negócio importante, dá impressão que é uma palavra de ordem muito radical, mas é um pouco de análise do que foi a anistia de 45. Em 1945, na queda de Getulio Vargas, fim da segunda guerra, quando houve anistia, foram anistiados os integralistas, os comunistas. E o que acontece? Acontece que não se mexeu na estrutura repressiva, não se responsabilizou nenhum daqueles Filinto Muller da vida. A estrutura repressiva permaneceu intacta, os agentes da repressão permaneceram incólumes e quando houve o golpe de 1964, o regime militar apenas readaptou a estrutura já existente. Foi inovando estas estruturas até 69, quando há uma remodelação total há um salto de qualidade na repressão. Daí a gente começa a perceber que a luta por anistia em 45, foi uma luta importante, boa, democrática, etc, mas que não surtiu nenhum efeito. Havia condições para tudo se repetir, como se repetiu, de fato, sem você ter nenhuma defesa. Os próprios comunistas tiveram o partido legalizado e, dois anos depois, estava todo mundo na clandestinidade e sendo reprimido pela mesma máquina que os tinha anistiado.

Assim a anistia de 45 revela uma falta de garantias total aos anistiados. Se revela uma falta de garantias total aos anistiados, revela também uma falta de garantias para a sociedade em geral, uma insegurança política. Dessa vez a gente está lutando, mas quer pelo menos, anular o aparelho repressivo. Se não se conseguir destruir, punir torturadores, essas coisas todas, pelo menos a gente quer absoluta certeza de que não vai ser pego para a frente num outro radicalismo, num outro golpe. Esse debate a gente travou durante o ano de 78. Tinha gente que falava: como é que vamos punir torturador? O

Estado burguês tem sempre uma máquina de repressão? Tem. Mas qual a garantia que a gente tem com uma anistia se daqui a dois, três meses eles podem acionar o Doi-Codi? Bom, acabou, né? Então sai todo mundo da cadeia e volta todo mundo daqui a pouco. A gente quer ter uma garantia, e uma das garantias é o desmantelamento dos aparelhos de repressão, pelo menos sua completa inutilidade, inatividade. Então não é uma palavra esquerdista, uma posição radical, mas é uma posição lúcida, consciente, de quem já cometeu o erro anteriormente e quer superar agora e está percebendo que qualquer tipo de anistia que não inutiliza os mecanismos de repressão, de abuso de poder, de arbitrariedade é uma anistia fantasiosa. Para desativar o aparelho de repressão é muito fácil. Como eles se criaram? Montando estruturas, etc e tal, chamando gente de outras estruturas para aquela estrutura. Ora, desativa-se aquela estrutura e as pessoas voltam às suas funções normais. Por exemplo, o exército brasileiro tem no DOI CODI uma estrutura nova, um serviço de informações novo, conhecido tragicamente no Brasil como o maior emitente de torturas, de assassinatos, etc. É exatamente isso: desativa-se o DOI CODI e os oficiais que lá trabalham voltam para as suas cavalarias, infantarias, engenharias, etc. Se você desativa aquele núcleo, desativa um esquema de repressão. É a única garantia que você tem. É claro que o Estado vai ter seus órgãos de informação ao nível político, vai ter órgãos de informação em questões de segurança, critérios de nacionalidade, segurança nacional, invasão do inimigo externo. Agora, quando você desativa esses órgãos de segurança você abdica de uma filosofia de governo, você desativa uma filosofia, uma doutrina. Na hora que você acaba com o DOI-CODI você está matando, na mesma hora, o conceito de segurança nacional, a doutrina, a filosofia da segurança nacional, de que existe aqui um inimigo interno. É isso aí, a filosofia é que o inimigo é interno, a guerra se trava no dia a dia, a guerra é aqui dentro. Na hora em que a gente conseguir a anistia, tem que ter a garantia da desativação desses órgãos, tem que ter a garantia do respeito à integridade física de qualquer cidadão, qualquer que seja a sua concepção política. E tem que substituir a chamada doutrina de segurança nacional por uma outra doutrina de segurança nacional, mas que atenda às reivindicações do povo brasileiro, pois esta doutrina que está aí não atende. A chamada Lei de Segurança Nacional, na realidade, é a lei da segurança das multinacionais e da insegurança da Nação. Em verdade o inimigo não é interno e, se ele existir, é externo. Hoje no Brasil, o que é camada dominante? É uma pequeníssima parcela da população. Hoje você vê que a classe operária é contra o regime, os setores da pequena e média burguesia são contra o regime, a burguesia nacionalista é contra o regime. Só um grupo pequeno de grandes interesses é a favor - são os interesses das multinacionais, a nova forma de dominação imperialista. Antigamente você falava contra os Estados Unidos, o imperialismo norte-americano. Hoje você não pode falar contra este imperialismo, hoje é a multinacional: o Japão, a Alemanha, são as holdings, os grupos econômicos internacionais. Quais são seus representantes aqui no Brasil? Muito poucos testas de ferro. Alguns milhares, no máximo, enquanto que milhões da população estão marginalizados do processo de decisão, de participação política, de rentabilidade sua. Ninguém tem segurança.

Cada vez mais a mão de obra é achatada. O salário, etc, etc, em detrimento disso. O que se quer com a luta da anistia, com a reformulação da doutrina de segurança nacional, com a desativação dos órgãos de repressão é exatamente isto: que a maioria possa efetivamente participar. Por isso é que a anistia se vincula desde logo às lutas democráticas, às demais lutas



democráticas e populares da sociedade brasileira. Hoje não há nenhum setor social unido na defesa do regime militar, não há, nem os próprios militares. Isto é uma verdade. Antigamente você tinha os praças, os sargentos, mais representativos da sociedade, mais de oposição ao governo e a oficialidade unida na revolução de 31 de março. Hoje você não tem nem a oficialidade. Você tem alguns generais. Alguns, não todos. Então, se você descer ao coronel, ao major, ao capitão, a divisão é grande. O que fez este processo de desagregação do regime? A revolução foi para melhorar a situação econômica e piorou, mas piorou terrivelmente. Então o governo mostrou uma grande incapacidade na direção das questões econômicas do Brasil, afundou de uma vez.

Hoje a intervenção estrangeira, através das multinacionais, atingiu índices nunca vistos anteriormente e não tem perspectivas de saída, isto é o pior.

O governo não tem nenhuma saída, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista social. Por exemplo, quando se começou a falar em reformas institucionais, nos dois três primeiros meses, muita gente ficou esperando o que seria. Quando as reformas são promulgadas, ninguém mais as aceita, pois não atendem à realidade que a gente está vivendo. Estão ultrapassadas. Gerou uma expectativa, e quando veio todos já estavam contra. Eu acho que o regime militar ou abre de uma vez e passa o governo para os civis, promove eleições diretas a todos os níveis, une os diversos setores na responsabilidade de reconstruir o país destruído - porque é um país destruído - do ponto de vista de suas instituições é destruído. Diz para mim: o que é o Poder Judiciário hoje? Qual é o juiz que tem peito de dar uma sentença (com raras exceções, como aquele que julgou o caso do Vlado)? Ministros do Supremo Tribunal Federal foram cassados, aposentados. E qualquer ministro do Superior Tribunal Militar que fale sobre tortura está mal visto. Então não tem uma instituição, quer jurídica, quer política. Quem confia nos partidos? Vamos ser honestos, quem confia em Arena, quem confia em MDB? Quem acredita que o MDB possa levar às últimas consequências o seu programa? Ninguém. Então não tem instituição política, instituição social, nem econômica, nem o próprio Banco do Brasil. Getúlio Vargas dizia que o Brasil tinha três coisas organizadas: Exército brasileiro, o Banco do Brasil e a Igreja Católica. O Exército brasileiro não é mais organizado, só restou a Igreja Católica, pois o Banco do Brasil está num desprestígio total.

Você jogando a anistia nas demais lutas democráticas, populares, etc, você dá a compreensão global da situação política em que a gente vive, e realmente é isto. Todos os comunistas foram atingidos? Foram, mas somente os comunistas foram os presos políticos? Não, isso é uma grande mentira. Os comunistas talvez tenham sido a menor parcela dos presos políticos. A repressão atingiu os intelectuais independentes, as cabeças mais bem pensantes deste país. Atingiu Universidades inteiras, funcionários públicos dos mais competentes. O processo da revolução de 64 foi substituindo o que tinha de melhor no País por um bando de técnicos e burocratas incompetentes, o que é pior. Este é um problema sério. O "milagre econômico" virou malogro econômico, faliu, e a saída que o governo está vendo aí, que é o que acho que será o governo Figueiredo, é tentar o mesmo método do Delfim Neto de criar o "milagre" nas zonas urbanas, com exportação ("Exportar é a Solução"). Quem não estiver contente sai do país. É a penetração de capitalismo, das multinacionais, na área rural. Pode dar uma saída, mas serão quatro, cinco, seis anos, depois será um povo malogro. O "milagre" do campo será o malogro do campo. A juventude brasileira, 63 % da população, não vota,

nunca votou para presidente da República, nunca votou para governador do Estado. É um país de jovens que não mandam nada, que não têm intervenção nenhuma ao nível político mais amplo. A situação no Brasil é um negócio sério. Vejam o que o Geisel fala: abram a janela do mundo e vejam os outros países. Ora, há outros países em situação pior do que o Brasil - na América Latina realmente o Brasil tem a melhor situação. O Produto Interno Bruto do Brasil é o oitavo do mundo; agora veja a potencialidade do Brasil e, a partir daí, a realidade do país por eles conseguida; é uma distância incrível. A dívida externa brasileira é um negócio absurdo. O sacrifício de ser o oitavo PIB do mundo gerou a maior dívida externa do mundo. Isso é desenvolvimento? Desenvolvimento para quem? A quem interessa esse tipo de desenvolvimento? Então eu acho que a situação política é ruim, o próximo presidente da República vai viver um período negro, pois o povo brasileiro está perdendo o medo.

Aos poucos foram rompendo a barreira do medo, a barreira do silêncio, e a bomba vai estourar na mão dele. Ele precisaria ser um cara equilibrado, e não é. É um indivíduo passional. Então como é que vai ser essa estória? De repente levanta com uma dor no fígado, cassa todo mundo, manda prender, e daí? Cisma, pois agora a gente tem presidentes que cismam. Mais cismado que o Geisel... Ele cismou de ir contra a Petrobrás, cismou de fazer um acordo atômico, cismou, todo mundo era contra, mas ele cismou. Então é difícil, é uma situação delicada, que vai exigir da gente muita reflexão. É um fato que ainda não aconteceu no Brasil, a gente não tem experiência anterior. Pois o que existia no final da ditadura do Getúlio Vargas era uma onda contra o facismo, contra o nazismo. O exército brasileiro tinha acabado de voltar da Segunda Guerra Mundial, todos com idéias democráticas. Hoje, o exército é uma corporação reacionária, que assimilou a doutrina da segurança nacional de que o inimigo é interno. Quer dizer, quem falar que nós estamos errados é nosso inimigo, é agente do comunismo internacional, da subversão. Portanto: repressão. Esse é o método, eles não aceitam nenhuma crítica. Quando é que você viu o governo aceitar alguma ponderação de alguém? Quando Dom Paulo começa a falar, é comunista, é subversivo. Não tem jeito. E uma situação nova para a gente. Até quando o povo brasileiro vai aguentar isso? A anistia é pré-requisito de qualquer reforma, qualquer mudança. Vamos supor que o governo queira iniciar um período de pacificação nacional, de conciliação nacional; a conciliação tem que começar antes, por uma iniciativa do governo de por os 10.000 brasileiros que estão no exterior aqui dentro, com todos os seus direitos de cidadãos, documentos em ordem, direito a emprego etc e tal; é de por todos os presos políticos para fora da cadeia, reintegrados na sociedade. Isso aí é condição prévia. Vamos supor que se abram novos partidos. Para ser verdade, para qualquer reforma ser levada a sério, ela tem que ser precedida de anistia. Para abrir novos partidos, qual a segurança que se tem para se colocar propostas políticas para a nação? Nenhuma. Tem gente no exterior, tem preso político, tem aparelhos de repressão.

É um movimento para terminar. Quando terminar, daí sim nós vamos nos reorganizar em outras atividades. Quando a anistia for conquistada, o movimento cessa. Mas a anistia só é conquistada com a ligação de outras lutas, com liberdade sindical, com liberdade partidária, com direito de greve, com reorganização de entidades estudantis, com a vida democrática em pleno funcionamento. Aí você consegue anistia, você já conseguiu tudo isto. A anistia não é uma luta isolada, ela não vai na frente das outras, ela vai pari-

passu com as outras; conseguida uma, consegue-se as outras; não conseguida essa, não se consegue as outras.

Não tem garantias. Ela é talvez uma luta prioritária, convergente nesse sentido. Se conseguir anistia, você tem garantias para reconstruir a sociedade, reorganizar a sociedade, acreditar em novos partidos, acreditar em liberdade sindical, de expressão, de pensamento, de manifestação. Não conseguida a anistia você vai ficar com o pé atrás. Falarei agora sobre as conclusões básicas do congresso, que serão as que nós vamos seguir em 79. Elas partem, de uma certa forma, de alguns pressupostos. Um deles é o de que, para nós se impõe a necessidade de reconstruir tudo aquilo que foi destruído nesses quatorze anos. A gente acha também que não se trata de reformar o Poder Judiciário, a legislação eleitoral, a Lei de Segurança Nacional; a gente acha que se impõem a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de tortura oficiais e clandestinos. A continuação da luta por anistia também deve ser feita com trabalhadores nas fábricas, o povo no campo, nos bairros e nas favelas, as categorias profissionais nas suas associações, setores parlamentares, e religiosos — e deve ser travada fazendo crescer o movimento como um todo orgânico. Elaboramos também um programa mínimo de ação no congresso São Paulo: fim absoluto e radical das torturas, a liberação dos presos políticos, a volta dos cassados, dos aposentados, dos banidos, exilados e demais perseguidos políticos, a elucidação da situação dos desaparecidos e dos mortos, o fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos, a reprovação da Lei de Segurança Nacional e todo apoio às lutas pelas liberdades democráticas. (Só presos políticos, pois lutando por eles estamos lutando consequentemente por melhores condições carcerárias para todo mundo). Tivemos no congresso uma comissão de familiares de presos de ex-presos políticos e as resoluções são as seguintes: presença maciça nos dias de julgamento nas auditorias militares, divulgação nos boletins de entidades de luta pela anistia, assistência jurídica permanente por advogados aos operários em greve, publicação do levantamento dos atuais presos políticos, criação de uma secretaria para centralizar a situação dos presos políticos (e não está funcionando, ainda, a secretaria de imprensa). A comissão de familiares de mortos e desaparecidos tirou a criação de uma comissão nacional de familiares de mortos e desaparecidos, exigindo o esclarecimento do governo dos desaparecimentos e exigindo que sejam apuradas as responsabilidades de tais desaparecimentos e mortes. Encetar uma campanha específica pelos mortos do Araguaia (isto foi uma conclusão que se tirou porque o governo somente agora está assumindo a questão do Araguaia e os familiares não sabem do destino e nem quantas pessoas foram mortas dos 2 lados). Há um trabalho, também, para elucidação das circunstâncias das mortes, encetando uma campanha contra os médicos que são coniventes com a tortura, com os médicos que assinaram falsos atestados de óbito (já apareceram várias denúncias contra médicos novos). A comissão de familiares de exilados e banidos chegou às seguintes conclusões, que se encontram neste documento que passo a reproduzir: “O quadro político brasileiro hoje caracteriza-se pelo predomínio de projeto de um regime militar reformado. O essencial permanece o mesmo, o aparelho repressivo e a própria legislação de exceção estão presentes. A tortura, a despeito da reação popular ainda dispõe de grande espaço de atuação impune. Um dado significativo do quadro político é a retomada das lutas populares, que embora ainda sejam setorizadas, abrem brechas que podem ser ocupadas pelos que voltam do exílio. Por isso, a volta imediata de todos não é pertinente hoje. A volta de exilados e banidos é um processo de luta, não é justo, portanto, afirmar que a volta só se deva dar



depois da conquista da anistia. Não cabe às forças que lutam pela anistia ampla, geral e irrestrita dividir e separar os exilados e banidos em categorias, os que podem e os que não podem voltar. O congresso entende que não se deva legitimar a legislação de exceção do regime que motivou o exílio e o banimento de milhares de brasileiros.”

Se quis deixar bem claro que qualquer decisão à volta cabe única e exclusivamente aos exilados e banidos. O congresso se coloca à disposição no sentido de prestar esclarecimentos que auxiliem na tomada de decisão, tipo levantamento jurídico, situação política e também apoio na chegada, garantir a segurança física das pessoas. Tiramos também, uma campanha para o Flávio Tavares e a Flávia Shilling, que já deu resultado no caso da Flávia. A comissão dos cassados e aposentados resolveu estimular a criação de comitês de cassados e aposentados por categoria, reuniões conjuntas, estimular a criação de comitês em bairros populares, que vinculem a questão dos cassados e banidos com a situação de água, esgoto. Resolveu também denunciar a questão do chamado atestado ideológico, pois hoje você precisa ter um atestado ideológico para ter um emprego, a denúncia de institucionalização da delação. Das instituições científicas, tipo universidades, tirou-se uma resolução muito importante, qual seja a de cada instituição fazer um levantamento de seus cassados, seus aposentados, seu demitidos, etc. Nesse sentido, a ADUSP já lançou o “Livro Negro”, que foi uma questão discutida no congresso e por eles ampliada. A tese foi discutida no congresso e aprovada, e posteriormente a ADUSP editou. Já estou sabendo que outras universidades vão fazer também. Parece que a Universidade de Brasília já está fazendo. A comissão de trabalho de advogados que tirou como resolução principal o repúdio à Lei de Segurança Nacional e a incorporação de entidades que congregam advogados na luta pelos direitos humanos e pela anistia. Os artistas, também, numa mobilização no sentido de levar espetáculos para a periferia, comparecimento aos atos públicos, etc. Os estudantes decidiram que em todas as suas reuniões para a reconstituição da UNE, a questão da anistia será discutida nacionalmente. A Igreja discutiu e chegou à conclusão básica de que os movimentos em defesa dos direitos humanos devem incorporar a questão da anistia. Os jornalistas tinham feito um congresso por liberdade de imprensa e aprovaram uma tese, antes desse congresso, de apoio à anistia e pretendem montar um secretariado nacional de jornalistas comprometidos com a luta, dando informes quase que semanais sobre as atividades do movimento pela anistia. Os operários chegaram à conclusão de que a anistia interessa à classe operária, as oposições sindicais, os sindicatos mais combativos deverão ter grupos de anistia vinculados aos CBAs. Os parlamentares tiraram como resolução mais importante a formação de um bloco parlamentar pela anistia, tanto a nível estadual como a nível federal. Já fizemos uma visita na semana passada ao presídio aqui em São Paulo, com o Franco Montoro. Os professores e profissionais liberais e profissionais de saúde também levarão avante a questão da anistia, com a feitura de listas de cassados, de demitidos. Os profissionais de saúde chegaram a conclusões muito importantes: que os médicos têm direito de entrar em qualquer dependência carcerária do Brasil, como têm os advogados, para verificação da situação física do preso; denunciar qualquer tipo de irregularidade a que são submetidos os presos que são levados para os hospitais, fatos que são mantidos em sigilo. Essas são as resoluções do congresso. Eu acho que as reformas governamentais, como a queda do AI-5, elas não vão refletir positivamente na sociedade brasileira, a não ser na exata medida de que é um



recuo de governo. Por que não vai melhorar? Porque a tese do governo é de revogar os instrumentos de exceção incorporando seu espírito e suas conclusões no próprio texto da Constituição, daí porque a emenda vai sair pior do que o soneto. Se a população é contra o AI-5, o governo tirou o AI-5, porém, antes, incorporou toda a sua roupagem na Constituição. Então não vai refrescar muito esta revogação do AI-5. Nós éramos contra a Lei da Segurança Nacional e ela foi mudada.

Mas na verdade, piorou a situação, pois muito pouca gente vai ser beneficiada com a diminuição das penas e em certos aspectos as mudanças foram muito pequenas. Por exemplo, a incomunicabilidade, que na atual lei é de 10 dias e na outra vai para 8. O que refresca, já que permanece a incomunicabilidade? A luta principal é contra a incomunicabilidade. Não é o tempo de incomunicabilidade que varia e que pode ser diminuído. Na verdade, essas reformas mudam a forma da legislação, mas mantem seu conteúdo, que é arbitrário, arrogante, prepotente. O conteúdo do governo continua sendo militar, anti-popular, anti-democrático, etc. Muda-se a panela mas permanece o feijão.

---

\* Advogado



# CONTO

## HERA

MARIA DO CARMO DE ANDRADE\*

Manolito costumava sorrir ao amanhecer. Era o único momento do dia em que se permitia o gesto de pôr em uma situação invulgar os dentes que os lábios mais tarde tocariam de tal forma que não lhes permitiam mais que mastigar.

Ele é filho de Celestina e neto de Joana a primeira mulher da família que não teve marido e teve quatro filhos que pra deixarem um bom nome pra descendência esconderam aquele retrato em que a mãe cortava o bolo de aniversário da filha mais velha sozinha.

Ele gostava de ver como as pessoas ficavam quando estavam quietas num instante qualquer das suas vidas e com isto sabia sentir a pequena mão do tempo correndo debochadamente em seu corpo de criança para mais tarde romper etiquetas e sentar-se acintosamente no topo de sua cabeça.

Maria Angélica tinha o hábito de raspar as panelas de doce e lambuzar as paredes claras de seu quarto sem ligar pra formalidade de toda a casa apesar de Celestina já ter cheirado a torneira do gás vezes sem conta e ter escapado de ver seu corpo enfeitado pela faca de seu marido João.

Ange como era chamada por toda a gente da casa fazia mais travessuras que os cinco filhos juntos e portanto podia ser a única sem ranços a falar de todos eles sem no entanto dizer por eles. Gostavam dela à sua maneira e a rejeitavam de uma forma muito visível com as palavras sem sons que os caracterizavam como singulares humanos que eram.

João, o mais velho, deu pra diplomata e seguia correndo o mundo de embaixada em embaixada procurando uma crença qualquer para defender e se agarrar. Desgarrou-se da família muito novo e voltava sempre pelo Natal com pacotinhos de balas pega-pega que colocava debaixo da árvore enfeitada na casa de Iracema.

Iracema casou-se com o pediatra de Felipe,, o mais novo, quando fez dezoito anos e daí pra cá foi tendo filhos. Dos sete filhos o do meio numa conta muito complicada de se fazer quis ser engraxate de sapatos brancos e foi colocado num hospital pra ver se perdia a mania que acabou deixando a cabeça de sua mãe pelada.

Mas as manias não eram raras dentro da família já que Felipe também teve a sua. Pintava tudo que via desde a cara de Celestina até os seios de Angélica que ria gostosamente e se deixava compor feito estátua de índia do Amazonas.



O quinto filho de Iracema, Bolivar de batizado falava em castelhano desde que deu o primeiro choro pro pai e seguia enrolando a língua para os irmãos num y quedán las situaciones y se hacien los herôes por toda a casa.

A casa de Angélica na rua das Sempre Vivas tremia sempre que as coisas não iam bem num fenômeno natural aceito por sua dona que previa dessa forma os grandes desastres não naturais que seguiam acontecendo nas ruas de nomes nem sempre tão belos e de traçados confusos tirados da cabeça dos grandes chefes nacionais.

A fama de sua casa acabou crescendo e inundando a imaginação dos grandes e pequenos homens de tal forma que quase todas as grandes decisões eram precedidas de uma consulta às paredes desbotadas indo dos quartos de dormir até os azulejos da cozinha numa visita que deixava de lado o banheiro.

Foi dessa forma que Gustavo Henrique impediu que a cavalaria de Porto Velho invadisse as pequenas fazendolas dos agricultores da região quando a parede do lado esquerdo de um dos quartos de hóspedes tremeu ante a narrativa da estratégia a ser usada pelos cavaleiros para emendar numa única faixa de terra todos os pontos em que ela se dividia.

Na primeira vez em que a parede tremeu ela não pode acreditar que algo de ruim acontecesse e estragasse os planos tão bem arrumados com uma guarnição entrando desarmada e a pé para falar com os agricultores reunidos no prédio velho da Igreja da cidade e uma centena inteira de cavaleiros queimando e expulsando as mulheres.

Contou a estratégia muitas vezes e de cada vez a parede tremia um pouco mais e em cada vez a estória ficava mais suada até perder-se numa lenga-lenga arrastada e nesse ponto teve que ceder à sabedoria que de tão forte uma fenda cortou a parede no meio.

Manolito colou como pode a parede que ficou com uma curiosa cara remendada e nos dizeres de Gustavo Henrique tinha envelhecido mas não tremeu nem um momento quando ele contou que a nova estratégia era espalhar o boato de que as terras estavam sendo comidas por um cupim nascido na terra-travesseiro quando esta foi para a Europa e há coisa de 50 anos havia sido trazida por um sobrinho do dono do travesseiro que por sinal foi comido pelas piranhas do rio Negro.

Padrezito entonces tu no sientes el que es la vida es preciso que le deseo de la libertad sea más fuerte continuava Bolivar dizendo pro seu pai enquanto puxava a barra de suas calças e acabava apanhando por deixá-lo de cuecas.

Iracema não chegava a entender perfeitamente esse filho que rodava em volta do pai levantando cada braço como se fosse asa debaixo da qual um novo truque surgia sendo que o maior de todos saltava da garganta sempre aberta onde as amídalas se fechavam fazendo com que as palavras mudassem de significado. Pensava ela que uma operação corrigiria o defeito de nascença.

Iracema não chegava a se preocupar inteiramente com esse filho cujo nascimento prescedera o de mais dois que encheram um de cada vez os braços em concha da mãe até estarem tão grandes que a obrigaram a encaná-los como pontes de taquara curtida.

A ponte foi sendo escorada com cimento e polida com a cal que sobrara de um pequeno quarto feito meio às pressas pra abrigar uma família que crescia rapidamente e de tal forma ela foi se tornando resistente que os dois pequenos podiam corrê-la com seus tanques de guerra e trens elétricos.

De tal sorte ela foi se tornando comprida que eles pra percorrê-la toda tiveram que improvisar cavalo e cavaleiro assim quando um cansava trocava de



posição com o outro numa brincadeira que acabou atraindo todos os outros meninos do quarteirão.

A professora do grupo escolar gostou da idéia e mudou-se com todos os apetrechos da escola bem para o meio da ponte tornando possível que ao chato lef e escrever se juntassem os quadrados que competiam com as bolas e arrelivavam as bonecas e os piões.

Iracema gostou de ser o centro de reuniões com uma mordida de importância por estar abrigando a sabedoria primeira de talvez um matemático ou de um físico que de certo ganharia um Nobel apesar de sentir a possibilidade de surgir um ambidestro que na sua linguagem era igual a um justiceiro com chapéu largo e faca enfiada na cintura.

Mas essa não era a sua maior preocupação já que passava o tempo ensinando a cozinheira como se fazia de maneira mais gostosa todo o tipo de doces pra encher tantas barrigas tendo que ir buscar com Celestina as receitas de sua avó Joana quando tudo o que sabia terminou.

No meio do ensinamento de uma receita de bolo de frutas tirado do diário terceiro da avó que a bomba estourou com seu pavio aceso sin embargo es una fábula infantil quando Iracema estava para inventar a única estrela cadente que cruzando os céus cairia no mar para quase que imediatamente voltar aos céus e cair no mar num ciclo infundável.

A ponte desmoronou com gritos de medo de todos os seus ocupantes com o dois pequenos saltando e sentindo pela primeira vez no quarteirão e com os quadrados girando na rua.

A estrela cadente cruzou os olhos de Iracema morrendo lentamente em suas faces enquanto seus braços livres iam ficando à mostra para seu marido que não conseguia achar mais um jeito para engrossar esses dedos ou cobrir esse osso largo que parecia sumir de repente nas mangas de seu vestido.

As asas de Bolivar se estenderam as suas pernas magras e seu corpo se transformaram em um poderoso truque capaz de fazer com que toda a família surgisse de dentro de uma cartola de mágico no momento em que a porta bateu e os dois pequenos foram conhecer a rua.

Iracema desabou na cadeira de rodas da varanda da parte detrás da casa como se o murchar fosse de suas pernas quando percebeu não poder mais armar a ponte ou ser o regador do mundo pondo-se a trançar e destrançar o ar perto de seu colo à direita e à esquerda.

Para rebelar-se contra esta influência que la sociedad ejerce naturalmente sobre él, el hombre ha de rebelarse, por lo menos en parte, contra si mismo, pues con todas sus tendencias y aspiraciones materiales, intelectuales y morales él mismo no es otra cosa que el producto de la sociedad declarava Bolivar ante o olhar assombrado de seu segundo irmão que pensava onde já havia visto ou ouvido essas palavras.

Manolito acabou mudando-se para a casa de Ange para ajudá-la a atender as pessoas que vinham consultar a casa numa romaria que não respeitava a noite e que os obrigaba a revezarem-se na vigília para fazer a fila e marcar o tempo nos quartos e nas salas.

João sabedor dos poderes da casa veio consultar as paredes da sala de música sobre se o país deveria ou não enviar tropas aliadas às americanas para resolver o conflito causado pela luta de duas frentes num país africano que estava fazendo sua independência numa missão extremamente sigilosa e da qual se aproveitou para perguntar se algum dia viria a crer de verdade em alguma coisa e sob o silêncio das paredes emudeceu definitivamente fato que



causou certo reboliço na embaixada já que não pode atender ao telefonema do grande chefe que queria saber a decisão a ser tomada.

Esses pequeninos incidentes não abalavam a fé dos que iam visitar a casa acrescentando-lhe um mistério não mais encontrado que dividia com a surpresa do que poderia acontecer as honras de ocupar um lugar de destaque nas discussões que se estendiam do início da rua onde começava a fila de entrada e terminava dentro dos espaços formado pelas paredes dos cômodos.

O fogo e a pressa dos olhares dos visitantes da casa começaram a assustar Ange que se sentia impelida à limpar os pequenos brancos do chão de hora em hora como que se não o fizesse algo de mal que cada pessoa trazia pudesse se grudar às paredes e passar para a família numa tara não absorvida pelas gerações que viriam.

Jamás crei que, incluso en las más favorables circunstancias, los obreros pudieran tener nunca el poder de imponerles cominidad o la coletividad; ni jamás lo desée, porque detesto todo o impusto, porque amo sincera e apasionadamente la libertad berrava Bolivar dependurado no pai enquanto seu segundo irmão descobria lentamente onde já havia visto essas palavras que amavam uma boca e soltavam juntas um nome Bakunin.

Ange decidiu pôr fim ao pic-nic que se estabelecia à porta da casa da rua das Sempre Vivas sem se poder saber ao certo se era noite ou dia se era verão ou outono chamando Felipe para brincar com seus pincéis e suas cores como quando parada deixava-se compor.

As margaridas de talos enormes encheram os quartos de hóspedes formando um engraçado contraste com os relógios sem mostrador que sonhavam na sala de música numa dança que envolvia as miçangas do quarto de Ange e os vitrais do de Monolito num compasso que expulsava os estranhos e magoava a família.

A casa foi ficando quieta e nem mesmo quando o marido de Iracema veio perguntar-lhe se algum dia sua mulher tornaria a andar ou a ensinar receitas à cozinha ela tremeu. Ange sorriu por haver tornado impotente o esperma do mundo ao mesmo tempo em que combinava o primeiro jantar só da família em muito tempo.

Iracema foi com seu vestido mais bonito e com sua caderia de rodas polida sendo empurrada por seu marido que caçara na rua os dois pequenos enquanto que Manolito dava o braço a Celestina que segurava o braço de Felipe que por sua vez havia penteado e lavado João cujo sorriso abobado entristecia Bolivar e seu segundo irmão.

Ange sentada numa cabeceira da mesa lembrava da avó Joana cada prato servido e mandava que se comesse e se bebesse para em seguida lambuzar todas as paredes num pega-pega permitido pela primeira vez na estória da família.

Enquanto comiam e antes da travessura começaram a ouvir um murmúrio desordenado que saía de cada parede até tornar-se entendível e então era a casa toda num único compasso dizendo que el Estado es la autoridad, la dominación y el poder organizados de las clases poseedoras y que se autodenominan ilustradas, sobre las masas enquanto o segundo filho exclamava "mas isso é Bakunin".

---

\* Socióloga. Autora da novela inédita **Porão de Alfice**.

# RESENHAS

Operário, Operária, de Arakcy Martins Rodrigues,  
Edições Símbolo, 1978, São Paulo, 144 págs.

Olgária Matos \*

“O proletariado é uma classe que tem cadeias radicais (...) É uma esfera da sociedade que tem caráter universal devido ao seu sofrimento universal e que não reclama nenhum direito em especial porque não lhe é infligida nenhuma justiça em especial, mas antes, uma injustiça ilimitada”. (Marx)

O livro procura uma aproximação do universo operário (operariado industrial) não segundo métodos quantitativos - que perdem o essencial ao rechaçar o que não pode ser medido - mas considerando como constitutivas da pesquisa as situações emocionais que se estabelecem entre o entrevistador e o entrevistado, bem como as disposições inconscientes que se revelam nas conversas e no tom em que as coisas são narradas: “o pesquisador social (diz Arakcy Martins Rodrigues) na maioria das vezes se limita à redação de um bom questionário. O trabalho de campo é, geralmente, a parte menos cuidada de uma pesquisa”. A autora enriquece suas pesquisas ao não perder de vista os problemas suscitados na utilização de técnicas de pesquisa e de discussão em grupo: muitas vezes estas técnicas manifestam um descompasso entre o dogmatismo de opiniões de pessoas em grupo (condenação do divórcio, da família moderna, etc.) e sua flexibilidade quando em entrevista individual. Este fenômeno é o que merece ser compreendido: a situação de grupo mobiliza defesas contra as ansiedades psicóticas, em outras palavras, contra a desintegração, que se traduzem na rigidez das proposições assumidas. Esta postura é predominantemente regida pela estrutura conjuntural do grupo e muito pouco leva a inferir acerca das posições mais comumente adotadas pelas pessoas. Outra questão a não ser minimizada é a atitude puramente normativa do entrevistado quando em um questionário opinativo, escolhe à mesma alternativa como resposta a questões que se contradizem-o que, segundo a autora, se deve à tendência (sobretudo nas classes mais despossuídas) a dar uma resposta considerada de “alto nível” para se legitimar diante do entrevistador “erudito”. Deste modo, os testes “normais” mediriam muito pouco.

Assim, a originalidade do livro se encontra no dimensionamento do quadro afetivo das situações de entrevista, tanto ao considerar “os inúmeros temores e fantasias” que se manifestam naqueles que são solicitados a realizar um discurso auto-biográfico, quanto ao apontar os mecanismos de defesa que



atuam no “trabalho emocional do esquecimento”: os lapsos de memória são o anteparo à rememoração das condições dolorosas de vida. Além disso, em diversos casos o abatimento se apodera do entrevistado, dando aparecimento a sentimentos de culpa, em particular em operários semi-qualificados, para os quais, estudar ou se especializar são ânsias aflitivas. Quanto às operárias, apresentam mais um “sistema de queixas”: “muitas choram durante a entrevista, em alguns casos desde que ouvem a palavra vida”. Toda vida passada ou presente está carregada de intensos sofrimentos e desgraças, apesar de sentirem sua história pessoal acontecendo pela mediação de outra pessoa-sobretudo o marido, que desempenha o papel de “princípio de realidade” feminino dado que, na maior parte dos casos, é ele quem traz o dinheiro para o sustento.

Operário, Operária faz, ainda, transparecer as razões da “docilidade feminina no trabalho” (diretamente vinculada à situação de inferioridade a que está submetido o trabalho doméstico) bem como o caráter “independente” do operário, já que se sente o autor de sua própria vida.

O tônus deste trabalho não se perde em nenhum instante, pois a cada passo, enfrenta situações de forte apelo emocional que se estabelecem entre o entrevistador e o entrevistado: a idéia fixa do dinheiro e a iminência de grandes privações. Ao se tratar das condições de moradia, uma forte angústia se instala-a consciência operária de suas péssimas condições de existência se alia a um desejo (irrealizável) de mudança-as pessoas que devem mudar de casa sonham com um mínimo de melhoria enquanto, na realidade se encaminham para uma degradação ainda maior, dado que a mudança se coloca pela impossibilidade de custear o aumento de aluguel.

Alguns depoimentos: “Será que não tem um filho de Deus que vê isso aqui, a gente sofrendo nessa miséria desse lugar aqui?”

“eu tenho levado pão e chá (para trabalho) porque não dá p’ra levar marmita (...). Então eu levo chá, lá eu esquento”.

“O pobre cai de fracasso.”

---

\* Mestre em Filosofia, doutoranda da USP, monitora da Filosofia da USP.

Leila Miccolis \*

MULHERES DA VIDA é um livro de poesia, organizado por LEILA MICCOLIS e com a participação de: ANA MARIA PEDREIRA FRANCO DE CASTRO (BA), EUNICE ARRUDA (SP), GLÓRIA PEREZ (RJ), ISABEL CÂMARA (MG), MANY TABACINIK (SP), NORMA BENGELL (RJ), RÉCA POLETTI (SP), SOCORRO TRINDAD (RN).

A constante posição crítica da realidade, questionando os valores da sociedade machista e opressora, aliada à unidade de vida e obra das autoras -- todas mulheres independentes, com um trabalho sério em literatura e com uma posição não alienada do ser humano no mundo dão à coletânea uma nova dimensão poética.

Por que uma antologia só de mulheres? Porque é importante o aparecimento de livros como este, num tempo como este. Não se estranha uma obra só de homens, porque parece "natural". É preciso, então, desmistificar esta falsa naturalidade, numa hora em que as mulheres tomam consciência da opressão a que são submetidas, num momento em que as minorias oprimidas em todo o mundo, procuram meios de reagir e de lutar.

Por ser feito por mulheres, não atinge apenas o público feminino, mas se destina a todos que desejam o fim de preconceitos, de tabús, e que acreditam na função sócio-política da arte, principalmente da poesia, presa há tantos séculos ao tradicionalismo de temas alheios à realidade brasileira.

Cada uma das autoras, a seu modo, se preocupa em denunciar erros, pressões, misérias, violências, através de uma linguagem clara, provocativa, crítica, irônica muitas vezes, feroz outras tantas, mas em nenhum momento panfletária ou hermética, voltada, isto sim, para o problemática humana -- amorosa, econômica, urbana.

Não há limites para a imaginação poética (a inclusão de um conto no final da antologia é a maior prova disso) porque os poemas, ao definirem posições, desenvolvem o lúcido trabalho dessas dez mulheres que estão na vida, vivas portanto, e conscientes de suas responsabilidades como seres humanos.

---

\* Jornalista



Neide Barriguelli

A autora parte de sua experiência pessoal para analisar a questão feminina na classe média.

Apoiada na psicogenética de Jean Piaget tenta demonstrar que a mulher doméstica tem idade mental variável em torno de 8 anos.

Afirma também que: "É claro que as mulheres são menos inteligentes do que os homens, embora tenham nascido com o cérebro igual ao deles. Mas esse cérebro não recebe os mesmos estímulos, é condicionado para ficar entorpecido e sem ação".

Para ela a solução da questão está no trabalho:

"Quando a mulher finalmente atuar sobre o mundo, pelo trabalho, entrará na posse do conhecimento (que é sempre revolucionário). O mundo verá uma nova era, quando centenas de milhões de cérebros femininos começarem a trabalhar. A mulher não saiu ainda do estado apático em que se encontra, por continuar sendo mão-de-obra de reserva. (...)

"No interesse da humanidade" (...) "as mulheres têm que reivindicar o direito e o dever do trabalho" (...) "É claro que o labor não é um fim em si mesmo e que as suas condições são de exploração, mas ninguém pode ser crítico do trabalho, sem trabalhar. Ninguém pode adquirir consciência sentado na sala, bordando ou mexendo a sopa. É além disso não há outra receita para a libertação da mulher".

Levanta todos os aspectos negativos da submissão feminina. Tais como: a mulher sem objetivos, criatura sem projetos próprios.

Discute rapidamente o papel da mulher no nazismo e nos regimes opressores, os movimentos de libertação nos Estados Unidos e América Latina e a sua posição nos países socialistas.

O livro é principalmente um alerta para as mulheres.

De leitura fácil e com planejamento gráfico muito rico e bem entrosado com o texto., recomendamos como leitura obrigatória para sacudir as mulheres do seu "choco psicológico".

A única crítica que se faz é que a autora não aprofunda o que é o trabalho no modo de produção capitalista. E que a libertação de todos os seres humanos só se efetuará através da luta de classes.

**& EDUCAÇÃO  
SOCIEDADE**

**3 2**  
JANEIRO-1979

**REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



## **ADMINISTRAÇÃO, PODER E TRABALHO**

MAURÍCIO TRAGTENBERG – Violência e Trabalho Através da Imprensa Sindical - ANTONIO MUNIZ DE REZENDE – Administrar é educar ou... Deseducar? - MIGUEL GONZALEZ ARROYO – Administração da Educação, Poder e Participação - PEDRO L. GOERGEN – A Universidade, Sua Estrutura e Função - ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETO – Tradição Tecnológica e Sistema de Ensino no Brasil - GUIOMAR NAMO DE MELLO – Fatores Intra-Escolares como Mecanismo de Seletividade no Ensino de 1o. Grau - EVALDO AMARO VIEIRA – Estado e Política Social - CESARE GIUSEPPE GALVAN – É Possível uma Economia da Educação? - CARLOS ROBERTO JAMIL CURY – Categorias Possíveis Para uma Aproximação do Fenômeno Educativo - VÁRIOS – A Crise da Escola na Sociedade Capitalista Contemporânea - VÁRIOS – Testes Psicológicos no Brasil: Que Medem Realmente - MIRIAN LIFCHITZ MOREIRA LEITE – Quem foi Maria Lacerda de Moura?

**C M CORTEZ & MORAES**

Rua Ministro Godoy, 1002  
CEP 05015 – São Paulo – SP



# LEIA E ASSINE

# PLURAL

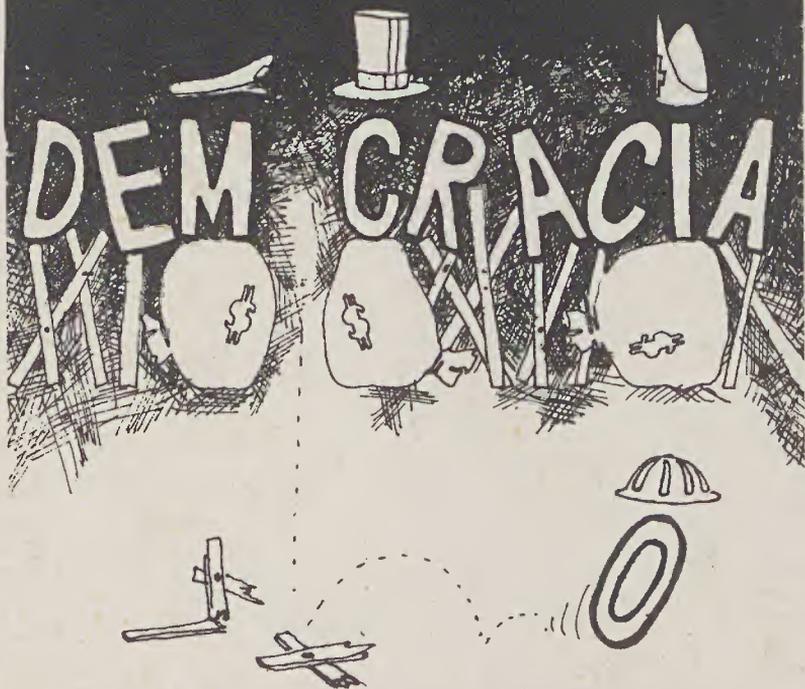
ANO I

OUTUBRO-DEZEMBRO 1978

N

Cr\$ 45,00

F. HENRIQUE CARDOSO: DEMOCRACIA HOJE  
SAUDE E DEMOCRACIA CLASSE OPERARIA E DEMOCRACIA  
HISTORIA E DEMOCRACIA A MULHER E O TRABALHO  
ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E CLASSE SOCIAL



ENVIE CHEQUE NOMINAL EM FAVOR DE  
LETÍCIA RITA BONATO PARA O NOSSO ENDEREÇO:

PRAÇA ROOSEVELT, 200 - 12º andar - CEP 01303 - SÃO PAULO - SP.

ASSINATURA ANUAL - 4 NÚMEROS - Cr\$ 180,00

ESPECIFIQUE A PARTIR DE QUE NÚMERO DESEJA A SUA ASSINATURA



PLURAL — Aí acontece o confronto que aconteceu com o problema dos posseiros e dos índios. Eles também são pessoas que foram desapropriadas, também não têm um lugar pra ficar e nesse ponto é que eu acho difícil entender. Porque você diz que o Estado deve dar proteção ao índio, quando, na verdade, a gente não tem proteção. Na sociedade brasileira o indivíduo não tem este tipo de proteção. A emancipação do brasileiro, como disse alguém, não aconteceu ainda.

CARMEM — Jóia, essa pergunta. Efetivamente, pode parecer até meio reacionário a gente ficar privilegiando uma pequena população. E claro que o mesmo raciocínio valeria para você trabalhar com o problema do negro, da mulher, etc. Mas não sei se é por força de ter tanto vício didático, eu acho que contradições menores são resolvidas através da educação. Teve um asiático que já disse isso. Só para as antagônicas é que você precisa de revolução. Então você vê: tem uma contradição séria entre índio e população rural. Com relação à manutenção da terra, à briga que os índios fazem para manter sua terra: se nós conseguimos que estas populações mantenham sua organização, sem ingerências fortes de funcionários federais, que eles consigam manter suas lideranças regulando a vida na aldeia, eu tenho a impressão de que eles, como pobres que são, fazem uma demonstração aos demais de que se você luta e se organiza, mesmo sem grandes alardes, você consegue um nicho no meio deste sistema capitalista para sobreviver. Isto como primeira etapa. Eu fico imaginando o que não está ocorrendo com estes posseiros que foram expulsos, por exemplo, de Nonoai. Eu espero que eles tenham percebido qual era o símbolo que estava em jogo. Eu espero que as pessoas que trabalham com zona rural tenham tido oportunidade de permitir a eles fazer a tradução do fenômeno. Eu acho que no momento em que nós estamos defendendo a população indígena, nós não só estamos defendendo um povo que é diferente do nosso mas estamos exibindo didaticamente ou, pelo menos, tentando fazer com que os índios exibam de uma forma didática, modelos de organização e resistência. Porque, convenhamos: resistir 4 séculos! E uma grande sabedoria que está aí. Então, neste sentido, a gente aprende também e pode transmitir o mínimo daquilo que você falou, da compreensão desta malícia política. Eu sou antropóloga, mas antes de ser antropóloga eu sou cidadã brasileira. Eu acho que como cidadã a gente tem uma série de deveres que são indeclináveis. Agora, como cidadã, você também tem um ofício, uma profissão, na qual você canaliza parcela destas suas responsabilidades cívicas. Então, eu poderia estar lutando por uma legislação melhor, que restabelecesse por tempo de serviço, a garantia no emprego poderia estar trabalhando para melhorar as condições, etc,etc. Como poderia estar trabalhando de formas talvez mais fecundas, eventualmente mais voluntaristas. Não. Estou trabalhando junto com as populações indígenas.

PLURAL — Eu pergunto isto por um problema prático mesmo. Porque na realidade, o capitalismo não vai deixar de avançar. Na realidade, as terras dadas aos índios vão ser cada vez menores. Eles não vão poder reproduzir o modo de vida deles. Apenas propõe a integração econômica do índio como uma solução para o problema. Porque, como ele mesmo aponta, não se pode conseguir parar, botar um freio nas coisas. Aí é como você falou, a História vai sempre para frente. A não ser que aconteça uma coisa bastante diferente, bem mais adiante. Como é que fica o problema do índio?

CARMEM — Aí a gente volta àquele ponto. Eu acho que apesar da gente estar fazendo a defesa do índio, da sociedade, da comunidade indígena, de fato nós estamos tentando construir, abrir espaço dentro da nossa sociedade

